

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 847
22 de Março de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

PCP 

LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

As
primeiras
mesas-redondas

- Opinião
- Cartas do leitor

Suplemento Congresso

Por iniciativa do PCP

Problemas da mulher na Assembleia da República

Pág. 1/Semana -

No 15.º aniversário da nacionalização da banca

Reflexões sobre o SEE

Artigo de
Octávio Teixeira

Págs. 4 e 5/Em Foco -

**«A estabilidade
social é desejável
mas não ao preço
dos patrões»**

Entrevista com
José Ernesto Cartaxo
da Comissão Executiva da CGTP-IN

Pág. 3/Em Foco -

Eleições na RDA

**Vitória dos conservadores
incógnitas para o futuro**

• **Comunistas obtêm 16,33% e 65 deputados**

Pág. 8/Semana

NAMÍBIA INDEPENDENTE



A vitória da luta

Saudação do PCP - Pág. 8/Semana

Editorial

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 847
22 de Março de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

No panorama complexo do mundo em mudança

O panorama complexo do mundo dos nossos dias em transe de transformações históricas de dimensão universal assemelha-se muito a uma emaranhada floresta de contradições onde o desprevenido caminhar sem bússola se arrisca a perder-se irremissivelmente.

Neste contraditório panorama as profundas e tumultuosas alterações em curso nos países socialistas do Leste europeu, alguns dos quais em situação de ruptura com o socialismo, com processos muito diferenciados entre si, pelo que afectam directamente o movimento comunista e operário internacional e a luta revolucionária dos povos, são com inegável evidência, as de maior retumbância no momento actual.

Ficariam, porém, curtos os que vissem apenas o argueiro no olho do vizinho e permanecessem cegos, insensíveis e surdos ao que se passa nas restantes áreas do globo e no próprio âmago do sistema capitalista mundial onde se avolumam as contradições, dariam provas de condenável cegueira política os que não enxergassem os factores de crise no seu próprio país.

Na pequena mas emaranhada «floresta» que se chama Portugal, onde a batalha ideológica e política conhece novos desenvolvimentos e se tornou intensa, sofrendo embora os influxos do mundo em mudança, especificidades e condições próprias a caracterizam.

Nós comunistas portugueses, caminheiros que possuímos uma inestimável bússola, temos um contributo fundamental a dar para o reconhecimento objectivo da nossa emaranhada situação política nacional, para o aprofundamento dos caminhos conducentes a uma solução dos difíceis problemas do nosso país e do nosso povo - caminhos que inevitavelmente passam pela busca e a viabilização de uma credível alternativa democrática à direita governante - para a compreensão das novas realidades do mundo em que vivemos.

Nestes dias da nascente Primavera de 90 é intensa a actividade das forças mais representativas do leque político português. Para já, uma constatação essencial se patenteia aos olhos de todos e se impõe à reflexão e acção do movimento popular e democrático em Portugal:

Sob a égide do Governo de direita do PSD e de Cavaco Silva intensifica-se a ofensiva de restauração monopolista e como consequência directa da sua política, reduz-se de maneira visível e sensível a base de apoio do cavaquismo governante.

Em simultâneo com a activa preparação do seu XIII Congresso (extraordinário) o PCP procura dar resposta diária à política antinacional e antipopular do governo cavaquista; procura contribuir com todas as suas energias, capacidades e abertura política para uma aglutinação de forças capaz de pôr um dique à obra de devastação do cavaquismo imperante e de promover um câmbio também ele decisivo na política nacional.

A constatação essencial daquelas duas particularidades do momento actual é facilmente verificável nos planos mais diversos - no insti-

tucional e político; no económico e social; no eleitoral; no da luta e da contestação social de massas.

E pode também ser detectada nas declarações e tomadas de posição públicas de responsáveis do Poder; no aceso debate interno e na movimentação última das forças e partidos da oposição ao Governo todos eles com congressos à vista, ou simplesmente na fríalíngua dos números e na sua relativa mas incontestável verdade.

Há poucos dias o Primeiro Ministro dirigiu às estruturas do seu partido uma elucidativa «carta»; por sua vez o Presidente da República fez à comunicação social portuguesa extensas declarações e reeditou fora do país algumas das suas caracterizações da conjuntura actual; na Assembleia da República os partidos da oposição democrática - e com particular acutlância o PCP - questionam fundamentadamente o Governo sobre uma vasta gama de candentes questões da política nacional; sectores sociais de indubitável representatividade e inegável peso na vida portuguesa (confederações sindicais e patronais, instituições militares, religiosas e várias outras) manifestam-se, tomam posição sobre os mais agudos problemas nacionais da hora actual, sobre questões da sua esfera de acção, sobre os actos, as incongruências e as omissões do Governo.

A carta do Primeiro Ministro às estruturas do PSD, repetitiva quanto aos objectivos estratégicos do Governo e ao que foi feito para os alcançar, é um documento esclarecedor quanto aos propósitos governamentais imediatos na perspectiva das eleições legislativas e presidenciais de 1991 que Cavaco se propõe de novo ganhar com maioria absoluta.

Cavaco Silva depois de reenumerar as suas celebradas «reformas de estrutura» já executadas enumera as que ainda não estão feitas: a Lei Quadro das Privatizações a 100% (sobre que o Tribunal Constitucional acaba de se pronunciar favoravelmente sob solicitação - e não por discórdância - do Presidente da República); a Lei da Alta-Autoridade para a Comunicação Social (contestada por todos os partidos da oposição e pelas organizações socio-profissionais dos trabalhadores da Comunicação Social) e da abertura da TV à iniciativa privada (em que o Governo denota o propósito de se assegurar do seu controlo); a Lei de Bases da Saúde (que se propõe eliminar em definitivo o serviço nacional de saúde e privatizar estabelecimentos e serviços de natureza vital para a saúde da população); a Lei do Conselho Económico e Social (que aponta à ressurreição nas novas condições da velha orgânica corporativa do fascismo e se destina a ocultar a falência da celebrada política de «concertação social» na solução dos problemas laborais).

Significativamente, Cavaco Silva silencia na sua carta o seu novo projecto de lei dos despedimentos que pretende introduzir no contencioso social a «justa causa objectiva» que põe à mercê do patronato a decisão do despedimento indiscriminado do trabalhador; que introduz novos limites à Lei da

greve, e alarga o recurso ao «lock-out» patronal; que recusa a reintegração no caso de decisão judicial favorável aos trabalhadores.

O Primeiro Ministro proclama que «a estabilidade política é uma batalha ganha para sempre», num momento em que se agrava a instabilidade e a contestação social de massas contra a sua política e em que as operações de liquidação da Reforma Agrária e de reprivatização do Sector Público e Empresarial do Estado evidenciam todo o seu carácter parasitário e de classe.

Num momento em que se agrava o défice da nossa balança alimentar, cada vez mais dependente das importações estrangeiras, as terras ilegalmente roubadas (à luz dos despachos do S.T.A.) às UCPs/Cooperativas são transformadas de terras de «pão e carne» em propriedades de «regime cinegético» (as velhas coutadas do latifúndio). Só de 4 de Janeiro a 22 de Fevereiro do ano em curso passaram ao regime «cinegético especial» mais de 50 herdades e quintas do Alentejo e do Ribatejo tiradas às UCPs como «reservas».

Cavaco Silva substituiu assim dezenas de milhares de postos de trabalho pela desertificação e o «regime cinegético» nas vastas planícies do sul do país.

Sob a fécula directa do novo Secretário de Estado, Capoulas - um latifundiário a quem o Governo confiou agora a competência nas questões da Reforma Agrária, cuja família foi contemplada em Março de 1980 com 1 700 hectares de reservas - intensifica-se a ofensiva de esbulho das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária.

Agora, também, depois do total descrédito de Cadilhe, o novo ministro das Finanças, Beleza, já anunciou o calendário das reprivatizações totais das empresas públicas e nacionalizadas (e mesmo de serviços de utilidade pública de primeira necessidade), agora com maiores facilidades de alienação ao capital estrangeiro cujo investimento mais que duplicou no ano passado.

A farsa do «capitalismo popular» tão exaltada pelos «advogados» da exploração do homem pelo homem recebeu recentemente uma significativa comprovação com a operação de venda ao Grupo espanhol Banesto do BTA. A lista, esta semana publicada na imprensa diária, dos accionistas sem direito a voto na próxima assembleia geral, exclui dela mais de 24 300 accionistas por disporem de menos de 782 votos (com 100 votos por acção!)

A batalha «da estabilidade política ganha para sempre» pelo Primeiro Ministro, silencia a baixa crescente do salário real dos trabalhadores, a precarização do trabalho, a supressão de direitos e garantias sociais numa escala jamais atingida.

O referencial da taxa de inflação falseada e desmentida pelos próprios números oficiais conhecidos, é usado para pressionar a imposição de tectos salariais injustos. A «baixa tendencial» da taxa de inflação posta como condição para colocar os salários portugueses ao nível dos da CEE é desmentida pela sua verdadeira «alta tendencial». Em Fevereiro a taxa atingiu os 13,1% - a mais elevada nos últimos meses - ao passo que o nível dos preços se

elevou de mais de 2,3% relativamente a Fevereiro de 89.

A liquidação de milhares de postos de trabalho é uma constante do mercado da mão-de-obra nacional. Só na Setenave foram suprimidos por despedimentos e reformas compulsivas 2 200 trabalhadores. A decisão do empresário João Rocha de montar em Badajoz uma unidade fabril anteriormente prevista para o distrito de Setúbal «levou» para Espanha cerca de 1 800 postos de trabalho.

O escândalo do aumento dos contratos a prazo e do trabalho sem contrato nenhum no distrito de Setúbal provocou a justa indignação do próprio Bispo da Diocese que apostrofou a injustiça de «20% se apossarem de 80% de tudo» numa clara alusão à injusta repartição dos rendimentos do trabalho.

O acesso à habitação própria é cada vez mais restringido. O crédito à habitação baixou em 1989 de 31% (33 437 pedidos contra 48 733 em 1987) enquanto o seu custo aumentou de 70% e os rendimentos familiares apenas de 10 a 15%.

A verdadeira face da «estabilidade» cavaquista é dada pelo surto grevista do sector dos transportes, dos pilotos da barra, dos controladores aéreos, das portagens da Ponte 25 de Abril, da Robialac, de múltiplas empresas que recorrem às paralisações parciais, às greves de zelo, às concentrações e desfiles em apoio de sentidas reivindicações cuja satisfação é obstruída principalmente pela intransigência dos governantes.

O escândalo da previsível perda de 18 milhões de contos das nossas reservas de ouro em bancos americanos sem qualquer garantia séria de estabilidade e solvência é uma das faces da «estabilidade» proclamada por Cavaco Silva.

No quadro bancário estadunidense em que só no ano de 88 se produziram 206 falências e onde já este mês uma sucursal de alguns dos maiores bancos americanos (o Libra Bank) faliu por dificuldades de recuperação das dívidas da América Latina, é uma imprevidência quase criminosamente ter-se confiado valores de importância decisiva nas finanças nacionais.

É nesta moldura política e social que o PCP prepara activamente o seu XIII Congresso (extraordinário). Em todas as organizações do Partido se realizam e estão convocadas assembleias e plenários para a discussão das Teses. E não somente na organização do Partido.

Estamos informando e submetendo também à apreciação de amigos, aliados e democratas independentes de várias tendências estes documentos fundamentais do Congresso. Os resultados são extremamente valiosos e esclarecedores.

Nas colunas do «Avante!» leitores, camaradas e especialistas vários animam com as suas cartas à Redacção, com os seus artigos de opinião, a sua participação em mesas redondas, o debate interno do Partido.

Na emaranhada floresta de contradições do mundo actual o PCP procura trilhar com os pés na terra e a sua inestimável bússola ideológica o rumo acertado para uma democracia avançada no limiar do século XXI, na via de um socialismo que recolha os ensinamentos e as inovações da conturbada época que vivemos.

Resumo

22
Quarta-feira

A CGTP-IN e a UGT recusam a proposta das Confederações das Empresas Portuguesas que ofereceram 85 a 90 milhões de contos a troca de «maior flexibilidade» na lei dos despedimentos ■ Os participantes da Conferência «dois mais quatro» decidem em Bona convidar a Polónia a participar nos trabalhos sempre que sejam discutidas questões directamente relacionadas com as suas fronteiras ■ O Partido Comunista da Mongólia acorda renunciar ao monopólio do poder e escolhe para secretário-geral um dirigente sindical ■ A direcção do Partido Comunista da República de São Marino vota favoravelmente a mudança de nome e de símbolo, passando a chamar-se Partido Progressista Democrático ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se para debater o problema da emigração de judeus soviéticos para Israel.

15
Quinta-feira

José Saramago, demite-se da presidência da Assembleia Municipal de Lisboa ■ O Conselho de Ministros aprova um diploma que permite a constituição de associações de carácter profissional na PSP com representantes para o Conselho Superior da Polícia ■ Carvalho da Silva afirma que a CGTP não está disposta a aceitar um novo pacote laboral e anuncia uma série de medidas a enunciar com a máxima rapidez ■ O Governo desmente a existência de um anteprojecto de nova legislação laboral, segundo afirma o porta-voz da Presidência do Conselho de Ministros ■ O primeiro-ministro cabo-verdiano, Pedro Pires, encontra-se com o seu homólogo português, com quem discute possibilidades de cooperação ■ O Parlamento Europeu pronuncia-se em Estraburgo contra a diminuição dos preços de certos produtos agrícolas e propõe que se mantenham ao nível dos do ano passado ■ Collor de Melo toma posse como presidente do Brasil, numa cerimónia presenciada por 19 chefes de Estado, entre os quais se encontra o Presidente da República, Mário Soares ■ Wolfgang Schnhur líder do partido conservador, Renovação Democrática da RDA, apresenta a sua demissão sendo substituído pelo Pastor Rainer Eppelmann ■ Gorbachov é eleito, pela grande maioria do Congresso dos Deputados do Povo, presidente da URSS ■ O presidente e primeiro-ministro da Mongólia apresenta a sua demissão, segundo anunciou o Comité Central do PPRM ■ Cai o governo israelita de Yitzhak Shamir, em consequência da votação de uma moção de censura no parlamento.

18
Domingo

A JCP apresenta em conferência de imprensa as conclusões da reunião de dois dias da sua Direcção Nacional ■ O subdirector-geral das Pescas, Eurico Monteiro, chega a Rabat, chefiando a delegação portuguesa que integrará a missão comunitária constituída para analisar com as autoridades marroquinas o acordo CEE-Marrocos sobre Pescas ■ Termina o X Congresso do Partido Socialista Francês, num ambiente de crise total, sem texto, sem acordo e sem direcção, por as diferentes facções não terem chegado a enten-

16
Sexta-feira

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa Capital social: 15 000 000\$000 CRC matricule: 47059 NIF - 500 090 440 DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 73 22 75 76 11 31 73 48 17 Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 60 - 1200 Lisboa Tel. 32 19 16

boa e os Açores e entre as ilhas do arquipélago devido à greve dos trabalhadores de terra da transportadora aérea regional SATA ■ O CDS realiza, num hotel de Lisboa, o seu IX Congresso Nacional, em cujos trabalhos de três dias participam cerca de 1200 democratas-cristãos ■ O Primeiro-Ministro Cavaco Silva anuncia que o Governo vai elaborar um plano nacional de política do ambiente ■ O delegado da Agência Lusa recebe ordem de expulsão de Moçambique após se ter recusado a identificar a fonte de uma notícia ■ O primeiro-ministro cabo-verdiano, Pedro Pires, declara em Lisboa que o seu partido o PAICV vai pedir a adesão à Internacional Socialista após a revisão constitucional ■ Ion Iliescu, presidente do Conselho Provisório de União Nacional da Roménia, afirma que é aberrante identificar os quase quatro milhões de membros do Partido Comunista com o regime anterior ■ O líder soviético Mikhail Gorbachov adverte o Parlamento da Lituânia a acatar a resolução do Congresso dos Deputados do Povo, que invalida a declaração de independência da república.

17
Sábado

Alvaro Cunhal desloca-se a Évora para participar num debate sobre as Teses para o Congresso do PCP, realizado no Palácio Dom Manuel ■ Reúne-se, em Lisboa, o Conselho Consultivo Nacional da CDU que critica a intervenção do Primeiro-Ministro sobre a política de ambiente, acusando-o de não ouvir as preocupações populares nesta matéria ■ Decorre o II congresso da União dos Sindicatos de Vila Real ■ O número de desempregados duplicou na Polónia, segundo indica um jornal governamental ■ Uma bomba incendiária destrói todos os arquivos das instalações da brigada norte-americana anti-estupefacientes em Fort Myers, na Florida ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países do Tratado de Varsóvia reunidos em Praga revelam divergências no ponto da ordem de trabalhos relacionado com a questão de uma Alemanha unificada vir, ou não, a ser membro da NATO.

22
Terça-feira

O PCP envia uma mensagem ao Comité Central da SWAPO, saudando «calorosamente a independência da Namíbia, o povo namibiano e todos quantos contribuíram para este grande dia de África ■ O Presidente da República, Mário Soares, convida Mikhail Gorbachov para uma visita oficial a Portugal, numa mensagem de felicitações pela eleição para o cargo de Presidente da URSS ■ O défice comercial dos EUA atingiu os 9,25 mil milhões de dólares em Janeiro deste ano, contra 7,68 milhões em Dezembro do ano passado, segundo o Departamento do Comércio; as importações aumentaram 7,3%, contra 4% de exportações ■ O chefe de Estado de Israel, Shimon Herzog, indigita o trabalhista Chaim Peres para tentar formar um novo governo de coligação ■ A Comissão das Comunidades propõe, em Bruxelas, que a CEE se empenhe a partir de 1995 ou 1996, na última fase da sua União Económica Monetária (UEM) e fazer seguidamente do ECU, num prazo a delimitar, a sua moeda única.

dimento ■ A coligação eleitoral conservadora «Aliança para a Alemanha» vence por clara maioria as eleições legislativas ■ Margaret Thatcher anuncia em entrevista que tenciona candidatar-se a um quarto mandato em 1992, apesar das sondagens desfavoráveis ■ Vytautas Landsbergis, presidente do Soviete Supremo da Lituânia, anuncia que defenderá a legalidade da declaração de secessão daquela república soviética ■ O presidente de Israel inicia os contactos com os representantes dos partidos políticos com o objectivo de encontrar uma personalidade capaz de formar um novo governo.

19
Segunda-feira

Reúne-se a Comissão Política do PCP, no final da qual Carlos Brito apresenta em conferência de imprensa as respectivas conclusões ■ O Sindicato dos Jornalistas, delegados sindicais e membros de conselhos de redacções decidem pedir ao Presidente da República para vetar a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social ■ Reúne a direcção da estrutura juvenil da CGTP para assinalar o primeiro aniversário da sua criação ■ A FENPROF acusa o Ministério da Educação e do Governo de faltarem aos seus compromissos em relação aos docentes do ensino superior ■ O Partido Social Democrata (SPD) da Alemanha Federal nomeia o seu vice-presidente, Oskar Lafontaine, para candidato a chancelaria nas próximas eleições gerais, previstas para princípios de Dezembro ■ O presidente Gorbachov ordena medidas prioritárias em relação à Lituânia, depois de o governo daquela república ter ignorado as exigências do Congresso dos Deputados do Povo da URSS ■

22
Terça-feira

O PCP envia uma mensagem ao Comité Central da SWAPO, saudando «calorosamente a independência da Namíbia, o povo namibiano e todos quantos contribuíram para este grande dia de África ■ O Presidente da República, Mário Soares, convida Mikhail Gorbachov para uma visita oficial a Portugal, numa mensagem de felicitações pela eleição para o cargo de Presidente da URSS ■ O défice comercial dos EUA atingiu os 9,25 mil milhões de dólares em Janeiro deste ano, contra 7,68 milhões em Dezembro do ano passado, segundo o Departamento do Comércio; as importações aumentaram 7,3%, contra 4% de exportações ■ O chefe de Estado de Israel, Shimon Herzog, indigita o trabalhista Chaim Peres para tentar formar um novo governo de coligação ■ A Comissão das Comunidades propõe, em Bruxelas, que a CEE se empenhe a partir de 1995 ou 1996, na última fase da sua União Económica Monetária (UEM) e fazer seguidamente do ECU, num prazo a delimitar, a sua moeda única.

Avante!

PROFESSORES de todos os países UNI-VOS O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45 DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25 76 97 22

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02 ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44 EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44 PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15 Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394 Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Vendas Nova - 2700 Amadora Depósito legal n.º 205/85

Hoje, por iniciativa do PCP

Problemas da mulher animam debate parlamentar

Os problemas das mulheres portuguesas vão hoje ocupar um lugar de honra na Assembleia da República preenchendo a totalidade da agenda da sua sessão plenária. A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do PCP que para o efeito utilizou um dos seus escassos direitos de agendamento, com este gesto rompendo o que tem sido um sistemático bloqueio do PSD à discussão desta temática pela Assembleia da República.

A urgência deste debate, na perspectiva das deputadas comunistas, impõe-se pela necessidade de ser dada resposta à crescente degradação das condições de vida e de trabalho das mulheres, designadamente das mulheres trabalhadoras para quem novos desafios e problemas se colocarão com a criação do Mercado Interno em 1993.

Para estas, com efeito, dado o seu predomínio em sectores fortemente vulneráveis da economia portuguesa, a situação afigura-se ainda mais complexa uma vez que não há de momento quaisquer medidas concretas a nível governamental que permitam evitar ou pelo menos atenuar as previsíveis repercussões negativas de

correntes da criação do referido Mercado.

Mas o debate de hoje as-

sume ainda uma particular importância, como foi salientado há dias em conferência de imprensa pelas deputadas comunistas, pelo facto de vir colocar na ordem do dia não apenas a necessidade de ser acautelado o cumprimento dos direitos adquiridos pelas mulheres portuguesas como impedir que com a criação do Mercado Interno a nossa Legislação

— «das mais avançadas», como frisaram — possa vir de algum modo a ser posta em causa.

Luta coerente

Ao propor este debate, a bancada comunista prossegue, entretanto, a orientação que vem pautando coerentemente a sua actividade no que diz respeito aos problemas das mulheres, acção continuada e persistente,

Uma luta em todas as frentes

A necessidade de dignificar o estatuto da Mulher Trabalhadora duramente afectada pela política deste Governo constituirá um dos temas propostos pela bancada comunista para o debate de hoje, um debate que se prevê vivo e polémico e onde haverá lugar para analisar também o não cumprimento sistemático das leis que defendem os direitos da mulher, nomeadamente da Lei da Maternidade, da Interrupção Voluntária da Gravidez, do Planeamento Familiar e da Educação Sexual.

No centro da discussão, outras questões de igual relevância irão certamente

polarizar as atenções do hemiciclo, como sejam a degradação da qualidade de vida das mulheres ou a desvalorização em sede institucional de assuntos que lhes dizem respeito de que o exemplo mais paradigmático será, porventura, a extinção da Comissão da Condição Feminina.

Destaque ainda para as alternativas e propostas oriundas da bancada do PCP visando a concretização efectiva da igualdade de direitos e oportunidades, a melhoria da qualidade de vida das mulheres e a sua emancipação.



reconhecida pelo seu dinamismo, de que os mais recentes exemplos são os cinco projectos de lei já entregues na Assembleia, aguardando neste momento por agendamento, versando temas tão diversos como a protecção às mulheres vítimas de violência, a protecção jurídica às pessoas e viver em união de facto ou a adopção de medidas tendentes à efectivação dos direitos das mães sós.

A circunstância de outras áreas que se prendem com a problemática feminina carecerem de melhorias e de um maior aprofundamento na legislação portuguesa levou já, entretanto, as deputadas do PCP, conscientes desse facto, a ultimarem outras iniciativas, tendo sido anuncia-

do um novo projecto de lei sobre a isenção do IRS relativamente às pensões de alimentos.

Extremamente úteis e valiosos têm-se revelado, refira-se por último, as reuniões com organizações de mulheres, organizações sindicais e com diversas outras entidades em várias zonas do País, encontros em muitos casos acompanhados de visitas a Centros de Saúde, Escolas e Centros de Formação Profissional, no decorrer dos quais as deputadas comunistas têm tido ensejo de conhecer melhor os problemas mais sentidos pelas mulheres e de acolher numerosas sugestões e propostas que seguramente enriquecerão o debate que hoje concitará a atenção dos deputados.

Visando o reforço das freguesias

Projecto do PCP recolhe amplo apoio de autarcas

Um significativo apoio foi prestado na passada semana por perto de duas centenas e meia de autarcas ao projecto-lei do PCP que estabelece um conjunto de medidas no plano das competências das freguesias e correspondentes meios financeiros, visando a sua dignificação e fortalecimento.

Formalizado em concorrido encontro que encheu por completo a sala do Senado da Assembleia da República, este apoio de inegável significado veio pôr em relevo não apenas a importância das soluções preconizadas no diploma como ainda o carácter oportuno de que se reveste a sua apresentação para o pleno aproveitamento de todas as virtualidades das freguesias.

Freguesias que como se sabe constituem hoje a maior rede do sistema de descentralização democrática do Estado, facto que aliado à sua proximidade com as populações lhes confere condições privilegiadas para um

conhecimento directo dos seus problemas e anseios.

Um conhecimento dos problemas amplamente patenteado no decorrer dos trabalhos pelos seus participantes e que acabou por constituir através das opiniões e su-

gestões por estes avançadas em elevado número um valioso contributo para o aperfeiçoamento do conteúdo do diploma e para uma melhor avaliação da realidade com que se debatem hoje quotidianamente os autarcas das freguesias.

Destaque, entre os problemas recensados, para a necessidade do reforço financeiro das freguesias, nomeadamente através da fixação de um novo valor mínimo de participação das freguesias nas receitas municipais por manifesta desactualização do valor em vigor.

Refira-se, a este respeito, a concordância geral manifestada pelos intervenientes quanto à crescente degradação da situação financeira do



Provenientes de todo o País, cerca de duas centenas e meia de autarcas encheram a sala do Senado no Palácio de S. Bento para apreciar com os deputados comunistas o seu projecto de lei que define o regime de competências e meios financeiros das freguesias

conjunto das freguesias motivada quer pela desvalorização e desactualização real e progressiva do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) quer pelo conjunto dos novos encargos que as Juntas de Freguesia foram chamadas a suportar.

A questão do regime de permanência a tempo inteiro dos eleitos — matéria com discussão agendada para o próximo dia 30 —, foi outra das que maior atenção mereceu dos participantes no encontro que a este propósito deixaram clara a sua posição de defesa activa de um qua-

dro legislativo que consagre soluções amplas quanto ao número de freguesias abrangidas e à titularidade de permanência.

«O papel crescente que os eleitos das Juntas de Freguesia vêm desempenhando, a diversidade dos problemas a que têm de dar resposta, as solicitações para que são chamados — refere o documento lido no final do encontro — não são compatíveis na maioria das freguesias com a não existência de eleito ou eleitos a tempo inteiro, exigindo destes esforços e

sacrifícios que com vantagem devem ser evitados».

«A aprovação destas medidas — salienta por outro lado o texto do encontro, no qual participaram os deputados comunistas José Manuel Maia, lida Figueiredo, Lourdes Hespanhol e Luís Bartolomeu e ainda Jorge Cordeiro, da DORL — traduzir-se-ia por um avanço no caminho da dignificação e valorização do papel das freguesias e a elevação dos meios de eficiência e eficácia na satisfação dos interesses populares».

Money, money

Nos tempos que correm a unanimidade, seja sobre o que for, é cada vez mais rara.

Não nos referimos, naturalmente, à *unanimidade* das campanhas orquestradas, ou à *unanimidade* à volta de temas em moda, quando toda a gente desata a falar do mesmo e da mesma maneira ao mesmo tempo, até ao dia em que um *original* decide contradizer o lugar comum e pôr tudo num virote.

Falamos mesmo de unanimidade a sério. Ou seja, quando ponderados os prós e contras, analisadas as vertentes do problema, equacionadas as incógnitas, se chega à mesma conclusão e dela se dá conta publicamente.

Pois este caso raro acaba agora de acontecer, a propósito de um dos temas mais controversos dos tempos que correm: a RDA.

Folheiem-se os jornais nacionais; Ouçam-se as rádios estrangeiras; Aproveite-se uma parabólica para dar uma mirada às emissões televisivas além-fronteiras, que uma conclusão se impõe: quem ganhou as eleições na RDA foram os marcos alemães federais. Dinheiro, money, money.

A grande cartada do chanceler Helmut Kohl na RDA. Longe vão os tempos em que falar de dinheiro ficava mal em política.

Longe vão os tempos em que as promessas de dinheiro se ficavam por veladas insinuações, sub-entendidos, conversas detrás das portas.

Longe vão os tempos em que falar de dinheiro era sinónimo de corrupção do eleitorado, compra de votos, imoralidade política.

Helmut Kohl mandou tudo isso às urtigas e pôs as cartas na mesa.

Ou ganhava a União Cristã Democrata ou o dinheiro da RFA não chegava à RDA.

Tão simples como isso. Com a televisão a ajudar mostrando as coisas boas que os marcos alemães federais podem comprar; com as imagens televisivas a alimentar um imaginário colectivo que da realidade *do outro lado* conhece apenas um lado da medalha e nunca lhe descobriu o reverso.

Que poderiam contra isso os cálculos dos economistas dos dois lados estimando que até ao Natal o número de desempregados chegará aos 60 mil na RDA? Ou os alertas para os perigos de uma anexação do irmão pobre pelo irmão rico?

A televisão da RFA não mostra aos seus compatriotas de leste os desempregados do lado federal, nem os problemas de habitação, nem a sopa dos pobres a que estão reduzidos muitos dos milhares que atravessaram a fronteira atrás de um sonho, do Volkswagen, do Mercedes, das delícias do capitalismo - que existem, sim, mas só para alguns.

Na campanha eleitoral, Kohl não falou da sede dos capitalistas por mão-de-obra barata, não se referiu aos antigos proprietários de terras e casas que já têm advogados a estudar processos de recuperação de bens, não se referiu nem uma vez às dificuldades inerentes ao processo de reestruturação económica que vai pôr em causa direitos e regalias adquiridas.

Não. Helmut Kohl falou de dinheiro. O mais velho expediente do mundo. E funcionou. A maioria da população votou na expectativa das promessas a cumprir já, imediatamente.

Como se num passe de mágica todos fossem no dia seguinte acordar transformados em *rockefellers*, com os bolsos a abarrotar de marcos federais e um futuro sem preocupações pela frente. As eleições, diz-se, decorreram em liberdade. Democraticamente. Será?

A comunicação social não questionou este aspecto. Como se tacitamente estivesse estatuído que basta o escrutínio universal, directo e secreto para consagrar a liberdade de voto, garantir a democracia. Mas todos estiveram de acordo que a palavra chave destas eleições foi *dinheiro*.

Money, money que é mais internacional e nem tem as subtilezas do alemão.

É comum dizer-se que a experiência é a melhor mestra da vida. Pena é que, as mais das vezes, seja preciso pagar tão cara a lição.

Como já muitos descobriram por cá, as promessas raramente são cumpridas, mas a factura é sempre apresentada. Com juros.

Assembleia da República

PCP opõe-se a entrada na UEO

«É um empecilho à "construção europeia"»

— afirmou João Amaral

«Nem mais encargos político-militares, nem empecilhos no processo de desarmamento e de construção de uma nova Europa, nem decisões tomadas à revelia da reflexão conceptual que o País tem de fazer em matéria de defesa nacional». Com estas três ordens de razão, desenvolvidamente expostas e fundamentadas pelos deputados comunistas João Amaral e José Manuel Maia, justificou o Grupo Parlamentar do PCP a sua posição quanto à proposta de adesão de Portugal à União da Europa Ocidental (UEO), submetida na passada semana à ratificação da Assembleia da República.

Foram sobretudo a filosofia e os objectivos desta estrutura político-militar, reactivada nos últimos anos e onde se agrupam nove dos doze países da CEE, que maiores críticas e reservas suscitaram aos parlamentares comunistas, levando-os a manifestar o seu inequívoco desacordo por uma adesão que na sua perspectiva não serve os interesses nacionais nem os da «construção europeia».

Desde logo, como foi lembrado, porque nada há que possa justificar uma adesão que «acrescenta novas obrigações militares ao País, reforça as que já tem e alarga o seu campo geográfico de intervenção militar».

Estas, com efeito, seriam algumas das consequências decorrentes da entrada de Portugal na UEO que ficaria assim obrigado, como resulta do artigo V do Tratado, em caso de conflito na Europa que envolva um dos países signatários, a nele entrar obrigatoriamente com todos os meios ao seu alcance (militares e outros), isto sem falar de outros absurdos como o do reforço da vertente nuclear apontada à Europa central e oriental ou o da abertura a intervenções em qualquer parte do globo onde interesses alegadamente europeus possam ser «entendidos como beliscados».

Razões, pois, como facilmente se depreende, mais que suficientes para justificar o não assentimento a uma tal adesão, mas a que se deve ainda juntar uma outra, de igual peso, a qual decorre, como frisou João Amaral, da própria Constituição da República. Esta, recorde-se, define no seu articulado os mecanismos necessários para a declaração do estado de guerra, mecanismos esses que não se vê como podem ser ajustáveis a uma declaração automática e obrigatória como preconiza o referido artigo V do Tratado.

Quadro internacional novo

Acresce ainda — e esta foi uma segunda ordem de razão invocada pela bancada comunista — que todos os pressupostos que levaram à abertura do processo de entrada na UEO têm nada mais nada menos do que 16 meses, tantos quantos os que nos separam da data do início das conversações tendentes à elaboração do Protocolo de adesão.

Significa isto, como foi salientado, que muita coisa se passou neste período, muita água correu sob as pontes, como o atestam as profundas mudanças ocorridas na Europa. Este facto, lembrou-o João Amaral, justificaria, até pelas necessidades da construção europeia, «que a adesão não se consumasse e que a própria UEO regressasse ao frigorífico onde hibernou durante quase trinta anos».

«Não vamos fazer este debate como se não se tivesse passado nada este ano, observou o deputado comunista antes de acentuar

«com o mesmo estilo, as mesmas ideias e a mesma postura» que há um ano, antes das alterações na Polónia, Hungria, Checoslováquia, Roménia e RDA, antes da Cimeira da Malta, do processo de unificação da RDA e RFA, antes das últimas propostas da NATO de desarmamento convencional na Europa, dos progressos nas negociações de Viena sobre forças convencionais na Europa, das propostas de uma Helsínquia 2 ou antes do reforço e revitalização do Conselho da Europa.

«Não é possível passar por cima disto tudo, agarrar na postura que se desenhou em 1984 (há seis anos) de revitalização da UEO e transportá-la para os tempos de hoje», objectou ainda João Amaral, tanto mais que, frisou, se este processo tem obviamente a ver com pretensões hegemónicas francesas, está «fundamentalmente ligado ao processo conflitual da instalação dos SS-20 e dos Pershing 11», às necessidades de

«actuação "out of area" que não encontravam acolhimento no Tratado de Washington» e ainda à «partilha dos encargos» (uma questão interna da NATO).

Conceitos atrasados

A completa desactualização dos conceitos e objectivos na área da nossa política externa, defesa e estratégia, constituiu, por sua vez, o último e decisivo argumento colocado no centro do debate pelos deputados comunistas, sendo em sua opinião mais um forte motivo a desaconselhar por completo o processo de adesão — a panóplia conceptual neste domínio oriunda de cidadãos com responsabilidades é disso o melhor exemplo, como lembrou João Amaral —, justificando, isso sim, bem pelo contrário, a sua urgente «reformulação e actualização». É que, foi sublinhado, «o cenário internacional não espera, não há relatórios que se possam ir buscar à gaveta para responder ao desafio».

O «caso» pacote laboral Governo cede ao patronato?

O Grupo Parlamentar do PCP instou terça-feira o Governo a desmentir inequivocamente não ser sua intenção apresentar um novo pacote laboral tendente a desregular a legislação da contratação colectiva, a desfavorecer os trabalhadores na flexibilização do horário de trabalho e do trabalho por turnos e a retomar algumas das propostas mais gravosas em matéria de despedimentos.

A questão foi colocada pelo deputado Jerónimo de Sousa e decorre de notícias recentemente vindas a público dando conta da existência de um projecto de pacote laboral arquitectado na Teixeira Gomes onde estariam contempladas algumas das exigências em matéria de leis do

trabalho das confederações patronais.

Exigências, recorde-se, que têm encontrado nos mais diversos sectores a firme resistência dos trabalhadores e que a virem a ser satisfeitas pelo Executivo representariam, como sublinhou Jerónimo de Sousa, o «rasgar de todo o articulado da Constituição laboral», com o desmantelamento de «quase todo o edifício jurídico laboral através nomeadamente das alterações à lei dos despedimentos, das comissões de trabalhadores, das associações sindicais, da greve e da proibição do *lock-out*, das férias, feriados e faltas, dos horários de trabalho e da contratação colectiva».

Analisando os desenvolvi-

mentos mais recentes da situação política — de onde relevam a luta dos trabalhadores, a segunda remodelação governamental em dois meses e o disparo da inflação — Jerónimo de Sousa salientou que eles põem em evidência «os embaraços, as contradições e os desaires do Governo», colocando simultaneamente na ordem do dia «novas exigências e justas reclamações dos trabalhadores».

Detendo-se na inflação, o deputado comunista fez notar que a forte reaceleração dos preços «está longe de ter uma natureza meramente conjuntural» e considerou-a como mais um flagrante fracasso do Governo que, assinale-se, a definira como um combate prioritário da sua acção.

Regulamentar a publicidade

A publicidade, fenómeno com um peso crescente nas sociedades modernas, seja pela sua vertente artística seja pela económica, esteve em debate faz hoje uma semana na Assembleia da República, por feliz acaso ou escolha, no dia designado como o «do consumidor».

Tratou-se sobretudo de apreciar as disposições contidas num projecto de lei socialista que se propõe regular a actividade publicitária, preenchendo assim enormes as lacunas actualmente existentes neste sector onde a legislação é não só manifestamente exígua como desactualizada.

Esta foi aliás uma das

principais razões invocadas pela bancada do PS para a apresentação do seu projecto, elaborado com a preocupação, disse-o Arons de Carvalho, de responder à «manifesta incapacidade do Governo em rever a actual lei da publicidade», uma lei em alguns pontos, sublinhou, «desadequada da realidade socioeconómica e cultural».

Definido pelos seus autores como «inovador», o projecto regulamenta o exercício da actividade publicitária, quer definindo os tipos, limites e deveres emergentes dos contratos a celebrar no sector, desde o contrato de publicidade propriamente dito aos de difusão e criação publicitária e de patrocínio.

Sérgio Ribeiro, em nome da bancada comunista, depois de ter alertado para a forma leviana como por vezes a actividade é tratada e para alguns dos riscos que a sua utilização indevida pode originar com a criação de «ilusórias necessidades», sem falar nos casos em que é enganosa ou veicula informações falsas ou dolosas, considerou o projecto como um texto de trabalho e uma «plataforma e ponto de partida para a recolha de indispensáveis sugestões e aperfeiçoamento», opiniões essas que devem vir em primeiro lugar, acentuou, dos consumidores, dos anunciantes e dos agentes publicitários.

Trabalhadores

Sistema educativo em debate

Docentes não se conformam com a reforma do Governo

Protestos no pré-escolar e no básico

coincidem com decisão manifestada em Coimbra (2.º Congresso-Centro) de intensificar a acção sindical nas escolas

A reorganização curricular nos ensinos básico e secundário é o tema central de um encontro de reflexão a efectuar hoje e amanhã em Coimbra por iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Em debate estará a reforma do sistema educativo português, com a presença de dinamizadores docentes, como Ana Benavente, Rogério Fernandes, Inês Borges, Lucília Salgado, Salvado Sampaio e Conceição Dias.

Sexta-feira passada já estavam inscritos para o debate, que decorrerá no auditório principal do Hospital Novo, cerca de 500 pessoas.

Entretanto, o mesmo Sindicato dos Professores (SPRC) protestava contra o «engano» que foram os concursos para a docência pré-escolar e ensino básico.

Aberto, finalmente, em 12 do corrente, o «certame» apresentava um número irrisório de vagas, que não chegava no total a 200. Ao mesmo tempo, o número de lugares a extinguir «ronda a centena e meia na educação pré-escolar e ultrapassa os 4 400 no 1º ciclo do ensino básico», sublinha o SPRC.

Grande preocupação quanto ao futuro

Ao comentar esse concurso, pelo qual professores e educadores de infância «esperavam ansiosamente», o Sindicato, SPRC, manifesta grande preocupação quanto ao futuro da educação e do ensino.

A mesma atitude é sublinhada também quanto à «estabilidade profissional dos docentes deste sector». O SPRC atribui a responsabilidade por esse estado de coisas ao Governo e, em particular ao Ministério da Educação, que acusa de «incapacidade».

Sublinha o SPRC que a rede de educação pré-escolar não abrange mais de 30 por cento da população infantil.

O fenómeno da diminuição das vagas não se deve apenas à «diminuição dos nascimentos». Se a lei de bases do sistema educativo for integralmente cumprida, os efeitos da menor população escolar podem ser ultrapassados, diz ainda o Sindicato.

Por outro lado, há muitas centenas de professores do

1º ciclo do ensino básico com mais de 36 anos de exercício e 60 de idade.

Esses profissionais não se aposentam, acrescenta o SPRC, porque «teimam em esperar, e muito justamente, que o Governo lhes conceda a revalorização material a que têm direito».

A direcção sindical termina o seu comentário sobre o assunto com um apelo à movimentação nas escolas com o apoio do Sindicato e da Fenprof, que, como se sabe, é a Federação do sector a nível nacional.

Entretanto, em Lisboa, o SPGL, afirmava em 13 do corrente que o ME (Ministério) tem 35 vagas de educadores de infância para todo o País». O Sindicato da Grande Lisboa refere-se, neste caso, a «vagas reais».

A criação de 400 novos lugares não se verificou, contrariando expectativas criadas o ano passado, em Dezembro.

Os problemas sem solução continuam também no ensino particular e cooperativo. Os professores desse sector estiveram reunidos recentemente para conseguirem a publicação oficial do

diploma que deve regulamentar a sua segurança social.

Foi aprovada uma moção nesse sentido, e tratou-se também nessa reunião, entre outros assuntos, da questão das carreiras, nomeadamente no sentido de as mesmas serem equiparadas às

dos «seus colegas do ensino oficial».

Os professores por todo o País continuam a discutir essas e outras questões, que tiveram expressão ainda recentemente no 2º Congresso dos Professores do Centro, organizado pelo respectivo Sindicato em Coim-

bra, «num quadro de mudança e complexidade, quando os objectivos estratégicos para a Educação, que o Governo quer levar a cabo, vão levar ao conflito e a ataques permanentes aos sindicatos», pelo que deve intensificar-se a acção sindical nas escolas.

Agricultura 20,5 por cento de aumentos salariais conseguidos em Vila Real

No que se afigura inédito este ano e mesmo em anos anteriores, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real acaba de conseguir em negociações com a Associação dos Agricultores do mesmo distrito aumentos salariais de 20,5 por cento.

A aplicação deste aumento, considerado bastante positivo na reposição do poder de compra, depende agora da publicação oficial, que depende do Governo.

O Sindicato reclama a extensão dos re-

sultados conseguidos em Vila Real a todo o Norte e Centro do País, o que exige a publicação de uma portaria de extensão do Governo.

Recorde-se que os trabalhadores agrícolas, com excepção dos de Vila Real, continuam abrangidos por uma portaria de 1979, «completamente desajustada da realidade laboral dos dias de hoje», sublinha o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real.

Iniciativas dos reformados

A pró-comissão de reformados, criada no âmbito da União dos Sindicatos de Coimbra (USC), organização intermédia da CGTP, reunida naquela cidade segunda-feira passada, decidiu promover um encontro distrital de reformados, com a participação do MURPI.

Anunciado para a segunda quinzena de Abril, esse encontro que antecipa a conferência nacional a efectuar em

Novembro, é determinado principalmente pelas **débels condições económicas** em que se encontra essa larga camada da população, que tem necessidade absoluta de promover e defender as suas reivindicações.

Um dos problemas mais sentidos é o da assistência médica e medicamentosa que — lembra a USC — «é agravada pelo pagamento

das taxas moderadoras e pelos medicamentos não participados».

Os trabalhadores reformados projectam o reforço da sua organização e acção na defesa dos seus interesses, designadamente no que respeita à apresentação de uma proposta ao Governo para aumentos intercalares das reformas, com início em Maio.

2.º Congresso da União dos Sindicatos de Vila Real

Cerca de oitenta delegados eleitos pelas respectivas organizações sindicais reuniram-se no passado sábado, no segundo Congresso da União dos Sindicatos de Vila Real. O Congresso, cujos trabalhos tiveram lugar nas instalações da Universidade daquela cidade transmontana, discutiu e aprovou o re-

latório de actividades da União e uma Plataforma de Acção Sindical. Este documento, que analisa exaustivamente a realidade do distrito, destacando nomeadamente as dificuldades na intervenção do movimento sindical — isolamento, implantação eleitoral de direita, concentração operária de peque-

na dimensão, dispersão geográfica, repressão e intimidação — faz, no entanto, um balanço positivo da sua actuação, referindo nomeadamente que se soube encontrar respostas adequadas às diversas situações. No final, os delegados elegeram o novo Conselho Distrital da União para o próximo triénio.

Torraltta ameaça com 500 despedimentos

Segundo os sindicatos da hotelaria, designadamente a Federação (FESHOT), a Torralta prepara-se para despedir 50 por cento dos seus efectivos de pessoal.

A ameaça, contida num documento assinado pelo novo conselho de administração, atinge 500 trabalhadores.

Numa nota recente, a FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal) avisa que as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores da Torralta vão fazer tudo o que estiver ao seu alcance para impedir que a intenção da empresa se concretize.

A FESHOT recorda que a Torralta se tem tornado «famosa por recorrer permanentemente ao erário público para resolver os seus problemas financeiros».

Mas, pelos vistos, desta vez não chega. A Torralta ameaça, recorrer à distribuição de postos de trabalho.



Durante uma votação

Governo PSD : o único responsável

DORL do PCP comenta a luta dos maquinistas da CP

O novo período de luta dos maquinistas da CP suscitou à DORL do PCP os seguintes comentários, divulgados no passado dia 13:

1. As acções dos trabalhadores da CP — confirmando a sua firme disposição de continuar a luta em defesa dos seus interesses — constituem uma resposta necessária à intransigência e à irresponsabilidade do Governo PSD e do Conselho de Gerência da CP. Com efeito, um Governo que recusa o diálogo; que se aumenta principescamente a si próprio e recusa aumentar condignamente os trabalhadores; que tudo tem feito para agravar a qualidade do serviço prestado às populações pela CP — não entende outra linguagem, e só pode ter como resposta a utilização pelos trabalhadores da sua arma mais forte: o recurso à greve.

A greve decidida pelos maquinistas da CP para o

período de 12 a 21 é, pois, e mais uma vez uma greve da responsabilidade exclusiva do Governo de Cavaco Silva.

2. Uma acção grevista num sector de transportes causa evidentes e inevitáveis incómodos a milhares e milhares de cidadãos que têm o direito de ser transportados com dignidade e em condições de segurança. Como consequência da política do Governo do PSD tem-se vindo a assistir na CP a uma violação frontal deste direito, através, designadamente, do encerramento de ramais, da degradação do material circulante, da ausência de cumprimento das regras mínimas de segurança acordadas internacionalmente. Por tudo isto, importa sublinhar e valorizar a justiça da luta das populações em defesa dos seus direitos, quer as acções de protesto contra o encerramento de ramais que as recentes movimentações dos utentes, que levaram à inter-

rupção da circulação de comboios em Oeiras e Queluz. Trata-se de um justo movimento de protesto que, tem as suas origens nas condições infra-humanas em que, particularmente na linha de Sintra, dezenas de milhares de pessoas são transportadas diariamente e que, com a greve dos maquinistas da CP, se agrava. Os graves transtornos e incómodos sofridos pelos utentes são, pois, da exclusiva responsabilidade do Governo de Cavaco Silva.

3. É evidente que os problemas dos trabalhadores da CP e dos utentes têm uma única e mesma origem: a política do Governo PSD. Sendo assim, é mais justo que uns e outros levem por diante a luta de modo a conseguirem a resolução desses problemas. É justo igualmente que o façam numa perspectiva de conjugação de esforços de modo a dar mais força e eficácia à justa luta que travam.

4. É evidente, também, que a forma de luta que vem sendo adoptada pelo Sindicato dos Maquinistas, e atendendo aos grandes e graves inconvenientes que ocasiona aos utentes, se manifesta extremamente popular e contraditória com a legítima acção dos trabalhadores.

Por isso, a reconsideração desta forma de luta cria as melhores condições para a convergência plena de acção com os utentes e, portanto, para o êxito da luta comum.

5. A DORL do PCP, ao mesmo tempo que exige do Governo e do Conselho de Gerência da CP uma resposta positiva às justas reivindicações em causa, apela aos trabalhadores e aos utentes da CP para que desenvolvam todos os esforços no sentido de unirem forças e vontades contra o verdadeiro e único responsável de toda a situação: o Governo do PSD/Cavaco Silva.

A situação política e a actividade do Partido

Comunicado da Comissão Política

A Comissão Política do PCP, reunida no dia 19 de Março, apreciou os últimos desenvolvimentos da actuação do Governo PSD de Cavaco Silva, examinou outros acontecimentos salientes da situação política, económica e social do país, dedicou especial atenção ao acompanhamento da actividade do Partido e à preparação do XIII Congresso (Extraordinário).

1. A Comissão Política salienta que a evolução da situação, após as eleições autárquicas de Dezembro passado, confirma tanto o propósito governamental da intensificação da política de restauração monopolista, como a redução e enfraquecimento da base de apoio do Governo, pondo em evidência as suas crescentes dificuldades, desaires, recuos, embaraços e contradições. Esta nova situação é ilustrada por factos recentes de tão claro significado, como o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e outras camadas sociais, a segunda remodelação governamental, em dois meses, imposta pela demissão do ministro da Defesa, aliás esperada desde a sua tomada de posse, a manifesta inadaptação ao cargo da parte de outros ministros, o disparo da inflação com a subida recorde de preços no mês de Fevereiro, os projectos e o precipitado recuo e desmentido de um novo «pacote laboral», a ambiguidade e hipocrisia das posições governamentais acerca da atribuição de um canal de televisão à Igreja Católica.

2. **Inflação.** O espectacular aumento do índice de preços no consumidor no passado mês de Fevereiro (a taxa mensal mais elevada registada nos últimos cinco anos) vem confirmar que a forte reaceleração dos preços a que se tem assistido não é de natureza meramente conjuntural.

Sendo certo que o Governo havia erigido de novo o combate à inflação como a sua primeira prioridade, o disparo da taxa de inflação nos dois primeiros meses do ano significa um profundo fracasso da política económica do Governo.

Reconfirmada a completa ultrapassagem das metas governamentais da inflação para o ano corrente é praticamente garantido que a inflação em 1990 será superior à registada no ano passado, exige-se que o Governo tome as necessárias medidas correctoras e que o ministro das Finanças dê explicações públicas ao País. O PCP decidiu interpelar o ministro sobre esta matéria na próxima sessão de perguntas ao Governo na Assembleia da República, que terá lugar a 23 de Março.

A Comissão Política do PCP reclama, designadamente, a urgente reavaliação do programa de investimentos da Administração Central (cuja programação material está completamente ultrapassada), e bem assim as dotações orçamentais para educação, saúde e outras funções sociais.

A Comissão Política do PCP aponta como exigência inadiável a revisão dos acordos salariais já concluídos com base em metas de inflação que se não irão cumprir — na Administração Pública, no Sector Empresarial do Estado e no sector privado — de forma a impedir que se verifique uma diminuição dos salários reais dos trabalhadores portugueses e uma continuada diminuição da parte dos salários no rendimento nacional. É igualmente imperioso proceder a idêntica revisão em relação ao salário mínimo nacional e às reformas e pensões.

A luta que se tem travado e a travar poderá obrigar o Governo a atender estas reivindicações como aliás se pode inferir pela carta de Cavaco Silva aos membros do PSD. A verificação de tais aumentos eles não traduzirão a atenção do Governo pela grave situação social, mas um recuo do Governo perante a luta contra a sua política.

3. **Novo «pacote laboral».** A Comissão Política regista os desmentidos do Governo em relação à elaboração por sua iniciativa de um novo «pacote laboral».

É, entretanto, necessário que o Governo explique as razões porque circulam provenientes de departamentos governamentais projectos de diplomas que constituem as peças de um novo «pacote laboral». Se o Governo quer dar credibilidade aos seus desmentidos é necessário que desautorize os responsáveis pela iniciativa e pela sua circulação.

A apreciação do conteúdo dos novos projectos de diplomas governamentais, agora anejitados, revela que com eles se pretendiam dois objectivos principais: «a cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador» e a alteração do «regime jurídico da duração do trabalho». Com o primeiro o objectivo seria facilitar ainda mais os despedimentos com uma cláusula que não passou no anterior pacote. Com o segundo tinha-se em vista o alargamento indefinido da jornada do trabalho.

A Comissão Política salienta que esta iniciativa governamental desenvolvida conjuntamente com a grande operação das Confederações Patronais no Conselho de Concertação Social para tentarem impor às Centrais Sindicais uma verdadeira compra de direitos fundamentais dos trabalhadores a troco de uns aumentos de salários, revela que o grande capital e o seu Governo não deixarão de voltar à carga. O patronato faz tudo para consagrar na lei a degradação das condições de trabalho que já se verificam na prática.

É imperioso manter uma grande vigilância e preparar uma permanente mobilização das forças sindicais e democráticas contra a ameaça de um novo «pacote laboral».

A Comissão Política saluda as vigorosas reacções do movimento sindical face a esta nova ameaça contra os direitos dos trabalhadores e considera que é delas que reside a principal razão do recuo governamental.

O PCP exorta a classe operária e todos os trabalhadores a proseguírem com determinação a luta em defesa dos seus direitos e conquistas e por melhores condições de vida e de trabalho.

As ameaças de novo pacote laboral confirmam a tese do PCP de que o avanço da restauração monopolista traz consigo não só a degradação das condições sociais, mas também a degradação da democracia política.

4. **Abertura da televisão.** A Comissão Política apreciou o debate em curso na Assembleia da República e no país em relação à abertura da televisão à iniciativa privada.

No momento em que vão ser tomadas as opções mais melindrosas, o PCP considera oportuno reafirmar que a nova lei, no respeito pela Constituição, tem que assegurar um serviço público de televisão com plena independência perante o Governo e demais poderes públicos e que garanta a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião. O desempenho destas exigências constitucionais implica uma profunda reforma da televisão pública que temos, mas não com a redução das suas condições materiais, pelo contrário, com a melhoria da sua qualidade nos dois canais em que é exercida.

Em relação à possibilidade de ser atribuído um canal ou parte de um canal (como faz a proposta governamental) à Igreja Católica, é imperioso denunciar as persistentes ambiguidades e hipocrisia da parte do Primeiro-Ministro e do Governo e a tentativa de sacudirem as responsabilidades de uma opção própria na matéria, transferindo-as para os ombros da oposição. O PCP entende por isso sublinhar que a questão do licenciamento dos novos canais só pode ser resolvida de acordo com o artigo 38.º da Constituição, que estabelece que as licenças são conferidas por concurso público, o que implica a perfeita igualdade dos concorrentes e exclui qualquer estatuto de privilégio.

Outra coisa muito diferente é a obrigação da lei assegurar a plena respeitabilidade do princípio da liberdade da religião e o seu reflexo na actividade televisiva.

A Comissão Política manifesta a sua solidariedade ao movimento que visa apelar ao Presidente da República para que não promulgue a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Entretanto anuncia que se lei vier a ser publicada os deputados do PCP tomarão a iniciativa de requerer ao Tribunal Constitucional que proceda à fiscalização da sua constitucionalidade.

5. **Lei das Privatizações.** A Comissão Política aprecia positivamente o facto de o Presidente da República ter decidido submeter a Lei das Privatizações à fiscalização preventiva de constitucionalidade.

A decisão do Presidente da República dá razão às posições e dúvidas suscitadas pelo PCP durante o debate desta lei na Assembleia da República. O seu pedido não contempla, no entanto, outras inconstitucionalidades flagrantes, que é imperioso serem apreciadas pelo Tribunal Constitucional, como a que permite que mesmo nos escassíssimos sectores vedados se possam fazer privatizações a 49% e a não definição na lei das situações e das condições concretas em que o Governo pode proceder à venda directa de empresa públicas.

A Comissão Política regista também como positivas algumas reacções de preocupação em sectores, até agora totalmente favoráveis às privatizações, que começam a compreender que privatizar é cada vez mais entregar ao capital estrangeiro importantes empresas públicas em sectores estratégicos da economia nacional. Os desafios da integração exigem cada vez com mais clareza um importante e renovado Sector Empresarial do Estado.

6. **Reservas de ouro.** A Comissão Política considera da maior gravidade a revelação feita pela imprensa da perda de toneladas das reservas de ouro do Banco de Portugal, por efeito da declaração de falência de uma instituição norte-americana (Drexel) dedicada à actividade especulativa. Este facto justifica a maior apreensão pelos critérios que as autoridades monetárias seguem na selecção das entidades com que negociam. Impõe-se que o Governo e o Banco de Portugal prestem prontas esclarecimentos ao país.

7. **Poder local e regionalização.** A Comissão Política reprova com toda a energia a política centralista do Governo que tem uma das suas mais graves manifestações na transferência das responsabilidades sem a correspondente transferência de recursos. Constituem exemplos recentes desta política a tentativa de forçar as autarquias a participar no capital de empresas públicas de transportes, arcando com os prejuizos; os pesados encargos resultantes para as autarquias da nova legislação governamental sobre os Planos Directores Municipais, que o PCP já chamou à apreciação da Assembleia da

República; a pressão e a chantagem exercidas pelos departamentos governamentais sobre as autarquias em torno do cumprimento dos contratos programas.

A Comissão Política apreciou muito positivamente as diversas iniciativas desenvolvidas pelo Partido tendo em vista o reforço dos direitos e competências das freguesias e dos seus eleitos.

A Comissão Política decidiu reforçar ainda mais o empenhamento do PCP em todas as iniciativas que contribuem para desbloquear o processo de Regionalização e a aprovação mais rápida possível da Lei Quadro das Regiões Administrativas pela Assembleia da República.

8. **Unidade dos democratas.** A Comissão Política apreciou as iniciativas e esforços desenvolvidos pelo Partido no sentido de reforçar o diálogo, a convergência e a unidade dos democratas na luta contra a política de direita, em torno das grandes questões que afectam o País e tendo em vista uma alternativa democrática.

A Comissão Política reafirma o empenhamento do PCP na CDU, cujo papel resultou reforçado nas últimas autárquicas pela força revelada, as posições alcançadas e pela capacidade de diálogo com outras forças políticas. A dinamização da CDU constitui por tudo isto uma tarefa de grande importância no contexto da unidade democrática.

A Comissão Política reafirma também o empenhamento dos comunistas na coligação «Por Lisboa», não poupando esforços para assegurar a plena concretização do seu programa e objectivos. Sem ignorar momentâneos problemas, o PCP está confiante que a coligação «Por Lisboa» corresponderá ao largo e esperançoso apoio que lhe foi conferido pelos municípios da capital.

9. **Integração Europeia.** A Comissão Política do PCP apreciou as questões relativas à Integração Europeia, face à aproximação do Mercado Único de 1993 e dos principais embates com que a economia portuguesa está confrontada — segunda fase do período de transição da agricultura portuguesa, consequências de não renovação do Acordo Multifibras, liberalização do movimento de capitais, acréscimo da concorrência de países não pertencentes à CEE, bem como a União Económica e Monetária e das eventuais alterações institucionais.

A Comissão Política do PCP considera inadmissível que o Governo continue a silenciar questões de maior relevância para o futuro do País. Esta será uma questão central da interpegação do PCP ao Governo, na Assembleia da República, para um debate de política geral centrado nos problemas da integração na CEE, já agendada para o próximo dia 3 de Abril.

A Comissão Política do PCP entende que o Governo deve explicitar com clareza as posições que pretende defender na «pré-conferência de informação reciproca inter-institucional» (Parlamento Europeu, Comissão, Conselho de Ministros da CEE) a realizar provavelmente em Maio e que não se deve apresentar na conferência intergovernamental, que terá lugar este ano, sem que se tenha efectuado um debate nacional sobre as questões em jogo e sem que seja portador das posições das forças políticas, sociais e da Assembleia da República.

10. **Preparação do XIII Congresso (Extraordinário).** A Comissão Política fez o balanço das comemorações do aniversário do Partido que marcaram também a apresentação ao País das Teses do Comité Central para o XIII Congresso (Extraordinário) e a abertura do debate em torno delas, salientando a grande participação e o clima de confiança em que decorreram os comícios, com destaque para os de Lisboa e do Porto, as sessões e outras iniciativas de massas realizadas.

Mantém-se em funções a Comissão de Redacção eleita pelo Comité Central, na sua última reunião, para o apuramento das alterações às Teses, tendo agora como principais tarefas o acompanhamento do desenrolar do debate em todo o Partido e a tomada de iniciativas próprias no sentido da melhoria do texto em discussão. A Comissão é constituída por Álvaro Cunhal, Albano Nunes, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, Luís Sá e Vítor Dias.

Com o debate das Teses do Comité Central já em plena marcha em todo o Partido, a Comissão Política exorta todos os militantes comunistas a inserirem-se na discussão colectiva, contribuindo com a sua opinião, críticas e propostas de alteração para as orientações e medidas que assegurem o reforço do PCP e tornem ainda mais apta a sua indispensável intervenção no combate à política de direita e por uma alternativa democrática.

19 de Março de 1990

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



Linhas férreas e desenvolvimento

O Salão do Centro Cultural de Vila Real encheu-se, na tarde do passado domingo. Dezenas de pessoas, vindas um pouco de todo o distrito, participaram no debate organizado pelo PCP, sobre «As Linhas Férreas e o Desenvolvimento de Trás-os-Montes». Presidida pelo camarada José Luís, da DORT, a sessão contou com as intervenções dos camaradas Vasco Paiva, do Comité Central, Joaquim Miranda, suplente do CC e deputado ao Parlamento Europeu, Luís Roque, deputado do PCP à Assembleia da República. Na mesa encontravam-se também os camaradas Neto, da Comissão Distrital de Bragança, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do CC, que encerrou o debate. Em breve publicaremos reportagem mais detalhada desta iniciativa.

Poder Local

Forum da CDU no Porto

Não se esgota na intervenção eleitoral o papel da CDU na vida política portuguesa, como coligação permanente e convergência unitária de forças de esquerda e democratas independentes, como espaço de debate dos problemas e de intervenção local e regional. Por isso, o primeiro Forum Distrital da CDU, que vai realizar-se no Porto, no sábado dia 24 de Março, a partir das 15.00, no Hotel Tuela, pretende «fazer o ponto» da situação política nacional e considerar os principais problemas regionais, entre os quais o da regionalização, do PDR e do impacto do Mercado Único Europeu de 1993, e considerar linhas e campos para uma acrescida e mais aberta intervenção e iniciativa da CDU no Distrito do Porto.

O Forum da CDU é convocado por um conjunto de personalidades do PCP, do PEV, da Intervenção Democrática e independentes que se destacam, Alberto Andrade, Armando de Sá, Aveilino Gonçalves, Edgar Correia, Elmídio Ribeiro, Helena Fortuna, Helena Medina, Irene Castro, Luiz Oliveira Dias, João Morais Cabral, João Semedo, Jorge Lopes, José Timóteo, Maria João Gonçalves, Paulo Teixeira de Sousa, Raul de Castro e Rosa Pinto.

Nesta iniciativa, em que participarão membros das coordenadoras concelhias da CDU, deputados à Assembleia da República e eleitos autárquicos, serão também debatidas questões relativas ao funcionamento da CDU no Distrito do Porto, ao alargamento da CDU como espaço de convergência democrática, bem como o relacionamento com organizações políticas à esquerda do PSD e com organizações sociais e culturais, na linha do reforço dos espaços de cooperação e de entendimento para uma alternativa democrática à política e ao Governo da direita.

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, a criação da Comissão Municipal de Transportes e Circulação que, como órgão de consulta, visará reforçar e sistematizar a participação e o diálogo entre todos os que intervêm nos domínios dos transportes, circulação, estacionamento e respectiva fiscalização. A criação desta comissão tem em vista responder «à necessidade imperpreável de coordenação da actuação e das perspectivas das várias entidades e interesses naquele sector».

A ela competirá emitir pareceres sobre as linhas directivas da política de transportes e circulação definida e executada pelo Município, concertar actuações das diversas actividades intervenientes no sector e propor medidas que tenham em vista o desenvolvimento harmonioso do sistema de transportes, de circulação e do estacionamento e ordenamento urbano.

A Comissão Municipal de Transportes e Circulação integrará, além de representantes dos serviços da edilidade, representantes de entidades da Administração Central, de operadores de transportes, da fiscalização do trânsito, de entidades profissionais e de representantes dos utentes.

Seminário na Amadora

Realizou-se no dia 18 de Março, no Salão Nobre da Câmara Municipal, um seminário nacional com o tema «Planeamento Municipal e Regional Que-Futuro?». O Seminário, promovido pelo PCP, teve por objectivos analisar e debater a situação actual existente neste domínio, a recente legislação publicada pelo Governo (2 de Março) e as perspectivas, problemas e potencialidades de actuação dos municípios. Foi objecto de particular atenção o estabelecimento pelo Governo da obrigação de todos os municípios elaborarem e aprovarem um Plano Director Municipal até 31 de Dezembro de 1991, tendo sido generalizada a conclusão de que o governo não criou condições financeiras, de informação de base e de descentralização do processo para tornar tal prazo realizável.

Na reunião participaram cerca de uma centena e meia de pessoas, contando-se entre outros, eleitos das autarquias, técnicos municipais e do sector privado, alguns dos quais não são militantes do PCP. Foram apresentadas dezenas de comunicações de eleitos e de técnicos, quer de estudo da legislação existente, quer de relato das experiências em curso. Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, fez uma intervenção de encerramento.

Bancários comunistas de Setúbal

Reestruturação da Banca é necessidade urgente

No passado dia 13 a Coordenadora Distrital dos Bancários de Setúbal do PCP divulgou a seguinte nota aos órgãos regionais da Comunicação Social, a propósito do 15.º aniversário da nacionalização da Banca — 14 de Março de 1975.

A Coordenadora Distrital dos Bancários da Organização Regional de Setúbal do PCP reafirma a necessidade urgente de uma reestruturação da banca que conduza à formação de um forte sector público bancário capaz de enfrentar o embate do Mercado Único Europeu e os fortes grupos económicos internacionais. Por outro lado não podemos deixar de denunciar e combater os propósitos do Governo de Cavaco Silva de, a coberto da revisão constitucional permitida pelo PS, prosseguir na senda das privatizações, enfraquecendo o sector e pon-do-o à disposição dos grandes bancos es-

trangeiros, com os consequentes reflexos negativos quer para a economia nacional quer para os direitos e regalias dos trabalhadores.

A Coordenadora Distrital dos Bancários da Organização Regional de Setúbal do PCP saluda a passagem do 15.º Aniversário da Nacionalização da Banca, apela à participação dos bancários nas iniciativas de comemoração e faz votos que estes, unidos e organizados em torno das suas estruturas representativas, se mobilizem na defesa dos seus interesses, nomeadamente de um forte sector público bancário e do ACTV, cuja revisão se aproxima.

Sector têxtil Encontro no Porto

As Direcções das Organizações Regionais do Porto e do Minho do PCP promovem no próximo sábado, dia 24 de Março, no Hotel Tuela, no Porto (à Rua Arquitecto Marques da Silva), um Encontro sobre **A Reestruturação do Sector Têxtil Português, o Acordo Multifibras (AMF) e outros condicionantes externos.** A intervenção de abertura do Encontro será feita pelo camarada Carlos Carvalhas, da Comissão Política do CC do PCP, responsável na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial do Parlamento Europeu pela elaboração do parecer sobre o Acordo Multifibras.

Participarão neste Encontro quadros ligados às várias vertentes do problema em debate e está previsto o convite a representantes das organizações sindicais e comissões de trabalhadores do sector, associações empresariais, departamentos técnicos e autarquias da área têxtil.

dado à economia nacional, quer no apoio às empresas em dificuldades, quer nos milhares de milhões de contos transferidos para os cofres do Estado.

Também os trabalhadores bancários viram os seus direitos e regalias reforçados após a nacionalização, sendo disso exemplos os serviços de assistência médica (os SAMS) e o crédito à habitação.

Em 14 de Março de 1975, o V Governo Provisório, face à importância do sector na economia nacional, à fuga do patronato e às transferências, ilegais e altamente lesivas dos interesses do País, de capital, que se estavam a operar para o estrangeiro, decidiu a nacionalização da Banca.

É incontestável a importância do contributo que a Banca Nacionalizada tem

Demissão de José Saramago da AML

Nota do gabinete de Imprensa do PCP

Solicitado por órgãos de Informação a comentar a demissão de José Saramago de presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, o gabinete de Imprensa do PCP está autorizado a salientar:

José Saramago é um grande escritor português, sendo motivo de natural satisfação do PCP contá-lo entre os membros do Partido.

As razões invocadas para o seu pedido de demissão, que se lamenta, relevam do seu foro íntimo e são por isso respeitáveis.

Entende-se, entretanto, necessário informar que o PCP não expressou qualquer falta de confiança em José Saramago, designadamente (com referência ao caso) para o desempenho do cargo de presidente da Assembleia Municipal de Lisboa.

Parlamento Europeu

Reforma da Comunidade mobiliza eurodeputados

O Parlamento Europeu decidiu convocar uma pré-conferência, a realizar durante a Primavera, para preparar a Conferência Intergovernamental agendada para Dezembro, em Roma, e definir a sua estratégia para a União Europeia.

No debate, seguido pelo presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, os eurodeputados defenderam a necessidade da referida Conferência não se limitar a debater a questão da União Económica e Monetária (UEM), mas também a reforma institucional da Comunidade, de modo a reforçar a componente democrática da sua organização interna.

A realização da pré-conferência foi pedida no relatório apresentado por David Martin, do Grupo Socialista, que propôs a participação do PE com uma delegação de doze membros, da Comissão e do Conselho, com o objectivo de fixar o mandato da Conferência e definir as condições da participação do PE nos respectivos trabalhos.

Segundo o relatório agora adoptado, da pré-conferência deve resultar a inscrição dos seguintes pontos na ordem de trabalhos da Conferência Intergovernamental:

— criação da UEM, segundo um calendário preciso, automático e obrigatório, entre os Doze ou, se necessário, entre os que o desejarem;

— concretização de uma política externa e de uma política de segurança comuns ao serviço da paz;

— o aperfeiçoamento das cláusulas do Tratado relativas aos sectores social e do ambiente;

— incorporação, nos tratados, de disposições a favor de uma Europa dos cidadãos e da Declaração dos Direitos e Liberdades Fundamentais;

— aumento da capacidade de tomada de decisões do Conselho;

— reforço dos poderes de execução da Comissão;

— reforma do sistema de recursos próprios da Comunidade;

— o reconhecimento, a nível comunitário, da dupla legitimidade representada, por um lado, pelo Conselho de Ministros e, por outro lado, pelo Parlamento Europeu, através da atribuição ao PE de poderes de co-decisão com o Conselho em matéria de legislação comunitária; de apresentação de propostas de legislação; de dar a sua aprovação à nomeação da Comissão, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas; de proceder a inquéritos; de ratificar as decisões de carácter constitucional que requeiram igualmente a ratificação por parte dos Estados-membros; a ratificação de todos os acordos e convenções internacionais importantes que requeiram ratificação antes da sua entrada em vigor na Comunidade.

Acresce ainda que a Conferência deverá proceder a uma

reflexão sobre o futuro institucional da Europa visando atribuir ao PE o mandato de redigir o texto final do projecto de constituição da União Europeia em estreita colaboração com os parlamentos nacionais reunidos numa Assembleia Europeia comum («assises»).

Finalmente, o relatório reafirma a exigência de que as propostas aprovadas na Conferência Intergovernamental sejam submetidas, para votação e eventual alteração, ao PE, deixando claro que nenhum Estado pode ser obrigado a participar, contra a sua vontade, na União Europeia, nem, por outro lado, bloquear a vontade da maioria em avançar na sua criação.

Uma necessidade urgente

Os deputados portugueses no PE, que votaram a favor do relatório Martin, manifestaram nas suas intervenções preocupações diferentes. Enquanto António Capucho, do PSD, contrariando as posições até agora assumidas pelo Governo, se manifestava a favor do alargamento do mandato da Conferência Intergovernamental «aos problemas da política externa e do défice democrático das instituições europeias, designadamente quanto aos poderes do PE», João Cravinho, do PS, considerava que «o que está verdadeiramente em causa é o reforço da Europa e não apenas o dos poderes do PE».

Por seu turno, Carlos Car-

valhas, do PCP, defendeu que «a reforma institucional é uma necessidade urgente, no sentido da democratização da cooperação mutuamente vantajosa». Mas não deixou de alertar que a UEM «tem de ter como preocupação primeira os desequilíbrios regionais e sociais», pois «não se pode aceitar ver o social como um lindo jarro de flores para enfeitar a construção de uma comunidade assente na desregulação, no negociamento ou na lei da selva».

Para o deputado comunista, a pré-conferência é de grande importância desde que a sua composição e conteúdo dêem a oportunidade de um debate franco e transparente; criticou no entanto a proposta de apenas 12 representantes do PE participarem na Conferência Intergovernamental, já que tal excluiria à partida Grupos representados no Parlamento.

«As questões — disse — são demasiado sérias para exclusões e soluções apressadas. Votamos pelo reforço dos poderes do PE, não à custa dos parlamentos nacionais, mas à custa da Comissão que é um órgão não eleito».

Em relação ao sistema de cooperação monetária na CEE, Carlos Carvalhas defendeu que ele «deve favorecer os esforços de crescimento de cada Estado e em particular dos menos prósperos», devendo a coordenação das políticas económicas «privilegiar a convergência real e uma mais justa divisão comunitária do trabalho».

Legalização do aborto defendida no PE

O Parlamento Europeu aprovou a semana passada uma proposta de resolução em que exprime o seu vivo desejo de que os Estados-membros da Comunidade que ainda não tenham legalizado a interrupção voluntária da gravidez tomem essa decisão e que todos os Estados-membros se empenhem na concessão de uma assistência ao aborto segura, financeiramente custeável e acessível a todas as mulheres.

A proposta, apresentada pelo Grupo dos Verdes, esteve longe de ser pacífica. Apesar de, na Comunidade Europeia, apenas a Irlanda e a Bélgica proibirem de jure e de facto a interrupção voluntária da gravidez, diversas intervenções deixaram claro que se está ainda longe do reconhecimento efectivo do direito das mulheres à livre determinação da sua própria vida, designadamente o direito de escolha entre a maternidade ou a interrupção de uma gravidez indesejada.

A direita europeia, como de costume, manifestou-se contra a proposta, insensível à dramática situação de milhões de mulheres forçadas ao aborto clandestino e surda aos argumentos dos que, defendendo o direito ao aborto, não deixam de salientar que o mesmo deve ser considerado «o último recurso para uma gravidez não desejada», como diria na sua intervenção o camarada Carlos Carvalhas.

De assinalar, a propósito, que dos deputados portugueses apenas votaram contra a proposta os social-democratas, com António Capucho a escudar-se no insólito pretexto de que tal matéria era da responsabilidade dos parlamentos nacionais. É caso para dizer que o espírito comunitário só funciona quando dá jeito... Já os centristas foram mais consentâneos: abandonaram a sala antes da votação.

Mas, afinal, que havia de tão gravoso na proposta dos «Verdes»?

Talvez o facto de exprimir indignação por «na Irlanda ser proibida ou reprimida a própria venda de meios anti-concepcionais, em resultado do que pode surgir uma gravidez indesejada»; ou a denúncia das sentenças dos juizes irlandeses «proibindo também o fornecimento de informações relativas à assistência concedida noutros Estados-membros ao aborto, concretamente o Reino Unido, através de centros de informação para mulheres, em manuais para estudantes e, mais recentemente, em anúncios publicados na revista *Cosmopolitan*».

A maioria achou por bem criticar tais situações, que constituem um perigo para a saúde pública e um atentado aos direitos das mulheres.

E assim o Parlamento, «consciente de que a interrupção voluntária da gravidez constitui uma grave intervenção em situação de emergência», mas também «convicto de que o procedimento judicial não constitui uma forma aceitável de eliminação do problema», decidiu criticar os juizes irlandeses que

proferem sentenças proibindo o esclarecimento sobre a matéria, considerando que «agem em contração com a legislação comunitária no que respeita à conclusão do mercado interno, o qual prevê a livre circulação de serviços e de mercadorias».

Por outro lado, reafirmou-se a necessidade de pôr termo às perseguições e condenações de mulheres e médicos que efectuem o aborto, defendendo uma vez mais a necessidade de garantir à mulher, em toda a Comunidade, o direito à livre determinação da sua própria vida.

A posição do PCP

A favor da proposta dos «Verdes» aprovada pelo PE pronunciou-se o deputado do PCP Carlos Carvalhas, que na sua declaração de voto lembrou terem sido os comunistas, em 1982, autores de três diplomas legislativos visando consagrar direitos fundamentais da mulher em Portugal.

Para aquele deputado, a interrupção voluntária da gravidez não pode nem deve ser discutida em abstracto e isoladamente, mas antes ser enquadrada «com a protecção da maternidade, o planeamento familiar e a educação sexual».

Como disse Carlos Carvalhas, «a inclusão nos diferentes níveis de ensino de conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas; a liberdade de informação, acesso e escolha com programas de planeamento familiar; a atribuição de subsídios de maternidade, dispensas diárias, flexibilidade de horários de trabalho, são linhas de orientação indispensáveis para dar resposta aos problemas das mulheres de hoje».

Após lembrar que em Portugal a interrupção voluntária da gravidez, apesar de legalmente estabelecida, raramente é cumprida por entraves burocrático-administrativos, o deputado do PCP reafirmou a disposição dos comunistas de tudo fazerem «para lhe dar concretização prática tendo em conta que a interrupção voluntária da gravidez constitui uma situação de emergência cuja última palavra cabe à mulher».

A despenalização do aborto - disse ainda - deve ter tradução concreta em diversos Estados-membros e não se ficar por uma despenalização teórica e hipócrita mantendo-se na prática todos os entraves, dando curso à tragédia do aborto clandestino.

Nacional

Reunião da Direcção da JCP

A Direcção Nacional da JCP, reunida nos dias 17 e 18 de Março, analisou o leque vasto de iniciativas a promover pela JCP e pelo Movimento Juvenil para os próximos meses. Mereceram particular destaque três grandes iniciativas: os Encontros Nacionais do Ensino Secundário e dos Jovens Trabalhadores Co-

munistas e a V Conferência do Ensino Superior.

«Revelando grande capacidade de trabalho pelo número de iniciativas preparatórias já agendadas e pelo leque variado de questões em debate nas áreas da educação e do mundo laboral, a JCP afirma-se como uma organização com propostas e inter-

venção própria no seio do Movimento Juvenil», realça a nota de Imprensa da JCP, que informa ter-se analisado ainda a Assembleia Geral do CNJ, o plano de actividades do Instituto da Juventude, o projecto de lei sobre o Acesso ao Ensino Superior, o Anteprojecto sobre a Droga, os dias 24 de Março (Dia do Es-

tudante) e 28 do Março (Dia da Juventude), a solidariedade com a jovem sul-coreana Rim Su Kiung, condenada a 15 anos de prisão pelo regime reaccionário de Seul por ter participado no 13º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, na RPD da Coreia, e o XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

8 de Março em Évora

No dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, um grupo de activistas sindicais abriu uma banca na «sala de visitas» da cidade, a Praça do Giraldo, entregando às mulheres que iam para os seus empregos um cravo e um cartão com um poema; «era um gesto simples mas muito bem aceite por quem passava, pois todas iam atarefadas para os seus locais de trabalho mas comentavam — ainda existe quem se lembre de nós com respeito e simpatia», como pormenorizava o comunicado do MDM de Évora, que acrescentava a informação de que participaram cen-

tenas de mulheres na iniciativa.

Também as trabalhadoras da Câmara Municipal de Évora comemoraram o dia 8 de Março; ao meio-dia foi a recepção na Câmara, no salão nobre, pela respectiva vereação, em que usou da palavra o presidente da Câmara, dr. Abílio Fernandes. À noite era a vez do MDM/Évora, com a colaboração da Câmara Municipal de Évora, realizar as comemorações alusivas ao 8 de Março, iniciativa que teve o nome de Café Concerto na Cantina da Câmara, que contou com a presença de cerca de 200 participantes.

Juventude para 1990, a Direcção Nacional da JCP considera-o «um elemento de forte governamentalização das actividades nele previstas. O Instituto da Juventude procura substituir a acção autónoma e independente do associativismo juvenil por actividades definidas e tuteladas pelo Governo, designadamente através de contratos-programa e programas do Governo para a Juventude. O parecer do Conselho consultivo da Juventude sobre esta matéria ignora os seus aspectos negativos fundamentais e não espelha as críticas que o Plano tem merecido da parte das expressões funda-

mentais do Movimento Juvenil», sublinha-se.

A Direcção Nacional repudia ainda a atitude do PSD em inviabilizar o Projecto de Lei do Grupo Parlamentar do PCP sobre o Acesso ao Ensino Superior. Com a aproximação da realização da PGA e a grave situação do acesso ao ensino superior, a DN «considerou a necessidade do empenhamento dos jovens comunistas na divulgação deste Projecto de Lei que propõe a extinção do «numerus clausus» até 1993. Contando já com o apoio de inúmeros estudantes, considerou-se importante a sua reposição logo que possível».

Internacional

Gorbatchov o discurso da presidência

A defesa e aprofundamento da perestroika e da democracia serão objectivos determinantes da acção da presidência. Esta uma linha de fundo do discurso de Gorbatchov, na sua tomada de posse como primeiro presidente da URSS.

A própria institucionalização do novo cargo, e a cumulação, neste momento, dos cargos de presidente e de secretário-geral do PCUS, por Gorbatchov, é justificado como um fruto das necessidades actuais e imediatas da perestroika.

No seu primeiro discurso como presidente, Gorbatchov salientou o processo em curso de democratização da vida política, com realce para o papel dos Sovietes e a criação de uma estrutura renovada dos órgãos de autogoverno popular. Disse que vai ac-

tuar não «como representante de uma camada ou corrente política isolada, antes como homem de confiança de todo o povo».

Desenvolvendo esta abordagem da vida política do país, declarou que encara como uma das importantes funções de presidente consolidar as correntes políticas e movimentos sociais do país. Acrescentou que o carácter democrático do poder presidencial pressupõe o diálogo e a cooperação com as mais diversas tendências do pensamento.

Como tarefa prioritária, o presidente soviético apontou a diminuição da tensão nas áreas económica e social, para o que considerou necessário criar um mecanismo eficaz. O que implica reformas do sistema de preços e de abastecimento, do sistema de encomendas estatais e a criação de bolsas de mercadorias e, posteriormente, de valores.

Outros passos a dar no domínio das reformas económicas são, nas palavras do presidente soviético, a criação de um imposto sobre os principais produtos agrícolas e matérias-primas, combinado com o comércio livre dos excedentes de produção, e o fim dos monopólios (estatais) na economia.

Garantias sociais para todo

o povo e em particular para camadas da população mais vulneráveis é outra dimensão intrínseca à reforma económica.

Outra tônica da intervenção de Gorbatchov foi a necessidade de preservar a integridade do país, reafirmando entretanto o direito das Repúblicas à autodeterminação.

A direcção de uma política de defesa do país na base dos princípios da suficiência razoável e da nova doutrina militar, é outra componente da actividade presidencial, referida por Gorbatchov.

Na parte do discurso dedicada à política externa, o presidente soviético destacou como prioridade fazer avançar as negociações sobre desarmamento, reafirmou a posição soviética em relação

Telegrama de Álvaro Cunhal

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, enviou ao presidente Mikhail Gorbatchov o telegrama que transcrevemos:

Por motivo da vossa eleição, pelo Congresso dos Deputados do Povo, para o alto cargo de Presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, transmito-lhe calorosas saudações dos comunistas portugueses e os melhores votos de sucesso da sua acção nas novas funções de Chefe do Estado, a bem da perestroika, dos povos de toda a URSS, da paz e do socialismo.

à questão alemã e considerou que «Helsínquia-2» poderá vir a ser uma linha divisória entre duas épocas.

Justificando a preocupação com a defesa, Gorbatchov disse que nesta «etapa crucial da evolução mundial, em que a estrutura do equilíbrio político-militar do pós-guerra está a sofrer alterações fundamentais», o fim

da «guerra-fria» não significou ainda a superação da confrontação militar.

Entretanto, «prioridade incondicional» será dada aos métodos políticos de garantir a segurança.

Daí a importância de «Helsínquia-2», que «poderá ser a linha divisória entre duas épocas na história das relações internacionais».

HAITI

Um exemplo de neocolonialismo

O Haiti, um dos mais pobres países da América Latina e Caraíbas, tem neste momento uma presidente provisória, Herta Pascal Trouillot, que deverá conduzir o país à realização de eleições, num prazo de três meses.

Herta Trouillot vem substituir Prosper Avril, forçado à demissão no quadro de um amplo movimento popular promovido pela Assembleia de Concertação, que reagrupa as principais forças políticas de oposição do país. Avril fugiu para a Flórida, a bordo de um avião norte-americano.

Estes, muito sucintamente, os factos. Factos que, se pode dizer, falam por si.

Mas valerá a pena ir um pouco mais fundo. Para compreender o porquê da miséria extrema em que vive a população do país. A raiz da instabilidade política uma vez mais patente nos acontecimentos dos últimos dias.

O Haiti não é, de forma alguma, um caso à parte.

No ano, findo, de 1989, dois grandes movimentos de insurreição popular — na Venezuela e Argentina — contra as políticas de austeridade impostas pelo FMI e pela banca transnacional, vieram marcar a recusa de uma ordem económica internacional em que o mundo subdesenvolvido tem involuntariamente contribuído — e de que formal — para a eficácia económica dos países capitalistas desenvolvidos.

Sem menosprezar a capacidade de adaptação que o

capitalismo tem vindo a demonstrar, importa não ignorar os meios utilizados que aliás

têm servido fins bem alheios aos interesses dos povos e trabalhadores — a preservação das taxas de lucro.

Meios que importa tanto mais questionar, quanto hoje, muito justamente, se recusa que os fins justifiquem os caminhos para os atingir, por mais humanistas que tais fins se afirmem.

Pode-se discutir em que medida — em termos quantitativos — a relativa eficácia económica conseguida pelo capitalismo desenvolvido, se prende à exploração dos países menos desenvolvidos.

Não é possível entretanto pôr em dúvida tal interdependência. Basta lembrar, uma vez mais, que o actual sistema financeiro e monetário conduziu à aberração, em termos sociais, de uma inversão dos fluxos de capitais, em benefício dos países mais ricos.

Os custos sociais desta política são terríveis. O último relatório da UNICEF é claro. 40 000 crianças vão morrer em cada dia, nos países do «terceiro mundo», de fome e por falta de condições

mínimas de higiene. Um facto intimamente ligado às condições de involução socioeconómica em grande medida determinadas pela dívida.

Um exemplo concreto. Para poder continuar a reembolsar os juros da dívida que atingiu o montante dos 103 milhões de dólares, o México, de acordo com as recomendações do FMI, reduziu em 50% o nível dos salários reais dos trabalhadores e levou à prática uma total desregulamentação do mercado do trabalho. Hoje, cerca de 40%

dos postos de trabalho são empregos precários.

Neste quadro de exploração neo-colonial, o Haiti tem uma posição «privilegiada»: proclamou-se como República em 1804.

Não foi então reconhecida por nenhum país. O colonizador francês impôs-lhe, de imediato, uma «indenização»: «cento e cinquenta milhões de francos destinados a indemnizar os antigos colonos que o reclamem». Em 1915, é a ocupação americana. E hoje, é para a Flórida que foge um presidente recusado pelo povo haitiano.

O mais pobre país da região

É desde o próprio momento em que se afirma como República, que o Haiti se torna presa de uma engrenagem financeira, verdadeiro instrumento de exploração neo-colonial, e que à partida impede (Independentemente de outros factores) uma aposta no desenvolvimento.

A indenização imposta em 1804 pelo rei francês Charles X, determina por sua vez sucessivos empréstimos junto dos capitalistas franceses, gerando uma dupla dívida que só acabou de ser paga em fins do século XIX. Caso para dizer que então as dívidas ainda eram pagáveis...

Novas dívidas foram depois contraídas. Condição económica a que haveria de somar-se a ingerência política e mesmo a intervenção militar directa (o país foi vítima de ocupação norte-americana entre 1915 e 1934).

Depois do reinado ditatorial dos dois Duvalier (1957-1971-1986), o país tem vivido uma situação de instabilidade política, muito em particular devido à situação de real dependência dos Estados Unidos.

O movimento que agora levou à queda de Prosper Avril, foi desencadeado por uma organização unitária — a Assembleia de Concertação — que agrupa não apenas organizações políticas, mas também sindicais e populares, e se opõe a uma política em grande medida determinada pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Surge num momento em que o país vive uma profunda crise económica, caracterizada por uma elevada taxa de desemprego, rendimentos extremamente baixos dos trabalhadores assalariados, e uma cobertura médica e social praticamente inexistente.

Crise que se insere num estado de profundo subdesenvolvimento, ligado à manutenção de estruturas agrárias semifeudais, ao domínio do capital estrangeiro e a um elevado endividamento.

Uma outra miséria

O termo miséria (como aliás muitos outros) não tem o mesmo significado por todo o mundo. É uma outra miséria que se vive nos países subdesenvolvidos.

Pela sua extensão. Pela sua profundidade.

Testemunho e consequência de uma exploração praticamente não baizada. Por força de relações económicas internacionais ainda ditadas pelo grande capital. E por realidades nacionais onde se está bem longe das conquistas (contestadas embora) dos trabalhadores do mundo capitalista desenvolvido.

É assim que hoje, no Haiti, o desemprego e o subemprego atingem mais de 75% da população activa.

Percentagem que ainda não traduz o quadro real, pois em certas regiões do país não são contabilizados como desempregados os camponeses sem terra, com trabalho sazonal.

Os salários são extremamente baixos. Setenta a cem dólares para um operário industrial (10 500 a 15 000 escudos), e cem a duzentos para os empregados (15 000 a 30 000 escudos). Acresce que os salários dos operários agrícolas e dos pequenos camponeses (75% da população activa), são muito inferiores. Para este sector dominante da população, trata-se literalmente de ganhar «o pão nosso de cada dia». E muitos são os dias em que esse pão escasseia.

Nem só de baixos salários (quando há trabalho...) se trata. A assistência social é quase inexistente. São desconhecidos os subsídios em caso de doença ou desemprego. Não há, nem abonos de família, nem licença de maternidade. Faltam também, pura e simplesmente, os médicos: 1 para 15 000 habitantes no meio urbano, e 1 para 150 000 no meio rural, onde vive 80% da população haitiana.

No que se refere à habitação, 61% dos habitantes de Port-au-Prince (a capital) não dispõem de 3 metros quadrados para viver. 70% das habitações não têm água corrente.

São cruéis as consequências destas condições de vida. Uma criança em cada duas não chega à idade de dois anos. 87% sofre de doenças relacionadas com a fome.

Um outro traço característico do subdesenvolvimento: 80% da população é analfabeta (95% no campo).

Neste quadro há quem tire os seus lucros. Antes do mais o capital estrangeiro, que goza de especiais facilidades desde os anos 70. Mas também, a nível nacional, 3000 famílias, ou seja, 0,8% da população, que detêm cerca de metade do rendimento nacional.

Delegação do PCE em Portugal

A convite do CC do PCP, e no quadro das tradicionais relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PCE, visitou Portugal de 12 a 14 do corrente mês uma delegação de trabalho do PCE, composta por: Pedro

Diez do CC e Angel Guardia.

A delegação do PCE teve um encontro com uma delegação do PCP composta por Domingos Lopes e Carlos Grilo, do Comité Central e António Pedro. No encontro foram tratados assuntos relativos às questões de paz e desarmamento.

A delegação teve também um encontro com Albano Nunes, membro suplente do Secretariado do CC do PCP.

Internacional

ELEIÇÕES NA RDA

Vitória dos conservadores incógnitas para o futuro

São amplamente conhecidos os resultados das eleições de domingo na RDA, que se saldaram, em linhas gerais, por um domínio significativo da «Aliança para a Alemanha», que obteve um pouco mais de 48% dos votos expressos e 193 dos 400 deputados do novo parlamento.

O SPD, Partido Social Democrata, que antes do acto eleitoral se admitia ser o vencedor, ficou-se pelos 21,84%, e 87 deputados. Seguindo-se-lhe o Partido do Socialismo Democrático (PDS), que reúne os comunistas alemães, com 16,33% e 65 lugares na câmara. Um resultado assinalável, tendo em conta o momento político que se vive na RDA, de revelação e denúncia da real situação do país, fruto de um modelo autoritário-administrativo de socialismo, que acabou negando, em pontos fundamentais, a própria essência humanista do ideal socialista.

Os pequenos partidos e organizações políticas, incluindo as que haviam promovido o movimento de contestação que levou às alterações profundas que se vivem na RDA, obtiveram resultados muito pouco expressivos. Na verdade — e isso é sensível também neste plano — o peso, muito directo, da RFA

nestas eleições, foi em grande medida determinante. O peso dos grandes partidos da RFA, do próprio governo e do chanceler Kohl (que participou na campanha eleitoral), o peso do marco e das promessas de rápida melhoria de vida para os habitantes da RDA.

Esmiuçando um pouco os resultados eleitorais, há alguns dados que sem dúvida importa realçar.

Antes do mais — **Berlim**. Na capital da RDA, a esquerda saiu vencedora, com o SPD a obter 35% dos votos, e o PSD (comunistas), no segundo lugar, com 30% dos votos.

Outra distinção há a fazer, entre o norte e o sul. No norte, o SPD e PDS ficaram em maioria. No sul, ganhou a «Aliança para a Alemanha». Por outro lado, o voto no campo revelou-se maioritariamente conservador, ao contrário do voto nas cidades.

Vale a pena registar aqui

um comentário aos resultados eleitorais, da parte de Erhardt Korting, do SPD de Berlim Ocidental, que assinala, apesar da vitória conservadora, a margem de inquietação manifestada pelo eleitorado acerca do futuro. Inquietação a que naturalmente não falta razão de ser.

Um outro facto que importa referir. Se é verdade que partidos hoje existentes na RDA,

pode ter dado votos, tanto aos conservadores como à esquerda.

A verdade é que, em vésperas de eleições, se registaram também manifestações em defesa das conquistas sociais que, indubitavelmente, são conquista do socialismo na RDA.

Assim, nos últimos dias de Fevereiro, dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se

comentário de Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, aos resultados das eleições da RDA, que sublinhou ainda que o «período de transição» para uma unificação alemã deverá desenvolver-se em «concertação e acordo» com os membros da Comunidade europeia.

Para o presidente da Comissão Europeia, os cidadãos da RDA aspiram «ao mesmo tempo à liberdade e ao bem-estar», e «a sua atracção por tudo o que a televisão lhes mostra há anos foi utilizada pelos conservadores e pelo chanceler».

A União Soviética fez saber a sua posição através do porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Guerassimov. Posição de respeito pela «opinião do povo alemão». Acrescentando, entretanto, esperar «que os nossos interesses legítimos e os dos outros países europeus sejam respeitados».

A URSS reitera que uma futura Alemanha unida não deverá pertencer à NATO.

Os Estados Unidos saudaram as eleições «históricas» na RDA.

Comentário do Gabinete de Imprensa do PCP

1. Os resultados das eleições na RDA, realizadas num quadro de inegável instabilidade social, perturbação e incerteza política, traduzem uma incontestável vitória das forças conservadoras.

2. Trata-se de um acontecimento que confirma elementos de preocupação já manifestados pelo PCP quanto a aspectos da evolução de países socialistas, e, no caso em apreço, da RDA.

3. Dada a relação de forças emergente dos resultados eleitorais, é compreensível o receio de que aqueles resultados possam vir constituir um acrescido factor favorável ao perigoso ressurgimento do nacionalismo alemão ligado ao processo de reunificação.

como a CDU (democratas-cristãos), ou o SPD (sociais-democratas), são de facto «filhos» dos seus congéneres na RFA; não é menos verdade que não é de esperar total coincidência de opiniões. Um exemplo — e justamente numa questão fundamental — a discrepância sobre a saída da RFA da NATO, defendida pela CDU de Leste.

Um pouco do muito que está em causa

A discrepância entre a CDU do leste e do ocidente no que se refere à NATO, é apenas um pequeno dado entre as muitas questões que se vão colocar. Não ignorando embora que na resposta imediata a estas questões muito vai pesar o poder económico de Bona.

Aflorando apenas algumas delas.

Antes do mais coloca-se a «necessidade de uma maioria capaz de modificar a constituição», nas palavras do presidente dos cristãos-democratas da RDA, Lothar de Maiziere. Para qualquer alteração são necessários mais de dois terços, o que provavelmente terá de passar por acordos com o SPD.

Também a questão dos direitos e garantias sociais se vai colocar com todo o seu peso.

Numa conferência há dias realizada em Lisboa, o professor Franz Heimer, da RFA, distinguindo diferentes fases do desenvolvimento dos acontecimentos desde a queda do muro de Berlim, refere-se a uma fase caracterizada por um fenómeno de «medo» e «insegurança», por parte de muitos cidadãos da RDA, que por um lado sentem o vazio de poder, por outro temem nomeadamente pelos seus direitos sociais (e não é difícil de acreditar que este medo

em Dresden, contra a suspensão da construção de habitações, reclamando ainda que a segurança social e o emprego sejam preservados, para além das eleições ora realizadas.

Neste domínio, o que se pode perder é muito importante. Abstraindo mesmo a questão central do direito ao trabalho, basta referir, a título de exemplo, que enquanto na RDA, 95% das crianças com 3 anos têm lugar garantido nas escolas infantis, a preços irrisórios, na RFA, apenas 30% das crianças desta idade têm lugar em idênticos estabelecimentos, e a preços elevados.

Outra questão fundamental — que estatuto político-militar para uma futura Alemanha unificada?

Já referimos aqui que a CDU de leste parece ter a esse respeito opiniões francamente diferenciadas das da CDU de Kohl, que grosso modo defende uma Alemanha na NATO, com algumas nuances embora.

Entretanto as sondagens indicam que a maioria esmagadora da população da RDA quer a neutralidade do país — 92%. E que na RFA, a percentagem correspondente é de 58%. Segundo uma sondagem da «Stern», apenas 28% dos alemães ocidentais desejaria uma unificação do país, com a sua total integração na NATO.

Uma reordenação da realidade política e militar na Europa, na base de novas relações e de um processo de desmilitarização e desarmamento, criará sem dúvida um quadro mais propício à garantia de paz no continente.

Alguns comentários internacionais

«Começa o tempo das dificuldades», é o curioso co-

A opinião dos comunistas

Logo que foram conhecidos os resultados provisórios, Gregor Gysi, presidente do PDS, afirmou que a percentagem de votos alcançada pelos comunistas era um resultado «muito bom» e significava «que o partido pode ser uma força de oposição eficaz». Por outro lado, Gysi salientou o grande esforço desenvolvido pelos comunistas neste período, pois o PDS teve simultaneamente de proceder a uma profunda renovação interna e «envolver-se numa campanha eleitoral para a qual não recebeu qualquer ajuda da RFA».

Que futuro? Alguns contornos já estarão definidos. O poder económico da RFA teve e terá peso assinalável. Mas nada deve ser apreciado de um só ângulo, e tão pouco ignorada a interacção ineliminável também entre os acontecimentos a Leste e a Ocidente.

Neste mesmo dia, na Baviera, domínio tradicional dos democratas-cristãos na RFA, o Partido Social Democrata venceu nas principais cidades, nomeadamente na capital, Munique.

Não é certo quem será o vencedor das eleições gerais de Dezembro, na RFA.

Entretanto, para o povo da actual RDA, os tempos que se avizinham não são fáceis. Algumas das suas conquistas no plano social estão ameaçadas. O futuro sairá também da luta comum dos trabalhadores a ocidente e leste. Mas não é para já a concretização dos actuais objectivos dos comunistas leste-alemães: «um socialismo democrático que seja uma alternativa progressista ao capitalismo».

Saudação à SWAPO

Por ocasião da histórica proclamação da independência da Namíbia, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central da SWAPO, a saudação que reproduzimos, na íntegra.

Queridos camaradas

Nesta data histórica para o povo da Namíbia e para os povos do continente africano, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente a independência da Namíbia, o povo namibiano e todos quantos contribuíram para este grande dia de África.

Para que este dia fosse possível foi necessário uma longa e abnegada luta de libertação nacional, dirigida pela SWAPO, a qual conquistou o apoio do povo namibiano.

A independência da Namíbia constitui mais uma grande jornada vitoriosa da libertação nacional dos povos africanos. Insere-se no processo mundial de libertação da Humanidade das cadeias do colonialismo e da exploração e opressão imperialista.

O PCP que sempre esteve ao lado do povo da Namíbia e demais povos africanos na sua luta de libertação nacional igualmente estará ao seu lado nas suas novas batalhas, pela consolidação da independência, por uma nova ordem económica internacional, pelo progresso social e a paz.

O PCP manifesta profunda confiança em que também a luta do povo sul africano acabará por derrotar definitivamente o *apartheid*, no seguimento das importantes vitórias consubstanciadas na libertação de Nelson Mandela e na legalização do ANC e de todas as forças democráticas e progressistas do país.

O PCP defende para Portugal uma política externa empenhada no desenvolvimento das relações com todos os países africanos, e naturalmente com o novo Estado soberano de África, na Namíbia, na base dos princípios da igualdade, do respeito mútuo, da não ingerência e da reciprocidade de vantagens.

Desejando os melhores êxitos à SWAPO, ao povo namibiano, à Namíbia livre e independente, continuaremos a agir para que se desenvolvam as relações de amizade e solidariedade entre o PCP e a SWAPO, no interesse dos nossos povos e países e da causa comum do progresso social e a paz.

Viva a independência da Namíbia.

Viva a amizade entre o PCP e a SWAPO.

Viva a amizade entre os povos de Portugal e da Namíbia.

ANO 28. N.º 117. 22 de Março de 1990. Preço: 1200.
Publicação de todos os dias (exceto domingos)
Avante!
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Como é sabido, o aumento constante dos impostos e encargos provocou a subida do preço dos espectáculos, tornando-os inacessíveis ao povo português, cujo nível de vida continua a descer.

A juntar a esta causa fundamental da diminuição da frequência dos espectáculos de teatro e da crise sem igual na história deste há ainda a feroz censura fascista que proíbe os melhores originais e traduções (...). A apregoadada protecção do Conselho de Teatro e do Fundo de Teatro não passam de tinta no papel, centenas dos nossos melhores actores, escritores, críticos, músicos, cantores, bailarinos, todo o pessoal de teatro se debate no desemprego e na miséria.

Ao mesmo tempo os nossos palcos são invadidos por artistas estrangeiros, sobretudo espanhóis, a quem os empresários contratam a baixos preços.

E o que se passa em relação ao cinema nacional, onde muitos destes desempregados poderiam encontrar trabalho?

Assiste-se à descarada protecção do governo fascista de Salazar às grandes empresas estrangeiras que invadiram os cinemas do país com filmes impregnados do espírito de guerra e da propaganda do «modo de vida americano», onde os gangsters, a pistola e o murro são os argumentos decisivos (...).

Vítima desta concorrência ruinosa e da falta de protecção (o tão apregoadado Fundo de Cinema é mais uma demagogia salazarista) e ainda vítima da censura e dos impostos, o cinema nacional debate-se numa crise de qualidade e quantidade pois que produz pouco e mau. Grandes actores portugueses emigram à procura de melhor meio de vida (...), e os que cá ficam debatem-se com as maiores dificuldades, como Assis Pacheco, Alves da Cunha, Maria de Jesus Barroso, a recentemente falecida escritora e grande declamadora Manuela Porto, Villaret, o compositor Fernando Lopes Graça, a pianista Maria da Graça Amado da Cunha, Francis e Ruth e tantos e tantos outros (...).

«O teatro e o cinema nacionais debatem-se na crise» - «Avante!», VI série, n.º 157, Março de 1951

AVANTE!

«O Dr. Marcelo Caetano, ao terminar o seu curso, arranhou uma modesta colocação como notário em Óbidos. Ai, amparado pelo latifundiário Pinto Basto e pelo seu amigo, o jornalista Fernando de Sousa, de «A Voz», começou a publicar artigos reaccionários neste jornal. Dentro em pouco, Marcelo Caetano era levado ao professorado da Faculdade de Direito de Lisboa (...). A chamada para a pasta das Colónias abriu-lhe largas perspectivas financeiras, uma vez que todos os que ultimamente têm passado pela pasta das Colónias se transformaram em seguida em administradores de grandes companhias... Passando a fazer parte do Conselho do Império Colonial e a ser depois presidente da União Nacional, (...) ocupou em 1948 o lugar de governador do Banco Nacional Ultramarino, sendo seguidamente chamado para o conselho de Administração da Empresa Nacional de Aparelhação Eléctrica, produtora das lâmpadas «Lumiar», onde acamara com Dr. Fernando Ennes Ulrich e com os membros da família Carocha-Lopo de Carvalho-Cancela de Abreu.

Estamos convencidos de que (...) o dr. Marcelo Caetano nos vai aparecer em outros conselhos de administração. Este **Tubarão** está ainda a crescer...

«O tubarão da quinzena» - «Avante!», VI série, n.º 134, 2.ª quinzena de Março de 1949

7 de Abril

O apelo que aqui fazemos na abertura deste **Em Foco** pode ter algo a ver consigo, amigo leitor. Repare bem: no próximo dia 7 de Abril (um sábado) a Quinta da Atalaia vai acolher uma grande confraternização. Com churrasco. Com alegria e confiança no futuro. Com vontade determinada dos amigos da Festa do Avante! Prevê-se a participação de muita gente. Comunistas e não comunistas, oriundos das mais diversas regiões do País: Beira Litoral, Alentejo, Leiria, Lisboa, Setúbal, Ribatejo. Gente que se vai encontrar para ajudar a Festa, que o mesmo é dizer ajudar — ou melhor, dar um empurrão — à campanha dos

150 mil contos, em curso a nível nacional, campanha que tem como objectivo o pagamento dos terrenos da Atalaia, no Seixal.

A confraternização do 7 de Abril vai ser uma coisa em grande. Que, entretanto, está a ser devidamente preparada. E que exige um significativo esforço de planificação e organização técnica para que seja, a todos os títulos, um êxito. Êxito como iniciativa, êxito como contributo para a campanha. Daí o apelo: vamos ajudar, oferecendo géneros — os mais diversos. Junto de cada organização do Partido vamos, até **31 de Março**, oferecer o que for possível. A lista é muito variada: frangos ou galinhas (e outras aves de

capoeira), coelhos, cabritos, vitelas, enchidos, vinho e outras bebidas, etc. Com estas ofertas, o churrasco poderá transformar-se numa expressiva ajuda à campanha. E já que se fala de ofertas, refira-se que quem se deslocar à Quinta da Atalaia no próximo dia 7 de Abril poderá levar também artigos dos mais diversos para enriquecer os leilões que se estão a programar: bolos, garrafas, objectos decorativos, etc. Ao virar da página, vai encontrar mais alguns pormenores sobre o 7 de Abril e a campanha dos 150 mil.

■ JPO

Precisam-se:



• Enchidos • Cabritos • Vitelos • Galinhas •
Coelhos • Porcos • Vinho



• ... e o que mais for possível!

150

mil Contos
para o Terreno
da festa

No dia 7 de Abril vamos à Atalaia

**Confraternização
e churrasco**
• Jornadas de trabalho ao fim-de-semana

A 7 de Abril próximo os terrenos da Festa do «Avante!» vão conhecer uma jornada diferente. Uma iniciativa de envergadura, que está a ser preparada com especial carinho e empenhamento por camaradas de Lisboa e Setúbal, embora esteja previsto o envolvimento de concelhos alentejanos e ribatejanos, e dos distritos de Leiria e Coimbra. Envolvimento que tem a ver com a realização de excursões e também com a recolha de géneros para o grande churrasco de 7 de Abril (um sábado).

Actividades desportivas e musicais, animação variada, presença dinâmica da campanha dos 150 mil, o debate preparatório do XIII Congresso (Extraordinário) e o ponto político, baile e alguma surpresa que a imaginação e a criatividade proporcionarem vão dar vida ao ambicioso programa de 7 de Abril na Atalaia. Um programa que está, naturalmente, a suscitar extraordinário interesse entre muitos camaradas e amigos, em diversos pontos do País.

A comissão que está a preparar a jornada tem reunido e perspectivado jornadas de trabalho aos fins-de-semana, com o objectivo de criar as melhores condições técnicas à realização do convívio. O apelo aqui fica: vamos participar nas jornadas de trabalho, vamos pôr de pé o convívio de 7 de Abril.

Já agora, convém recordar que a Quinta da Atalaia é de todos, é da Festa e é um espaço que queremos e devemos valorizar, defender, preservar. Arrancar pedaços de arbustos para trazer como recordação não é bom exemplo... ■

Quinta da Atalaia: um espaço cada vez mais familiar para camaradas e amigos da Festa do «Avante!». No próximo dia 7 de Abril mais gente ficará a conhecer o belo recinto. Uma confraternização com churrasco (peixe e carne) é a proposta e o convite que aqui deixamos. Mas até lá há trabalho na Atalaia para preparar a iniciativa. Vamos todos dar uma ajuda!



Iniciativas

Viana do Castelo

Na sua reunião efectuada no passado dia 13 a comissão coor-

denadora de Viana do Castelo constatou o bom andamento da campanha dos 150 mil contos,

estando neste momento recolhidos 10% da meta distrital e havendo mais 10% em compromi-

tos já assumidos, quer de militantes, simpatizantes e independentes, quer por pessoas de outros partidos.

A comissão decidiu aprovar uma proposta apresentada para realização de uma tómbola monumental, com produtos oferecidos pelo comércio e pela indústria do distrito, cuja recolha foi programada para o mês de Abril. A tómbola teve lugar em Viana do Castelo no mês de Junho.

Uma excursão aos terrenos da Quinta da Atalaia foi outra proposta apresentada, para posterior aprofundamento e decisão.

Aveiro

A Comissão Distrital de Aveiro lançou mais duas iniciativas especiais no quadro da campanha dos 150 mil: a promoção de um lote especial de vinho tinto e branco da Quinta da Lomba e um sorteio da Páscoa, com rifas a 200 festas. ■

o nosso Campanha dos 150 mil contos
Terreno para a Festa

vinho
Quinta da Lomba
Lote Especial

iniciativa da
Comissão
Distrital de
Aveiro do PCP



o nosso Campanha dos 150 Mil Contos
Terreno para a Festa

Sorteio da Páscoa — *Avante!*

1º Prémio 1 Micro Ondas

2º Prémio 1 Cabaz da Páscoa

1 cabrito; 1 Peru; 1 Presunto; 1 Pão de Ló; 1 Folar; Amêndoas; Ovos Moles; Ananás; Queijo; Frutas diversas; Espumante; Whisky; Rum; Brandy; Vinho do Porto; Vinho de mesa

3º Prémio 1 Leitão

Estes prémios serão distribuídos aos Portadores dos bilhetes deste Sorteio, cujos números sejam iguais aos 4 últimos algarismos dos 3 primeiros prémios da Lot da Páscoa.

200 Festas

iniciativa da C.D.A. do PCP

Excursões:

o convívio logo à partida

Ai está a Primavera. E a vontade pelo passeio há muito esperado. Talvez à beira rio...

A ideia — já concretizada por muitos camaradas e amigos — aqui fica à disposição dos nossos leitores, das organizações do PCP que ainda não promoveram excursões à Quinta da Atalaia, na margem do

sul do Tejo, concelho do Seixal.

Excursões — sem dúvida uma ideia acertada para os que querem dar um pulo à Atalaia. Em convívio. De forma mais económica. No calor da amizade e do entusiasmo dos amigos da Festa. Confraternização que, no caso da Atalaia, pode significar também apoio à campanha dos

150 mil, trabalho voluntário para a Festa, valorização da Quinta, dum espaço nobre apontado à dinamização cultural, festiva, política, desportiva e recreativa.

A 7 de Abril vão estar lá muitas excursões. Mas até Setembro outras oportunidades surgirão. Mãos à obra. ■

Os títulos de comparticipação são a forma privilegiada, embora não exclusiva, de participação na campanha dos 150 000 contos e existem nas modalidades de 1000, 5000, 10 000, 25 000, 50 000 e 100 000 escudos.

Podem ser adquiridos nas organizações e sedes do PCP em todo o País ou junto da Sede Central do PCP — Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699 Lisboa Codex.

As contribuições para a campanha podem também ser depositadas na Conta Bancária n.º 9956/210/0128198 da Agência da Sede do Banco Nacional Ultramarino, em Lisboa.

E pode ainda participar na campanha contribuindo com objectos e artigos de variado tipo de valor. ■

Negociações Centrais-patronato

Nada de equívocos



José Ernesto Cartaxo na redacção do «Avante!». A estabilidade social é desejável, mas não ao preço dos patrões

Segundo José Ernesto Cartaxo, que participou regularmente nessas negociações, a alusão releva, para além do seu carácter humorístico, do desconhecimento completo não só do objectivo das negociações como da movimentação sindical que as acompanhou na esfera da acção dos sindicatos, das empresas e sectores. Aquele dirigente nacional da CGTP achou oportuno recordar logo de início que os temas avançados pela CGTP na reunião de 30 de Janeiro findo — a primeira bilateral com o patronato — na perspectiva de verificar a possibilidade de um acordo, foram os seguintes:

Salários (na perspectiva de uma mais rápido crescimento);

Exercício da negociação colectiva (direito dos trabalhadores, que algumas entidades patronais procuram restringir);

Salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, designadamente do direito a emprego estável;

Redução da duração semanal do trabalho para um máximo de 40 horas semanais.

Estes temas viriam, aliás, a constar de um memorando sobre as negocia-

Algumas reservas e mesmo equívocos, suscitados aqui e ali, embora sem expressão colectiva, foram completamente desfeitos por José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da CGTP, em declarações ao «Avante!» acerca das negociações bilaterais com o patronato, designadamente com o CNEP, no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS). Essas negociações, que se prolongaram por cerca de três meses, dada a forma por vezes parcial e distorcida, como foram divulgadas junto da opinião pública, principalmente através da televisão, proporcionaram comentários infundados e mesmo considerações hiper-críticas relativamente à direcção da CGTP que, no âmbito dessas negociações entre associações patronais e sindicais, teria supostamente actuado como uma espécie de comité de negociação para a paz social.

ções bilaterais, elaborado pela Comissão Executiva da Central e apresentado ao Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em Lisboa quinta-feira passada.

De simples atenção dedicada a esses temas se pode extrair a conclusão de que a *Inter* não foi para as negociações com o patronato com a mais leve intenção de suspender — o que seria totalmente absurdo — as acções, movimentações e lutas nas empresas e sectores.

Paralelamente, aliás, às negociações, foram múltiplas e diversificadas as acções de luta e protesto conduzidas ou apoiadas expressamente pela CGTP, com o habitual envolvimento dos seus quadros, delegados sindicais, dirigentes de sindicatos — sem que o facto de o período de negociações com o patronato se prolongar afectasse por pouco que fosse o desenvolvimento dessas lutas, desencadeadas sobretudo devido a conflitos relacionados com a revisão salarial e com outras matérias de âmbito da negociação colectiva dos instrumentos de regulamentação do trabalho, como sejam contratos (CCT), acordos colectivos, acordos de empresa, cadernos reivindicativos e o mais que respeite a esse ramo importantíssimo da luta sindical.

Por outro lado — como frisou José Ernesto Cartaxo — as organizações ou estruturas intermédias da CGTP desenvolveram como habitualmente



A mesa da 2.ª reunião bilateral, em 9 de Fevereiro

a sua acção a nível distrital, local, ou por sector de actividade.

Federações e uniões distritais continuaram a acompanhar durante estes últimos três meses — sem ficar à espera de qualquer «surpresa» da parte das negociações bilaterais — as lutas nas empresas e nos sectores de actividade agrícola, industrial, do comércio e serviços.

Outras iniciativas (habituais ou não) foram também organizadas tanto pela Central como pelas organizações que a compõem. Recorde-se, por exemplo, a repleta agenda que a União dos Sindicatos de Coimbra tem divulgado semanalmente aos órgãos da comunicação social.

Um fenómeno, porém, merece atenção. José Ernesto Cartaxo recorda-nos oportunamente que grande parte desses órgãos não acompanha a actividade dos sindicatos — como é o caso flagrante da RTP — ou simplesmente **não tem** um noticiário sindical. As lutas dos trabalhadores raramente, ou quase nunca são apresentadas no seu enquadramento sindical, isto é, nunca se faz, principalmente nos **media** com mais audiência, uma referência explícita ao trabalho sindical, que permanentemente se realiza nas empresas e sem o qual as acções reivindicativas, as negociações dos conflitos, a defesa de garantias e direitos colectivos acabariam por não ter expressão, ou facilmente seriam desarticuladas pela patronato ou pelos empregadores.

Daí que uma negociação de outro nível, como foi até agora a das centrais sindicais com as associações dos empresários, ganhe um relevo

«mediático» que obscurece o papel decisivo e diário dos sindicatos nas empresas e sectores.

Derivam daí alguns equívocos — naturais na opinião pública — perfeitamente orientados contra o exercício das liberdades sindicais nos locais de trabalho, que o patronato na generalidade nunca viu com bons olhos e naturalmente pretende destruir.

Destruição de direitos é inaceitável

As negociações bilaterais no âmbito do CPCS foram interrompidas, como se sabe, depois da reunião CNEP-CGTP-UGT da semana passada. O assunto mereceu relevante destaque em toda a Comunicação Social, mas foi encarado como **facto em si**, isto é, como se tanto os aspectos positivos como negativos revelados pelas negociações não estivessem inseridos na actividade sindical no seu conjunto e principalmente nas greves e outras acções de luta desenvolvidas pelos trabalhadores e os sindicatos representativos nas empresas, com base em conflitos que o Governo e grande parte do patronato deixam chegar aos limites que forçam a adopção de formas de luta.

A estabilidade social e desejável, como reconhece implicitamente José Ernesto Cartaxo ao sublinhar que nem os trabalhadores nem os sindicatos pretendem prejudicar o

progresso das empresas e o desenvolvimento económico.

Mas a paz social a qualquer preço não é possível. Para aquele elemento da direcção da CGTP, que evidentemente discorda da perspectiva segundo a qual a Comissão Executiva da CGTP teria privilegiado de alguma forma negociações que, pelo menos nesta fase, se revelaram infrutíferas, as organizações sindicais nunca trocariam direitos, liberdades e garantias constitucionais dos trabalhadores por vantagens no campo salarial que os trabalhadores — com negociações deste tipo ou sem elas — têm conquistado e para a satisfação das quais **há dinheiro**, como o próprio patronato reconhece, ao falar de 85 a 90 milhões de contos para revisões salariais.

José Ernesto Cartaxo frisou que essa verba foram disponibilizadas no actual quadro legislativo que regula as relações de trabalho, pelo que, sem condições prévias de alteração das leis laborais, devem ser destinadas ao aumento dos salários e à reposição do poder de compra.

Não devem, pelo contrário, servir para a destruição de postos de trabalho, para precarizar ainda mais o emprego e aliciar trabalhadores à «venda» dos seus direitos — que são colectivos, recorde-se — e não devem ficar à mercê da aceitação precipitada da troca do posto de trabalho por uma quantia em dinheiro que, quase sempre, se revela incapaz de permitir iniciar outro trabalho ou outro tipo de actividade.

Mas a essas e outras questões voltaremos, com José Ernesto Cartaxo, noutra oportunidade. ■

Ainda assim valeu a pena

No memorando sobre as negociações, que José Ernesto Cartaxo nos facultou, são referidos pela Comissão Executiva da CGTP «três importantes resultados positivos» dessas mesmas negociações, a saber:

«1. Pela primeira vez estabeleceu-se com o patronato, ao mais alto nível, a negociação bilateral com a parte sindical e, em particular, com a CGTP-IN, tornando assim ainda mais insustentáveis as posições de recusa à negociação de organizações intermédias do patronato e de entidades patronais nas empresas;

«2. O patronato reconheceu a necessidade e a possibilidade de aceitar melhores salários e condições sociais dos trabalhadores, o que constitui um sinal importante para a contratação colectiva; é bom lembrar que as disponibilidades financeiras de que as empresas dispõem foram obtidas no quadro da actual legislação laboral; registe-se ainda que o crescimento das tabelas salariais, nestes primeiros dois meses do ano, é de cerca de 14 por cento, valor que, sendo insuficiente, é contudo um avanço em relação a 1989;

«3. A recusa da CGTP-IN de aceitar como objecto de negociação a alteração da legislação laboral, posição em que foi acompanhada pela UGT, dificultou a possibilidade de o Governo poder intervir novamente neste domínio; esta convergência de posições é factor favorável ao desenvolvimento da unidade na acção dos trabalhadores». ■

• Octávio Teixeira

Reflexões sobre o

sector empresarial do Estado

1. A passagem de mais um aniversário (o 15.º) da nacionalização da banca e dos seguros sugere uma reflexão, necessariamente sucinta e não exaustiva, sobre as nacionalizações e o Sector Empresarial do Estado. Reflexão que, sugerida embora por uma efeméride, é mais profundamente suscitada pelo curso da vida: **alterações no quadro político-constitucional**, que abrem as portas à reprivatização das empresas nacionalizadas e à completa eliminação do SEE; **a integração na CEE e a criação do Mercado Único**, que obriga a uma completa internacionalização da economia portuguesa, com a consequente exposição de todos os sectores de actividade e de praticamente todas as empresas portuguesas a uma concorrência acrescida e aos efeitos das alterações na economia mundial: **a própria situação económico-financeira** a que a política de direita conduziu a generalidade das empresas do SEE; e, não menos importante, **o crescente domínio da economia portuguesa pelo capital estrangeiro**.

Do meu ponto de vista, e contrariamente a algumas opiniões que por aí vão sendo expressas, a reflexão necessária sobre o SEE nada tem a ver com as experiências (e os seus resultados) de países socialistas. Não há, nem nunca houve, qualquer relação essencial entre o SEE português e a organização económica dos países socialistas. Desde logo pelas próprias diferenças profundas, que sempre existiram, quanto à natureza do poder político. Mas também porque as nacionalizações e a constituição do SEE em Portugal não visaram a estatização de toda a economia, antes deixaram, assumidamente, um largo espaço ao desenvolvimento de outras formas de propriedade, incluindo a propriedade capitalista. De tal forma que, embora com a colaboração activa do poder político de direita e muitas vezes à custa do SEE, se foram criando no País novos grupos económicos, que aspiram à restauração do capital financeiro em Portugal. Restauração essa que, através do processo de reprivatizações, Cavaco Silva pretende arbitrar — tal como no fascismo o capital monopolista era arbitrado por Salazar.

2. Lógica e necessariamente, uma reflexão sobre o SEE não pode olvidar as condições históricas que determinaram a necessidade objectiva das nacionalizações e que justificaram a forma e o tempo em que foram realizadas. Nem pode omitir que o processo do SEE está indissoluvelmente ligado ao processo da luta política e de classes que se desenvolveu em Portugal nos últimos 16 anos.

Assim, e em primeiro lugar, parece inquestionável a necessidade e o momento das nacionalizações, porque foram condição necessária para a criação de um Estado democrático em Portugal.

Em segundo lugar, essa condição necessária era (objectivamente) sinónimo de **desmantelamento dos grupos financeiros que dominavam a economia portuguesa**. E se era o desmantelamento dos grupos financeiros que estava em causa, e

se a sobrevivência do Estado democrático recém-nascido impunha a rapidez de actuação (os acontecimentos e os fundamentos do «11 de Março» não deixam dúvidas dos riscos que a democracia então corria), é impensável que o critério das nacionalizações fosse outro que não o seguinte: a decapitação dos grupos financeiros.

Uma programação «racional» das empresas a nacionalizar, «libertando-as» das suas participações financeiras em empresas não integradas em sectores básicos ou estratégicos, poderia ser, talvez, mais «científico» do ponto de vista técnico-económico. Mas teria sido **desastroso para o regime democrático sobrepor critérios económicos às exigências políticas objectivas do momento histórico** e, com toda a probabilidade, essa programação não teria tido a oportunidade histórica de ser levada à prática.

Em terceiro lugar, a reorganização das estruturas empresariais nacionalizadas a que então se procedeu, nomeadamente a **substituição da lógica dos grupos financeiros por fusões sectoriais de empresas industriais**, assentou mais em razões económicas (designadamente o aproveitamento das economias de escala) do que em quaisquer fundamentos ideológicos ou concepções mais ou menos centralistas (veja-se, por exemplo, a composição política dos governos que decidiram das fusões).

Em quanto lugar, é comprovadamente verdade que **o poder político dominante, a partir de 1976, nunca teve vontade política de dinamizar e desenvolver o SEE**, e muito menos de promover a socialização das empresas nacionalizadas. Antes pelo contrário. Aproveitou-se do SEE para o instrumentalizar ao serviço das suas políticas conjunturais, para distribuir poderes e lugares entre os partidos no Governo e para promover a recuperação capitalista, conduzindo à degradação económica e financeira das empresas do SEE.

Por último, julgo perfeitamente claro que a defesa das empresas nacionalizadas ao longo dos anos, a constitucionalização originária do princípio da irreversibilidade das nacionalizações e a sua permanência na revisão de 1982, não foram o resultado de um qualquer processo mais ou menos programado de substituição dos ex-monopolistas comprometidos com o fascismo por uma nova burguesia, a que havia de dar tempo para nascer e crescer. Foram, isso sim, **o resultado de uma permanente luta política e de classes** entre, por um lado, os trabalhadores e forças sociais e políticas progressistas em defesa das conquistas democráticas e, por outro lado, os órgãos do poder político dominados pelas forças de direita e o grande capital que visavam a restauração do capital monopolista. A eliminação do princípio da irreversibilidade na CRP só se verifica (e verifica-se logo que) quando a correlação de forças política e social pendeu de forma clara para as forças da burguesia (com carácter conjuntural ou não, é questão que não vem agora ao caso).

3. Mas será que, no momento actual, no quadro da integração na CEE e da criação do



Mercado Único, ainda se justifica a existência e a defesa do SEE?

Não tenho dúvidas sobre a sua necessidade e, se é possível dizê-lo, mais do que nunca.

O SEE tem um peso objectivo no sistema produtivo e uma forte posição na malha das relações económicas nacionais, que o tornam essencial para a modernização e o desenvolvimento da economia nacional.

No quadro de uma organização económica mista, o SEE é condição necessária para garantir a soberania nacional num quadro de acrescida interdependência económica, para que o País possa resistir com êxito a uma divisão internacional do trabalho desfavorável, para impedir que a economia nacional se torne um mero instrumento de acumulação das multinacionais e apêndice das economias dos países capitalistas mais desenvolvidos, e para defender a democracia portuguesa concebida como política, económica, social e cultural.

A experiência recente demonstra cabalmente essa necessidade. O processo de reprivatização já encetado pelo Governo do PSD — que, aliás, se realiza independentemente da forma como estão estruturadas e organizadas as empresas do (e o) SEE — comprova, só por si, a crescente desnacionalização da economia portuguesa, através da tomada de fortes posições por grupos económicos estrangeiros em centros fundamentais de decisão económica. Isto é, nas condições objectivas do nosso país, o desmantelamento e reprivatização do SEE é sinónimo de entrega ao capital estrangeiro de alavancas fundamentais da economia e de desnacionalização da economia portuguesa. É mais uma forte razão a justificar a necessidade de preservar o SEE.

4. Se estou certo da necessidade de defesa, e dinamização do SEE, também não me restam dúvidas sobre a necessidade da sua reestruturação.

Importa, porém, e do meu ponto de vista, que ele se reestruture com **base naquilo que existe** (as empresas que o integram e nos sectores de actividade em que estão implantadas), sem qualquer pressuposto de que há actividades económicas que são «por natureza» do sector público (a não ser as que resultam da constitucionalmente necessária delimitação dos sectores vedados à iniciativa privada) e outros que são «por vocação» do sector privado.

Por outro lado, a perspectiva da reestruturação do SEE deve ter como um dos seus pressupostos a dinamização e o desenvolvimento das suas actividades, considerando o papel importante (fulcral?) que o SEE pode e deve desempenhar no

desenvolvimento económico do País e na execução de uma estratégia de mutação das suas estrutura e especialização produtivas (especialização produtiva que deve ter em conta quer as necessidades objectivas quer as possibilidades abertas e os constrangimentos ditados por uma maior internacionalização da economia portuguesa).

Partindo destes pressupostos, permito-me avançar algumas opiniões sobre a reestruturação do SEE.

Desde logo, é necessário que a reestruturação encare de frente o **problema do acesso das empresas do sector público ao mercado de capitais**, de modo a que, num quadro de concorrência acrescida, não fiquem em situação desfavorável — em termos de custos financeiros — face às empresas privadas. O que importa, fundamentalmente, é garantir que a orientação e gestão das empresas do SEE não seja transferida para o sector capitalista, quer pela via do capital social quer pela da concessão da exploração. O que não impede que o SEE, que cada uma das suas empresas ou grupos privados (nacionais ou estrangeiros), através de contratos, de «joint-ventures», etc., visando a investigação e o desenvolvimento, a distribuição ou a própria produção.

Quanto à **gestão do SEE**, julgo imperioso que se garanta uma orientação estratégica coordenada de todo o SEE, mas impedindo que os «ciclos políticos» governamentais (de curta prazo) se sobreponham aos «ciclos económicos» das empresas (de longo prazo).

Importa que a orientação e gestão do SEE possa aliar a orientação e direcção global centralizadamente coordenada/planificada a um elevado grau de autonomia de gestão de cada uma das empresas (e grupos de empresas). Isto é, **fora do quadro da orientação e direcção estratégica, o SEE deve garantir um elevado grau de independência face às tutelas administrativas**. Que as empresas do SEE assegurem um quadro de gestores competentes, cuja autonomia de gestão tenha como contraponto uma responsabilização clara pelos resultados da gestão.

Tal como me parece de **relevância fundamental que na gestão do SEE tenham participação efectiva os seus trabalhadores**, isto é, que nas empresas do sector público da economia seja efectiva e crescentemente implementada uma gestão participada.

No que respeita aos objectivos a prosseguir pelo SEE, importa fazer uma clara distinção entre empresas que prosseguem objectivos sociais (contratualmente assumidos perante o poder político com as corresponsáveis contrapartidas) e as que prosseguem objectivos económicos.

Em todas elas deve estar presente o objectivo de uma certa alteração das relações de produção — concretizando uma participação crescente dos trabalhadores na

orientação e gestão das empresas — e da prossecução de uma crescente e exemplar melhoria das condições de trabalho e de vida dos seus trabalhadores.

Por outro lado, no que se refere às empresas com objectivos sociais, deverão prosseguir a melhor prestação, quantitativa e qualitativa, de serviços sociais, com elevada eficácia de custos (eficácia essa objectivamente avaliável).

Quanto às empresas que prosseguem objectivos económicos, acrescem os objectivos de assegurar uma intervenção na economia de acordo com as orientações da política económica do País, contribuir activamente para a garantir de uma economia nacional independente (no quadro das interdependências inevitáveis), promover a reprodução dos seus capitais e contribuir para o desenvolvimento económico e tecnológico do País. O que implica que as empresas do SEE tenham uma estratégia económica «ofensiva» no mercado interno e/ou nos mercados externos, de acordo com o destino preferencial das suas produções.

Quanto à **estrutura organizacional do SEE**, não deve, em meu entender, existir *a priori* um modelo de organização único, aplicável «por decreto» a todo o SEE. Nem serve a simples e automática imitação das formas de organização mais correntes nos grupos económicos privados (grupo produtivo-financeiro gerido por uma *holding*).

Todas as possibilidades devem ser, à partida, aceitáveis. O que importa é procurar a sua melhor adequação aos objectivos prosseguidos pelas empresas do SEE, as formas de organização que lhes possam garantir uma maior eficácia. Já que, como julgo defensável, nas novas condições de concorrência ditadas pela criação do Mercado Único, a organização das empresas pode adquirir «um valor próprio de capacidade competitiva».

Assim, poderá em alguns casos justificar-se a organização de empresas únicas por sector de actividade. Noutros casos, poderá ser mais adequada a constituição de grupos de empresas de implantação multi-sectorial (numa perspectiva horizontal ou vertical) com ou sem integração de empresas do tipo *holding*. Noutros, ainda, será mais aconselhável a formação de conglomerados sectoriais, potenciando uma dimensão operacional acrescida que possa contrapor-se ao capital estrangeiro.

Em suma, sou de opinião que a reestruturação do SEE deve aliar a unidade da orientação estratégica à autonomia de gestão das empresas, promover a participação efectiva e interessada dos trabalhadores na orientação das empresas, garantir a racionalidade e eficácia económicas das diversas (e diversificadas) unidades empresariais do SEE, contribuir activamente e para a valorização da especialização produtiva do País, e assegurar a soberania nacional em centros fulcrais da economia portuguesa. ■

Marinha Grande

Uma experiência, um exemplo de divulgação da Imprensa do Partido

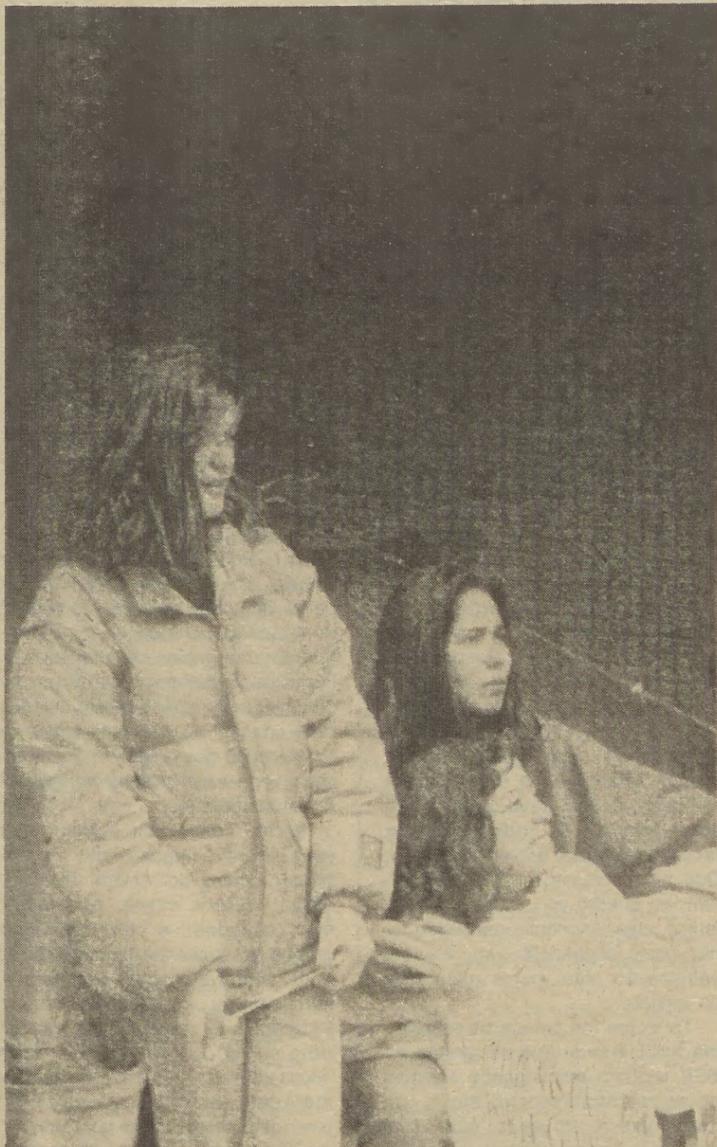
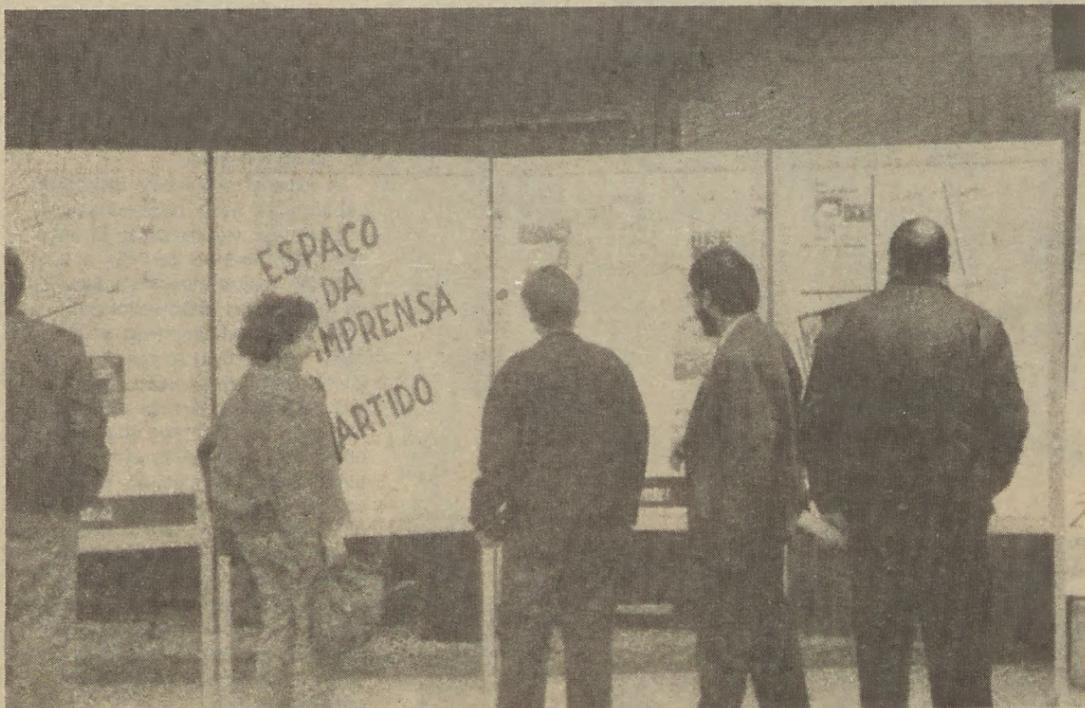
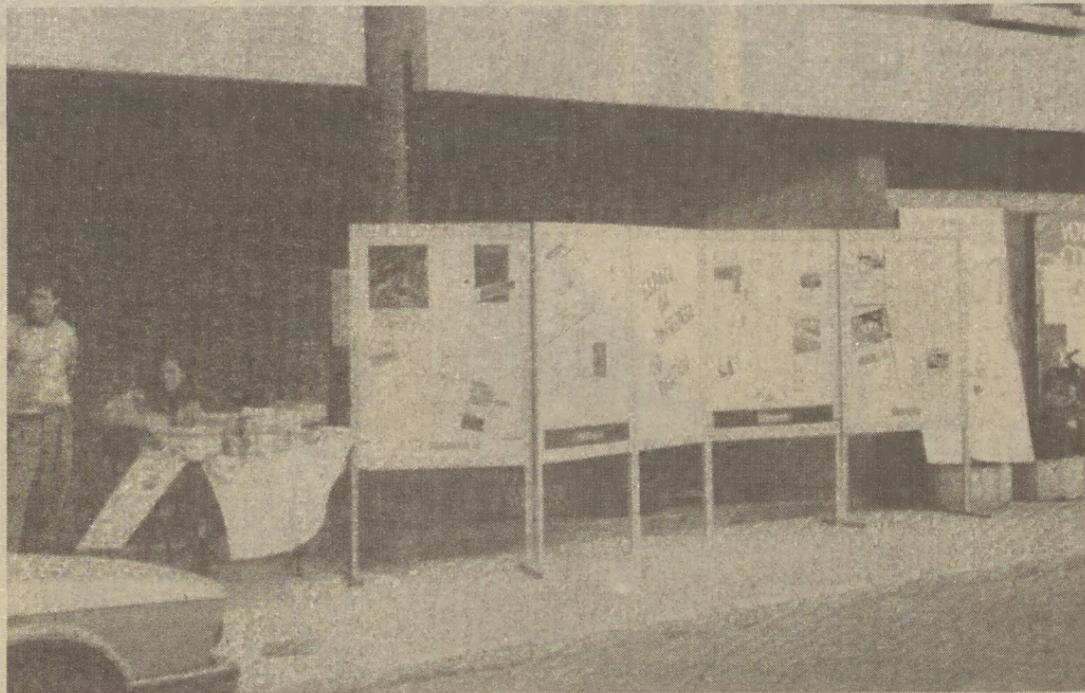
Com a regularidade possível, usando meios técnicos adequados (painéis, animação sonora, bancas, etc.), a Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP iniciou na Marinha Grande um projecto de divulgação da Imprensa do Partido, que em breve se estenderá a outras localidades da região leiriense: Caldas da Rainha, Alcobaça, Bombarral e Leiria.

Com especial incidência aos fins-de-semana, o «Avante!» e «O Militante» surgem nas ruas e no mercado municipal da Marinha, onde se tem registado, como nos dizem os camaradas da DORLEI, uma boa receptividade.

Para além desta venda e divulgação públicas, a Imprensa do Partido ocupa um conjunto de painéis expressamente adquiridos para este projecto de trabalho. Aí são apresentados artigos, destacando-se assuntos e informações, comentários, notícias, apelos. Paralelamente, a ORLEI pensa levar por diante a realização de debates a propósito de temas abordados, quer nas edições do Avante! quer no Militante.

A exposição dos painéis – no caso do Avante!, renovada semanalmente – é acompanhada de música de fundo e de textos gravados, que salientam peças mais significativas inseridas na Imprensa do PCP, nessa semana.

A reportagem fotográfica que inserimos nesta página do Em



Espaço da Imprensa do Partido – uma iniciativa com pernas para andar. Por enquanto na Marinha Grande. Depois noutras localidades do distrito de Leiria. Uma experiência e um exemplo que poderá vir a proporcionar resultados positivos na divulgação da Imprensa do Partido, no combate das ideias, no esclarecimento, na informação e na reflexão política.

Foco mostra aspectos do espaço da Imprensa do Partido num momento de particular significado para o trabalho do PCP e das suas organizações no plano nacional: a publicação das Teses apresentadas pelo Comité Central no quadro da actividade e dos debates preparatórios do XIII Congresso (Extraordinário).

Um dos painéis destacava passagens históricas da luta do PCP: do fascismo ao 25 de Abril.

Em breve daremos aos nossos leitores mais pormenores sobre esta iniciativa dos comunistas da ORLEI. Que desde já saudamos. ■

A propósito de 69 anos de luta
Entrevista com
Sérgio Vilarigues



Quando o grupo de 150 presos, vindo de Angra do Heroísmo e onde tu estavas incluído, inaugurou o campo do Tarrafal, que tipo de construções encontrou?

Qual construções! Aquilo eram barracas de lona, relativamente grandes, com seis camas de cada lado e um corredorito a meio.

Com o tempo, as barracas apodreceram e nós ficámos aflitos. De vez em quando lá cosíamos um buraco ou outro, mas muitas vezes a lona voltava a romper no mesmo sítio...

Por acaso, no segundo ano do Tarrafal, de 37 para 38, choveu de tal maneira que deu para eu tomar um banho ensaboado.

Como é habitual em África, a chuva parou tão repentinamente como veio. As terras antes alagadas, uma hora depois estavam tão secas como sempre. Trata-se de uma terra vulcânica, suga a água de uma forma incrível...

Veio então da terra um calor tão intenso, tão insuportável... ia-nos matando a todos!... A nós e a eles, os guardas!

A vida no Tarrafal também não era fácil para eles...

Houve um ano em que morreram vinte mil pessoas em todo o Cabo Verde! E isso podia não ter acontecido... bastavam uns quantos barcos de milho. É uma terra impossível!

A água que tínhamos para beber, embora não o soubéssemos, era inquinada. Posso dizer-te que depois da libertação de Cabo Verde, o poço de onde era extraída a água que bebíamos foi fechado e transformado numa fossa. Na altura, porém, essa era a água de beber, tanto ali como em toda a vila do Tarrafal.

Toda a gente bebia dessa água?

Não. Toda a gente, menos os guardas, menos o director. Mas a vila, sim, não tinha outra! Mesmo este poço ficava a dois quilómetros da povoação, aí a uns 150 metros do mar. Era uma água um pouco salobra, mas bebia-se.

A cinco quilómetros, em Santa Catarina, havia água potável, muito boa até, e para os guardas e o director, ia-se buscar dessa água, carregando uns burros...

Portanto, os presos e a população da vila bebiam água do tal poço inquinado, e mesmo assim escassa. Como faziam em relação à higiene pessoal?

Olha, foi assim que começou a história que já contei passada entre o tenente da GNR e o Bento Gonçalves: os presos não tinham água para lavagens. Reinvidicámos então o banho no mar - a água do mar não lava coisa alguma, mas enfim! Acabaram por autorizar a ida à praia, que ficava a uns 150 metros do campo. Deixaram-nos ir tomar banho lá abaixo, acompanhados pelos guardas e o tenente resolveu acompanhar-nos para encenar a provocação de que já falámos...

Pois, ele chama pelo Bento Gonçalves e pergunta-lhe com maus modos se ele já estivera na Rússia. Esse tenente da GNR, que se particularizou anteriormente pela extrema dureza de atitude em relação a vocês, modificou depois o seu comportamento após a conversa com Bento Gonçalves. Mas só lá esteve cerca de dois meses...

Exacto: a missão daqueles guardas foi apenas de acompanhar-nos no transporte de Angra do Heroísmo

até ao Tarrafal e aí aguardar a vinda dos outros guardas que ficariam responsáveis pelo campo.

Também houve um caso relacionado com a comida...

A rancheta. O director queria que os guardas comessem da comida dos presos. O tenente foi contra, dizia que os seus homens não comiam daquilo...

Por aqui se pode imaginar a desorganização que havia no campo do Tarrafal: montaram-no em condições precárias e trataram de enviar, à pressa, de qualquer maneira, os presos, talvez para aterrorizar, para atemorizar os combatentes antifascistas...

Tinham alguma forma de comunicação com o exterior?

Bem, aí ficámos um pouco atilhadados. É uma ilha... bastante complicada. Mas, a determinada altura, arranjámos... Mas não te digo como!

Tenho pena... mas vocês conseguiam acompanhar, mais ou menos, a evolução do mundo?

Tivemos tempos bastante difíceis. Nós, os primeiros, claro que fomos apanhados de repente e mandados para o Tarrafal. Não tínhamos organização...

Não havia lá jornais, nada?

Já íamos de Angra sem jornais de espécie alguma, apesar de os pagarmos e de serem enviados jornais pelas nossas famílias; mas nada era entregue, absolutamente nada. Um mês antes de começar a guerra civil de Espanha foram-nos cortados os jornais em Angra.

Só souberam da guerra civil de Espanha muito mais tarde?

Não! Angra, apesar de tudo, não era o Tarrafal. A guerra foi logo muito falada. Mas do avanço do exército hitleriano, no Tarrafal, só soubemos depois de cair a França. Depois de terem saído os primeiros presos, «o esquema» organizou-se: entraram «Avantes!», recebiam-se comunicações, cartas, indicações; escrevia-se, e às vezes não pouco...

Podiam receber correspondência da família?

Nós recebíamos correspondência da família mas limitada a duas cartas e um postal em cada 45 dias. Por isso houve lá um incidente com o chefe dos guardas e o nosso camarada Faustino de Campos: é que o Seixas autorizou-nos a escrever as duas cartas e o postal; mas depois veio uma contra-ordem: em cada quarenta e cinco dias passava-se a ter direito a um único um postal. O Faustino de Campos disse ao Seixas: «Não pode ser, morreu-me a mulher, tenho cinco filhos, tenho que dar indicações de como devem tratar dos meus filhos».

O Seixas não gostou... Tenho de dizer que o Seixas era um homem

«A gente também ria!» — conclusão

muito alto, tinha quase dois metros de altura, uma cara assim... talvez não patibular, como dizia o Pedro Soares, mas nada simpática.

O Faustino era baixo. Mas era muito forte, um autêntico tronco de pinheiro... e tinha cá uma destas manábulas!

Quando o Faustino protesta em relação à questão da correspondência, o Seixas não gostou, e manda-o calar. O Faustino: «Qual calo-me?» - e: trás! trás!; avia duas lambadas valentes no Seixas!

Claro que depois o Seixas deu-lhe uma «carga» que chegou para uma casa de família. Antes tentara sacar da pistola, mas um guarda negro impediu-o de usar a arma...

O Seixas ia matar o Faustino?

Creio que não. Se o Seixas pega na pistola e fazia alguma coisa... também morria! Nós estávamos em volta... Não se atrevia...

Mas o Faustino foi castigado?

Claro. Foi mandado para a *frigideira*, esteve para lá 31 dias. Não podia haver castigos de 31 dias, mas o Seixas castigava, dava a volta aos regulamentos: castigava um fulano em 15 dias por isto, acrescentava outros tantos por aquilo. Portanto acumulava os

castigos e um preso acabava por fazer 31 ou mais dias de *frigideira*.

No fundo, também havia uma espécie de legalidade de fachada?

Sem dúvida, e uma legalidade interessante, até. Éramos castigados com 15 dias de *segredo* - era o nome «oficial» da *frigideira*, - e como estabelecia o regulamento, a ração era reduzida «em dias alternados». Que conclusão tiras?

Que, na prática, devia ser a ração cortada, dia sim, dia não...

Não.

Então?

Um dia sem comida, o outro com ração reduzida!

A legalidade dá para os dois lados, não dá?

De facto...

Nós guardávamos um bocadinho de pão de um dia para o outro, para equilibrar um pouco a coisa...

Era uma malandrice, um truque a torrear a lei... Sabes, este director do Tarrafal, o João da Silva, foi na altura à Alemanha...

Foi aprender?

Sim, esteve até com um célebre carcereiro alemão, visitou campos de concentração, etc... Era um tipo que nunca levantava a voz. Arrastava a voz, falando devagar. Um dia convenceu-se da preparação de uma fuga e chamou os dirigentes dos presos à secretária. Calmamente disse: «Chamei-os cá para vos dizer que, mesmo a dormir, sereis considerados em fuga!». Nós começámos a argumentar, mas ele deu por finda a conversa, sem nunca elevar a voz...

Disseste que o João da Silva chamou os dirigentes dos presos. Vocês organizavam-se no campo? Acharam útil a criação dessas comissões? Para vossa própria defesa?

Era uma forma de organização, que tentámos, enquanto pudemos, impor aos carcereiros, para tratar dos problemas reivindicativos dos presos. Porque a luta na prisão não

terminara; pelo contrário, continuava.

E, portanto, também tinham uma organização, tal como cá fora?

Evidentemente que tínhamos organização no Tarrafal. Até, às vezes, talvez fosse «organização» a mais...

Mas a princípio, por exemplo, era necessário capinar, era necessário ir buscar água... E nós conseguimos que eles nos deixassem organizar, dentro do campo, os camaradas que deviam ir à água e os que deviam capinar.

Tornava o trabalho mais fácil para todos?

Exacto. E aqueles que estavam doentes, guardávamo-los.

Quando estavam doentes, eles obrigavam-vos a trabalhar?

Se estávamos na cama, mesmo que quiséssemos não nos podíamos mexer. Às duas por três, quando começávamos a ver as moscas na boca dos camaradas - na enfermaria cabiam para aí uns dois ou três, os outros doentes ficavam nas casernas -, pensávamos logo: «ai que este já está!». Mas houve um ou outro que arribou. Conto-te, a propósito, a história seguinte:

Dois camaradas foram à enfermaria, porque o enfermeiro dizia que os dois que lá estavam já deviam ter morrido. Nós não queríamos que os doentes morressem ao pé dos camaradas, para não causar pânico, e por isso lá os íamos buscar. E, quando abrimos a porta, à espera de gemidos ou de silêncio, o que ouvimos foi: «eh pá, temos fome!».

Desataram a rir, não?

Agarrámos logo neles! Mas comida não havia. Havia comida nas barracas, que era para servir no dia seguinte os porcos do director. Lá fomos escolher da mais limpinha. Esses «mortos» saíram ambos em liberdade, quando houve a amnistia, em 45. E um morreu outro dia, com 79 anos.

Falávamos das questões de organização...

Havia secretariado, havia células de barraca, havia núcleos, isso dependeu das épocas. Houve uma altura em que não deixavam juntar muita gente, e nós conversávamos aos dois, a tratar dos problemas de organização, da luta com os carcereiros, como é que nos devíamos defender, o que é que devíamos fazer...

Chegámos a fazer palestras individuais, uns aos outros, os mais capazes aos menos capazes. Muito gente não tem ideia, mas a prisão era uma frente de combate. Não nos conformámos com uma atitude, estilo: «estamos presos, acabou-se a história».

Havia dirigentes dos prisioneiros, pessoas com quem a guarda tratava, de preferência?

Bem, houve sempre, e nós esforçávamo-nos por isso. A princípio tínhamos uma comissão de campo e por acaso eu fiz parte dessa comissão, com o Bento Gonçalves. Depois, mandaram-nos acabar com as comissões e deixaram de reconhecer a sua existência. Mas as comissões não acabaram para nós. O campo tinha organização. E quando, às vezes, era preciso falar, lá ia o



fulano de sempre, não em nome da comissão, mas em nome dos presos.

Impunham, a vocês próprios, disciplina, obrigações?

No Partido, tínhamos a disciplina do Partido, naturalmente. As coisas decididas por maioria eram obrigatórias para todos os membros do Partido.

Por exemplo, eu e o Bento éramos da comissão de campo, mas os anarquistas também estavam na comissão de campo. Os comunistas decidiam entre si o que é que se ia defender nessa comissão. É que os anarquistas, às vezes, queriam impor coisas... eles eram sempre «revolucionários»; «revolucionários» até à quinta casa! E nós lá contrariávamos certas aventuras.

De resto havia «anarquistas» e anarquistas. Havia anarquistas razoáveis, havia anarquistas aventureiros, tal como havia comunistas «de palavreado» que depois, quando se tratava de qualquer coisa a sério... «conversa fiada».

Tentavam politizar os outros presos, em termos de Partido?

Polítizávamos... Primeiro, procurávamos aumentar o seu nível cultural e de informação. Havia alguns, por exemplo, os revoltados do 18 de Janeiro, que nem sabiam ler. Procurávamos aumentar o nível de conhecimentos, escolares e políticos. Filosofia, História, essas coisas todas. Alguns sabiam «desenhar» o nome, e nada mais. Depois, aprenderam. Aprenderam aritmética, aprenderam geografia, matérias escolares. Depois, ficavam em condições, quando tínhamos livros, de estudar, de ler um livro, de ler um folheto, evoluíam. Houve algumas palestras de História sobre a época dos descobrimentos, sobre a história económica de Portugal, etc. Procurávamos, portanto, instruir-nos, tanto culturalmente como politicamente, com base teórica no ponto de vista dos princípios do marxismo-leninismo.

Tinham também uma certa preocupação em manter a forma física?

Sabes, nós tínhamos no Tarrafal uma forma engraçada de manter a forma física: era a pedreira, era cavar, era carregar água, carregar pedras... Mas, mesmo assim, havia camaradas que ainda faziam a sua ginástica...

E tinham formas de se «safarem» ao trabalho?

A determinada altura, quando o trabalho era organizado por nós, havia malandros que se safavam, prejudicando os camaradas, mas não eram muitos. Quando para lá foi o João da Silva, essa organização acabou e passámos cada um a fazer o menos que podia.

Claro, havia sítios onde não se podia escapar, mas sempre arranjavamos forma de alijeirar os trabalhos.

Como?

Oh! Tanta maneira! Até pusemos as vagonas a andar à vela!

Velas feitas por vocês?

Pois, com a lona das barracas. Fazíamos a vela, montávamos, digamos assim, o mastro, e, se havia vento, aquilo andava. Claro, de vez em quando o vento era muito, e lá se virava a vagona. Nem todos sabiam lidar com as velas... ■

Acredite

«Acredite se ler no Expresso», diz um anúncio certamente bem pago porque isto tudo tem um preço, até a verdade — pelo menos a verdade que depois nos querem vender. De qualquer modo o «Expresso», com este anúncio, não está à altura do jornalismo «jet-set» que julga praticar, muito dinâmico, barbeado e a cores; tem de anunciar ainda muito para chegar ao seu modelo norte-americano que entra logo a matar e grita — É INCRÍVEL MAS É VERDADE! — esmagando à partida qualquer titubeação racionante e sem se pôr à espera de quaisquer credibilidades. É claro que o «Expresso» compreende que não estamos nos EUA — no máximo procura convencer-nos que devíamos estar lá ou vice-versa, não se percebe bem — pelo que afaga a ratice lusitana e concomitante obsessão nacional pela verdade (talvez porque temos todos um bocado a mania que anda sempre alguém a enganar-nos) e sai-se com esta de «acredite se ler no Expresso». É claro que a gente acredita. Pelo menos até à edição seguinte onde, de vez em quando, o «Expresso» não

consegue recusar a publicação dos desmentidos.

Sondagens

Segundo o «Jornal Ilustrado» e na sequência de mais uma espectacular sondagem, 62% dos portugueses acham que «o comunismo vai acabar». Oh, diabo... Então com tanta propaganda anticomunista só há 62% de portugueses a acreditar no fim do comunismo? Pior: Apesar de tantos esforços e missas cantadas ainda há 38% dos portugueses que acreditam no futuro do comunismo? Já que anda tão preocupado com o assunto, o melhor que o «Jornal» tem a fazer é encomendar rapidamente outra sondagem, de preferência noutra agência, que essa, pelos vistos, não é muito de fiar. E sempre pode ir contribuindo para a campanhazinha à medida das suas possibilidades...

Auscultações

Segundo o «Diário de Notícias», o Primeiro-Ministro Cavaco Silva decidiu agora auscultar os médicos, o que faz deste executivo o poder mais polivalente da história. Aguarda-se ansiosamente a altura em que veremos Cavaco Silva a arquitectar os arquitectos, a esborratar os

Pontos Cardeais

pintores, a construir engenheiros, a conduzir motoristas e a cantar ópera aos operários.

O complexo da banana

Há dias, um articulista, escrevendo sobre a RDA, apontava como uma das razões da perda de influência eleitoral dos comunistas o facto de não haver bananas. «Ninguém tolerava mais a falta de bananas em pleno século XX no coração da Europa civilizada», diz ele a dado passo. Agora, esperam certamente os que votaram nos conservadores de Khol, vai haver banana à farta. Em Portugal também há. Os filhos dos trabalhadores que o digam, que não as costumam comer. Mas o certo é que, do lado de cá, as bananas conhecem-se bem. Descascam-se e aproveitam-se os caroços. E todos prestam atenção às

cascas, não vá a gente escorregar.

Desfasados

A JSD anda cheia de fôlego, após um Congresso onde já se começa a tirar a respiração a Cavaco Silva. José Relvas, deputado pé-pê-dê, produziu há dias uma oração jovem na Assembleia da República onde anunciou que os JSD's, também vêem coisas. E dizem-no. De forma sofisticadíssima. Ora veja-se: «há um cada vez maior desfasamento — tonitroço o Relvas — entre a delegação de poderes que é ciclicamente conferida pelo cidadão eleitor e o mandato que é exercido pelos agentes políticos». O mais engraçado é que o jovem Relvas disse esta incandescência no pressuposto de que estava a ser bestialmente contestatário. Lá teremos que os desculpar, a ele e aos «jovens sociais-democratas». A gente sabe como eles foram sempre assim um bocado... desfasados.

Gazetilha

por *Ignotus Sum***Inflação**

Sobe, sobe, inflação, sobe, vai dizer àquela estrela que sobes mais alto que ela sobe, sobe, balão, sobe, a tantos por cento ao mês sempre mais de cada vez sobe, sobe, inflação, sobe e se alguém vier discutir que é para a gente progredir pois saiba que basta, basta (sobe, sobe, balão sobe) a mentira já está gasta já ninguém a pode usar

sobe, sobe, balão, sobe com o Cavaco a soprar...

O ambiente

Cavaco foi, foi à televisão p'ra fazer uma comunicação ao mundo, ao País, à gente. Esteve lá afinal, p'ra dizer quem em Portugal é mau, é muito mau, o ambiente...

Estranho cuidado esse! Como se o País não soubesse...

Sendo a TV que a gente vê opaca uma coisa afinal é transparente: no PSD e no Governo o ambiente é de cortar à faca...

A dúvida...

Diz o Arlindo, diz senhor do seu nariz e usando só palavras convincentes que ele quer, na Saúde, uma virtude: dar saúde aos doentes.

Com tanta lógica sinto-me já tonto. Dar saúde aos doentes. Certo. Pronto!

Só que tenho uma dúvida entre mãos: o que o seu governo quer, por lá, não será, não será... dar a doença aos sãos?...

Entre eles, é normal

Veio da Europa o Fundo Social e eram tantos os comilões que dos contos que havia no bernal voaram 15 milhões...

Há assim tanto ladrão? Acho que não, acho que não. Por mais que digam, etc. e tal, que é grande o berbicacho, eu cá não acho, eu cá não acho. Eu acho que é normal.

Nisto de fundos, se vierem mais, deixem-nos vir, então, que os comilões normais lá estão...

Desilusão!

O poeta em geral não é barra em economia. Mas se ele vê TV entende que há mais mundo além da Poesia.

Lá viu que no Japão indícios há, zuns-zuns, baixas na Bolsa dão bem que pensar a alguns...

Exemplo: as cotações voltaram a descer no índice Nikkei. O que isto quer dizer com franqueza não sei mas se no mundo da finança o medo soa quer dizer que p'ra ele a coisa não está boa...

Que pena! Já havia quem pensava que o capitalismo é que era bom à brava...



Congresso

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 847

22 de Março de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Mesas Redondas

- ***Problemas da juventude,
hábitos, valores, quotidiano***

com



Carlos Rabaçal, membro suplente do CC do PCP e membro da direcção do Conselho Nacional da Juventude



Maria Clementina Dinis, psicóloga, directora dos Serviços de Psicologia do Hospital Júlio de Matos



Maria da Luz Nogueira, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e do Conselho Nacional da Interjovem



Nuno Ramos de Almeida, membro da Direcção Nacional da JCP e director da revista «Politika»

- ***A evolução
nos países socialistas e a paz***

com



Albano Freire Nunes, membro do Secretariado do CC do PCP, responsável pela Secção Internacional do PCP



Miguel Urbano Rodrigues, jornalista



José Goulão, jornalista

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Álvaro Cunhal em Évora

Dúvidas e certezas no palácio de D. Manuel

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

As dúvidas e as certezas andaram de mãos dadas no passado sábado, durante o debate sobre as Teses para o XIII Congresso do PCP ocorrido em Évora com a presença de *Álvaro Cunhal*. No belo salão do palácio de D. Manuel, decorado com motivos árabes e enquadrando uma multidão de várias centenas de pessoas, o debate construiu-se com energia e paixão, timidez e empenhamento, clareza e ponderação. Neste exagero de adjectivações aparentemente contraditórias corre o fio condutor duma sessão que nunca refluíu porque, se calhar, o Alentejo é mesmo assim — como dizia Eugénio de Andrade ao definir que «o melhor do alentejano é esta liberdade que escolheu de ordem e equilíbrio» — e, sobretudo, desagua a também aparente antinomia com que se abriu esta nota. Mas expliquemo-nos. Se as dúvidas chegadas ao debate organizaram um conjunto de preocupações comuns no Partido — a derrocada de países socialistas, o apartar das águas entre as experiências que

falharam e os processos de reorientação em curso nesses países, a agressividade do imperialismo, as questões do marxismo-leninismo, do centralismo democrático, da discussão interna, etc. — houve também certezas que a multidão sufragou com inequívocos aplausos: o carácter de classe do Partido, a sua criatividade e capacidade de resposta, o seu posicionamento internacionalista, a confiança no futuro. A última em sublinhado.

Uma das intervenções produzidas no debate — por coincidência a última — pode ilustrar a riqueza da grande reflexão que neste momento percorre o Partido. O camarada em questão alinhou, em substância, as seguintes opiniões: a incorrecção de se catalogar apriorística e negativamente os que «nos locais próprios colocam questões eventualmente divergentes», sendo logo conotados com os «críticos» e as «vias» que por aí andam — equívoco inconcebível, pois «não há comunistas de 1.ª nem de 2.ª», e evitável, porque «se há que tomar medidas, há espaço estatutário para isso»; que a vida, hoje, «não se esgota no centralismo democrático», cuja importância reconheceu na Revolução de Outubro, na clandestinidade e nos primeiros

anos da Revolução de Abril; e finalmente a imprecisão do conceito da natureza de classe do Partido, que hoje se adequará mais à «identidade com os que querem revolucionar a sociedade».

O primeiro relevo desta intervenção está na utilização plena do centralismo democrático como ele se pratica no Partido (ou seja: discutir e defender abertamente tudo e depois acatar a decisão encontrada maioritariamente), e isto feito pelo próprio camarada, quer para denunciar constrangimentos sentidos e sem sentido, quer para considerar redutor esse mesmo centralismo democrático. Quando abordou esta questão na sua intervenção final, o secretário-geral do PCP recordou que o centralismo democrático, hoje em discussão, por exemplo, no PCUS, sempre teve no PCP uma expressão particular subordinada à preocupação maior de reforçar os direitos democráticos, tendo inclusivamente sido inscrito no Programa e nos Estatutos do Partido durante a clandestinidade, em definição adequada ao tempo futuro de liberdade e democracia por que se lutava; se a componente centralista teve de ser acentuada no período da clandestinidade por razões óbvias de segurança, mesmo aí procurou-se sempre preservar a componente democrática. Ainda a propósito, Álvaro Cunhal recordou que fazer uma fracção não é ter opiniões diferentes, que devem ser expressas e defendidas com todo o empenho dentro do Partido — «e se temos razão, acabamos sempre por a fazer triunfar», acentuou. Mas fazer reuniões isoladas e enviar recados pelo correio, ou ir à televisão (que só faz perguntas ao PCP sobre os «críticos») para «comentar» e atacar o seu próprio Partido, não pode ser visto de outro modo...

Suíços não, mas...

A questão da actualidade do conceito de classe do Partido seria também abordada pelo secretário-geral do PCP quando comentou outras apreensões expressas no debate acerca do desmoronar de vários países socialistas.

«Hoje fala-se de novo na democratização do capitalismo», com toda essa demagogia da participação no capital das empresas, etc., acrescentando-se-lhe outra ideia — a de que a classe operária «tende a desaparecer»; de facto na Suíça «é capaz de não haver um único operário suíço», mas há-os idos de Portugal, da Itália, da Espanha, o mesmo sucedendo tendencialmente na RFA ou na França ou em quaisquer países capitalistas desenvolvidos, onde o trabalho operário não é executado pelos naturais desses países, mas por massas impressionantes de emigrantes que, entretanto, não têm direito a voto... Entretanto Álvaro Cunhal considerou também que, se a classe operária continua a existir, com a revolução científico-técnica tende a esbater-se o conceito que distanciava a «ferrugem» da alta qualificação. E sublinhou: «Somos um Partido com características de classe, com direito a decidir o que queremos ser», o que arrancou uma estrondosa ovação à assistência.

A propósito dos acontecimentos nos países socialistas, Álvaro Cunhal lamentou que alguns partidos comunistas se tenham autoliquidado, recordando que «temos bons relacionamentos com os partidos comunistas e, como internacionalistas, continuamos a querer reforçar essas relações», o que teve como resposta imediata mais uma fortíssima ovação. Neste contexto considerou ainda, em função da consideração feita por uma jovem acerca da utilidade de um grande encontro internacional de comunistas, que uma conferência desse tipo não tem, neste momento, viabilidade.

A reflexão é um bem

Álvaro Cunhal iniciou o debate com uma intervenção que viajou brevemente pelo documento de Teses apresentado à discussão no Partido, seguindo-se um período de intervenções que levou aos microfones espalhados na sala quase 20 camaradas apresentando as suas questões. Lamentando não haver tempo para reiniciar as intervenções, o secretário-geral do PCP encerraria a sessão com um discurso construído de improviso e que articulou, como sempre, considerações sobre os temas abordados.

Sendo impraticável dar nota de tudo o que se passou, referiremos em síntese alguns dos assuntos discutidos.

Interpretando a indignação de um camarada contra o teor «crítico» de diversas cartas publicadas na nossa secção «Cartas do Leitor», o orador afirmou que «não temos nenhuma razão para ocultar opiniões contrárias às do Comité Central e pensamos que não é negativo saber-se o que se pensa no Partido» e depois cada um ajuizará por si próprio.

Em relação à substituição do secretário-geral, recordou que o actual «tem 76 anos e mal seria se não se pensasse nisso», mesmo admitindo que continua em condições, como outro camarada argumentara intensamente, sublinhando que este «não é um Partido de conjuntura» e tem mais vida à frente que de passado, daí «necessitarmos de uma renovação tanto de estrutura como de composição. Mal seria a imprevidência nesta matéria», sublinhou.

Considerando que as situações nacional e internacional são suficientemente complexas para gerar interrogações, considerou que «a reflexão não é um mal, mas um bem, daí que seja positivo surgirem opiniões diferentes», tendo todo o militante «o direito e o dever de expor e defender as suas opiniões, merecendo o respeito dos camaradas, mesmo que tenham opiniões diferentes».

Contrariando o que se teorizara, e graças à revolução científico-técnica, «o capitalismo conseguiu vencer muitas das suas dificuldades», mas continua a ser um sistema mundial assente na exploração do homem pelo homem, onde os países subdesenvolvidos pagam — e pagam duro através de uma nova forma de dominação chamada dívida externa — a prosperidade dos países capitalistas desenvolvidos e a sobrevivência do próprio sistema. Daí ser profundamente falacioso argumentar-se que o socialismo fracassou como sistema e se caminha para um «sistema único».

Entretanto a divisão internacional do trabalho impôs-se como uma realidade irrecusável, sendo absurdo pensar-se que um país, sozinho, possa dar hoje resposta a todos os vectores do desenvolvimento. A integração económica é, de facto, uma necessidade; daí o aparecimento de termos como «interdependência» e «supranacionalidade». Mas aí é preciso cuidado: quem manda nessa supranacionalidade? É preciso impedir que os mais desenvolvidos sejam mais «supra» que os outros... Entretanto o Governo português aceita, por exemplo, que os trabalhadores portugueses na CEE ganhem menos que os trabalhadores de origem.

Álvaro Cunhal abordou ainda a Reforma Agrária, trazida apaixonadamente à discussão por membros de UCPs presentes, recordando que, para o Partido, esta foi e continua a ser a necessidade de liquidação do latifúndio e da entrega da terra a quem a trabalha, tendo também referido o excelente trabalho dos comunistas e seus aliados nas autarquias.





PROBLEMAS DA JUVENTUDE HÁBITOS, VALORES, QUOTIDIANO

Um tempo novo, sempre!

Uma das afirmações incluídas nas teses em discussão para o próximo Congresso do Partido diz respeito, de forma particular, ao assunto que é motivo para esta mesa-redonda: «a juventude apresenta, relativamente a anos anteriores, uma mudança sensível no quadro de influências políticas. A mentalidade consumista e individualista tem vindo a ganhar alguns jovens. Sectores da juventude revelam desinteresse pela política. Surgiram expressões e actividades fascistas, ainda que com dimensão reduzida, mas envolvendo algumas jovens. No entanto, o traço mais característico deste período é a quebra de influência directa dos partidos de direita e das suas organizações juvenis junto da juventude».

Partamos então daquilo para o debate. Nesta mesa-redonda participam: Maria Clementina Mota Dinis (psicóloga), Carlos Rabaçal (membro do Comité Central do PCP), Nuno Ramos de Almeida (JCP) e Maria da Luz Nogueira (Interjovem). Começamos por colocar uma questão a alguém que está ligado directamente aos problemas da juventude trabalhadora: Maria da Luz, sentes de facto esta modificação referida nas teses, nomeadamente na adopção por alguns jovens de uma atitude «individualista e consumista». A solidariedade, a generosidade com que habitualmente se adjectiva o «espírito juvenil» passou, ou não, para segundo plano na mentalidade dominante dos jovens portugueses?

ML: Creio que esta questão não poderá ser compartimentada. Penso antes que este fenómeno abrangerá certamente todos os jovens, independentemente do estrato onde se situem.

O que se poderá antes colocar é esta questão: de que forma o factor emprego influencia esta mudança de mentalidade...

Uma das fases mais críticas na vida do jovem é precisamente a da sua inserção profissional, marcada por obstáculos controversos: não há uma formação profissional adequada, não há qualquer tipo de orientação do jovem no sentido da sua integração profissional, não há um mercado de trabalho preparado para absorver de forma correcta os jovens.

Paralelamente a esta situação, assistimos à difusão de valores onde impera o es-

pirito do *salve-se quem puder*. O que está a dar é a imagem hipotética do *jovem de sucesso*, normalmente aliada à imagem do *jovem empresário*. São valores e imagens movidos por um conjunto de programas apresentados com uma linha de propaganda muito forte.

Simultaneamente difunde-se também um pouco a ideia de estar hoje em causa o interesse colectivo, de interessar antes uma *flexibilização* onde cada um encontraria a sua própria forma de *vencer na vida*, onde cada um encontraria, de forma individualista, um caminho, um emprego, onde joga a concorrência onde os jovens são colocados na procura desse emprego.

Particularizando aqui esta vertente do emprego, há que não a dissociar de um contexto muito mais lato, que tem a ver com a evolução científica, técnica e tecnológica, com os próprios métodos e instrumentos de trabalho - hoje substancialmente diferentes dos usados há algumas décadas atrás - factores, a meu ver, que também têm influência no comportamento das pessoas face à vida. Creio que a linha de força desta difusão de valores se expressa e se coloca na ideia de que hoje em dia cada um tem de procurar por si a forma de se enquadrar na vida, ou mais concretamente, no mercado de trabalho.

A Maria Clementina é psicóloga. A pergunta que surge é a seguinte: estes valores expressos em conceitos como os da *competição*, *individualismo*, ou em imagens como as do *jovem de sucesso* ou do *jovem empresário*; esta postura perante a vida, encontram, ou não, aceitação e receptividade na juventude portuguesa e quais as causas para essa atitude, a um tempo individual e colectivo?

MC: A Maria da Luz falou do avanço técnico e tecnológico... Efectivamente cada vez de forma mais rápida o social muda: por tudo o que é progresso, processo de progresso e processos de utilização de recursos, de meios, de técnicas, da inteligência humana. Ao fim e ao cabo estamos a desdobrar vertiginosamente a herança da evolução económica.

O que acontece é que esta evolução tem obviamente o seu reverso, que é este drama: por ser tão rápida, por ser tão aperfeiçoada, por ser tão técnica, torna a sobrevivência neste social altamente exigente.

Sendo este social altamente exigente (quer na preparação, quer na formação, quer na actualização permanente, quer na capacidade, quer na competência), desenvolve e estimula a concorrência, a competição.

Quem promove a atitude da concorrência, da lei da selva, do *salve-se quem pu-*

der, para eleger, para seleccionar os melhores, para os pôr ao seu serviço, para os fazer render mais; tem cada vez mais interesse em divulgar estas ideias.

Temos pois, por um lado, uma realidade concreta, material, técnica e científica; e depois há um reforço e um uso de uma só parte desta realidade, para criar uma certa ideologia deformada, agressiva, competitiva, individualista, consumista...

Hoje os jovens estão postos muito subitamente, muito precocemente, num mundo extremamente competitivo, extremamente agressivo: é no trabalho, é na escola, é na faculdade, é também na própria vida familiar igualmente sujeita a este stress, a esta competição pela sobrevivência.

É claro que isto ajuda a desabrochar (principalmente se for «regado» com a propaganda) este tipo de atitude individualista e consumista...

E no entanto há um movimento associativo juvenil, existem lutas contra o processo de acesso ao Ensino Superior, na própria universidade há quem lute pela construção da autonomia universitária. Existem motivos para se concretizarem formas de reuniões dos jovens em torno da defesa de interesses comuns. Será então verdadeira esta generalização, a atribuir à juventude portuguesa a tal atitude *individualista e consumista*?

NRA: Eu penso ser um pressuposto muito genérico considerar que os valores dos jovens, ou de qualquer outra camada social, são os valores do individualismo ou do conformismo. Creio ser antes possível afirmar que a sociedade tende a motivar essa atitude, ou faz propaganda nesses sentidos.

As contradições, de resto, estão muito à vista: é muito conhecido o exemplo que ocorreu em 1986, quando o *Figaro* publicava um editorial, célebre, em que se afirmava estarmos frente a uma geração individualista, que se via a si própria no sucesso, na competitividade, na capacidade de vencer; uma geração para a qual a solidariedade, a igualdade, eram valores que não tinham importância porque o próprio sucesso individual criaria a *grande sociedade*, era a geração oposta à geração dos anos 60.

Passado poucas semanas, com as manifestações dos estudantes universitários em França, pareceu estar a suceder precisamente o contrário! Pelo menos, as pessoas não se reconheceram nesses valores e quebraram esses valores. Tanto, que o editorialista voltou à carga e chamou os estudantes de «atacados de rock débil e sida mental»...

Os interesses das pessoas são contraditórios com este tipo de sociedade: esta sociedade tem em si, potencialmente, riquezas tão grandes que a forma dessas riquezas serem aproveitadas (tão mal aproveitadas) está em contradição com o avanço tecnológico, está em contradição com todo o manancial de riqueza, de beleza, de novas formas de ver a vida.

Por isso não tenho uma ideia negativa sobre os novos tempos nem sobre o progresso, nem considero que hoje seja possível afirmar que vivemos pior. Mesmo com este tipo de vida dos nossos dias, não podemos afirmar que os jovens vivem agora pior, têm menos hipóteses, têm menos possibilidades de ver o mundo, menos possibilidades de descobrir as coisas, menos possibilidades de intervir...

É assim que explica o aparecimento destas formas de associação juvenil mais recentes, em Portugal?

NRA: Não creio que sejam muito recentes. Acho é que as formas *mais clássicas* muitas vezes trazem uma certa desmotivação. Mas o facto de o movimento associativo clássico perder expressão, ou de pelo menos as pessoas não se empenharem nele tão activamente, não significa que as pessoas não continuem interessadas em intervir na vida...

Lembrando aqui aquele inquérito do Instituto de Ciências Sociais sobre a Juventude, posso dar o exemplo da resposta a uma pergunta sobre o que é que os jovens

achavam valer a pena lutar. A resposta era pela Paz e contra a miséria, contra as más condições sociais. Uma resposta exprimindo, no fundo, valores altíssimos.

Quer isto dizer que as pessoas continuam empenhadas em transformar aquilo que não lhes é agradável?

Uma questão que eu gostaria de abordar a este propósito: temos, por exemplo, a publicidade em torno do Cartão Jovem. As expressões usadas são «alta voltagem», «põe-te nessa», etc. Isto é uma caricatura do que são os jovens! É *vender* nesta sociedade o somente o aspecto bonito, animado, sensual; algo que *vende* para qualquer camada.

Portanto a publicidade e o comércio desenharam uma imagem do jovem que não corresponde ao que o jovem é, nem ao que o jovem faz ou fala. Mas que corresponde ao que as pessoas pensam que o jovem faz, ao que as pessoas pensam que o jovem é.

Essa mesma publicidade, essa mesma educação pretende que o jovem, que não é aquilo, *passe a ser* aquilo...

Rabaçal: na tua opinião há, ou não, distanciamento dos comunistas portugueses em relação a esta realidade?

Creio que não. O Nuno referiu um estudo que foi feito pelo Instituto de Ciências Sociais... Nós estudámos esse estudo, e é interessante como esse estudo altera, para melhor, algumas das ideias que tínhamos, confirmando, por outro lado, muitas outras. É aliás extremamente interessante ver que um dos resultados incluídos nesse inquérito confirma, por exemplo, que a solidariedade é dos valores mais caros aos jovens. Confirmou-se assim uma ideia que sempre defendemos ao longo do tempo: é que os jovens são *são* solidários! São de raiz solidária!

Em relação ao Partido e às forças progressistas de um modo geral, acho que tem havido um problema: a dificuldade em encontrar as portas por onde fazer sair esse espírito de luta intrínseco aos jovens, solidário.

Assim, toda a imagem que se pretende dar dos jovens, todo o envolvimento que se pretende fazer em torno dos jovens, choca naturalmente com a sua sensibilidade...

Digamos que o sistema capitalista *agarrar* isto bem! Tem estas questões muito claras, percebeu isto há muito tempo.

Posso dar exemplos práticos para ilustrar esta última afirmação. Os ministros do Conselho da Europa da área da Juventude reúnem regularmente e chegam a resultados que classifico de *brilhantes*: concluem, por exemplo, que os problemas fundamentais dos jovens, em todos os países da Europa, são a habitação, o emprego, a realização profissional. Detectam estes problemas, quantificam-nos e tomam decisões no sentido de elaborar programas de entretenimento, mais ou menos culturais, mais ou menos desportivos, mais ou menos de tempo livre. Seguem uma linha de orientação nesses programas, com suporte na seguinte tese: a juventude, com os problemas que tem em todos os países da Europa, é potencialmente um factor de explosão; há que conter e despoletar a tensão, para evitar essa tal explosão. Assim gastam *milhões* em programas de diversão e de uma certa alienação.

Não quero dizer que alguns desses programas não tenham aspectos positivos, que não beneficiem muitos jovens que neles participam.

Mas a verdade é que é *vendido* como bom, indispensável, progressista e contra perspectivas retrógradas e velhas, a instabilidade no emprego, a instabilidade de vida, a procura da estabilidade na instabilidade.

Segundo os estudos existentes, grande parte dos empregos obtêm-se por via de contactos familiares ou de amigos; os jovens casam-se e vivem com a família; segundo os estudos que existem, a família é o suporte material, humano, afectivo de pessoas que não se podem libertar daquela célula familiar, adquirindo essa célula uma característica solidária muito forte.

Apesar disso, é a limitação, brutal, que existe à realização humana, não só profissional, mas humana em todas as suas





Um tempo novo, sempre!

componentes, em todas as suas perspectivas de futuro. As pessoas não sabem o que fazer. Por isso estão naquela célula familiar, com todas as contradições que essa situação gera, apesar de ser aí que se encontra uma maior solidariedade.

Neste fenómeno do individualismo, da competitividade, há também qualquer coisa que me parece ser muito natural e positiva: cada qual tem direito ao melhor. O problema é a forma como se luta para atingir esse melhor. É legítimo as pessoas tentarem encontrar a melhor solução para a sua vida, só que o caminho seguido, em alguns casos, não é o caminho mais adequado....

Paralelamente ao desenvolvimento de uma mentalidade consumista e individualista, as teses agora em discussão para o próximo congresso do Partido, referenciam também o envolvimento de alguns jovens em expressões e actividades fascistas. Por outro lado, é também conhecida a participação de jovens em organizações ou grupos com referencial, por exemplo, no desporto ou na música popular, mas que acabam por degenerar em fontes aglutinadoras de alguma violência. Como incluir estes fenómenos no contexto que já delinearam?

NRA: Em Inglaterra, se vimos filmes como o «Tommy», «Quadrifonia», etc; vemos que grupos de *rockers* ou de *mods*, são expressões de diferentes grupos sociais que adquirem hábitos de comportamento próprios, diferentes e até se confrontam.

Têm, no entanto, um sentido comum: é que as pessoas precisam para vencer as situações, de partilhar um sentimento de grupo, gregário.

Mas estes grupos têm também um aspecto não comum entre si: esses grupos fascistas, por exemplo, são não só uma má resposta à crise existente como são uma revelação que nos diz que o desespero pela crise não vai a par com a consciência dos motivos dessa crise.

Há uma enorme contradição, entre a opulência da sociedade, visível, que está à mão e aquilo que são as reais possibilidades de uma pessoa usufruir dessa opulência; criam uma situação de desespero, de revolta, suportada no facto de se querer usar dos privilégios e prazeres que se acha natural fazerem parte da vida, e que só outros usufruem.

Pode-se assim procurar arranjar *bodes expiatórios*, respostas simplificadas, culpados para a crise em camadas que estão nas franjas do sistema, que estão fora dele.

Então surgem perguntas e respostas como esta: porque é que isto está mal? Porque os indianos têm supermercados e estão a tirar-nos os empregos! E porquê? Porque os pretos ocupam esses empregos! E nós, nós somos bons? Claro, somos de uma raça muito boa, mais inteligente que a dos outros, logo somos melhores que os outros....

Tudo isto joga e a verdade é que esses grupos são uma forma, digamos, gregária, de resposta a uma situação....

Significa Isso, de algum modo, estarmos neste caso perante um contraponto à própria imagem do individualismo?

NRA: Não! É que o individualismo não existe naquilo que nos querem dizer que existe. O individualismo é uma política do sistema: quanto mais divididos estivermos, menos conseguiremos opormo-nos ao próprio sistema.

Só que mesmo os individualistas só são ambiciosos por quererem o reconhecimento social.

O individualismo é uma política da classe dominante, por um lado para dividir, por outro lado para justificar o seu *heroísmo* de classe dominante. É que se o *heroísmo* fosse trabalhar, e o reconhecimento do *status* fosse o trabalho, era trabalhar que as pessoas fariam.

Eles querem justificar a sua estrutura de poder: os que são bons são *eles*, não os que trabalham!

É que a classe dominante, para dominar, não é *individual*; é colectiva! O *individual* é

fachada! As respostas a este domínio, a esta situação, também são colectivas: por cada pessoa que se suicida, há centenas que também se suicidam! Não se tratou de um caso individual... Todos seriam somente casos individuais se não fossem também expressão da mesma sociedade!

CR: Eu creio que esta questão avançada pelo Nuno é da maior importância. Um dos vectores essenciais da política do Governo português, e do conjunto dos governos europeus, é a de dizer que «os jovens estão acima das classes!».

É a instituição de políticas para a juventude, da política de juventude, do ministério da juventude, do *etcetera* *juventude*... Todas estas *juventudes* servem, no fundo, para dar imagem que os jovens estão acima dos outros problemas, são uma unidade impermeável à divisão de classes e aos problemas de classe.

Se analisarmos os programas que são utilizados para a juventude, a situação na Europa apresenta-se desta forma: 30 milhões de jovens na CEE; o Programa Jovens Trabalhadores atinge dois mil jovens trabalhadores; o Programa Erasmos atinge 200 mil ou 400 mil jovens estudantes. Se analisarmos os números de jovens abrangidos pelos diversos programas, eles serão ridículos face à dimensão da população juvenil. Por vezes é maior a verba gasta na propaganda do programa do que na sua execução!

Depois apresentam o *sucesso* de alguns jovens empresários. O sucesso da participação de alguns jovens em programas culturais. A actividade de alguns jovens trabalhadores, aqui e acolá, a servirem de exemplo.

Há uma tentativa de sublimação do *sucesso* geral no *sucesso* particular. Ou seja, tentar fazer sentir pelo geral, o sucesso particular. Face ao tipo de propaganda que existe, cada membro da massa que não obtém o *sucesso* apregoado em diversos casos individuais, julga que é o único que não tem esse sucesso.

É uma sublimação que do ponto de vista ideológico amarra a capacidade de intervenção e de reacção das pessoas.

MC: Sim, mas capacidade de mudar, de pôr de lado, de procurar outra coisa, são características da juventude.

Criou-se aqui, aliás, um falso problema, um problema que foi muito explorado por estes idealistas e por estas *filosofias* destes sistemas capitalistas: trata-se da pretensa crise da juventude, o conflito das gerações.

Não existe crise da juventude, não existe conflito de gerações; a não ser quando é fomentada esta imagem do jovem de hoje: fútil, superficial... Não existe! O que existe de facto é o jovem a trazer para casa tudo o que é novo e tudo o que propõe!

Eu acho isto muito bonito! Não é nada dramático, não é nada trágico, se as pessoas forem capazes de entender e conciliar estas duas realidades: o adquirido e o que está a ser mudado.

Este pretendo conflito de gerações é efectivamente fomentado. Eu penso que um pai ou uma mãe se revêem num filho que tem uma profissão que eles próprios nunca poderiam ter. Ser astronauta, ou programador de computadores...

É absurdo criar daqui um conflito, fomentar aqui a diferença entre as gerações...

ML: Em relação a esta questão dos falsos conflitos entre gerações, gostaria de dizer que esse tema foi explorado recentemente, quando esteve em discussão a revisão das leis laborais, concretamente a Lei dos despedimentos, onde surgiu esta linha de força: a estabilidade do emprego dos adultos impede que os jovens consigam emprego.

Eu creio ter sido esta a última marca da falsa agudização do conflito de gerações.

Temos assim mais um exemplo de que em vez de se apostar na criação do emprego, tenta-se antes voltar uma geração contra outra. Uma que não está contente por que não consegue emprego, por que não se realiza profissionalmente; outra que tem a sua estabilidade (hipoteticamente, por que também isto é discutível), o seu modo de vida...

MC: Outro falso problema, muito explorado por todos os meios de comunicação social, por toda esta ideologia que nos rodeia e quase sufoca, é a questão da oposição do individual ao social. Este é também um falso problema que tem sido explorado, progressivamente, mais finamente, e a que os sectores mais progressistas da sociedade não têm dado o combate ideológico, filosófico e prático necessário.

O social é tão melhor, o social é tão mais rico, é tão mais favorável, quanto cada indivíduo com peso social for diferenciado, for rico, tiver condições de vida, for criado...

NRA: E vice-versa: as pessoas só se evidenciam individualmente no contexto social...

MC: Exactamente. Mas só o social diferenciando-se permite que a individualidade humana se revele, seja completa. Pensem só quantos seres humanos, quantos *Einsteins*, quantos *Marxs*, quantos *Mozarts*, nunca nos chegaram a dar, nunca chegaram a revelar, por falta de condições, toda a sua riqueza humana.

É assim absurda a tese do *salve-se quem puder*. Porque se só se salva quem puder, contra os outros, então de cada vez que se destrói um pouco os outros ou se limita um pouco os outros, estamos a roubar-nos a nós próprios, estamos a limitar-mo-nos.

Não há nada tão diferente do jovem como o individualismo, o isolacionismo, a segregação.

Os jovens naturalmente agrupam-se, naturalmente juntam-se em colectividades, ou em associações estudantis, ou de trabalhadores...ou bandas de marginais! O grupo é qualquer coisa que é muito parecida com o jovem...

Maria da Luz: tu fazes parte de uma organização, a CGTP-IN, que entre outras coisas, estaria também vocacionada para defender a ideia de o trabalho ser um valor, um princípio fundamental da vida; também forma de combater esta mentalidade individualista e consumista. Por outro lado é uma organização a lidar quotidianamente com a realidade juvenil, com os problemas do emprego, do estudo, da habitação. Os jovens vão, ou não, ao encontro das respostas que a CGTP pretende dar a esses problemas? Existe, ou não, uma identificação entre os jovens portugueses de hoje e o que é a CGTP, a forma como trabalha, as respostas que tem para os problemas, aquilo que defende (mesmo implicitamente) como valores para a nossa sociedade?

ML: Hoje em dia, segundo os dados do estudo do Instituto de Ciências Sociais já referido, 57 por cento dos jovens acham que a forma de reivindicação laboral mais eficaz passa pelo sindicato, que a intervenção do sindicato é importante.

Este número tem duas leituras: por um lado é um valor baixo (e em minha opinião assim é), mas, por outro lado também desmente a ideia de que há um afastamento total dos jovens em relação à actividade sindical, sendo nesta perspectiva um valor que considero positivo.

Mas também neste estudo temos outro elemento: é que a maioria dos jovens, 70 por cento, acha que a negociação directa com a entidade patronal é a melhor forma de resolver os problemas laborais.

Em relação aos desempregados, por exemplo, existem várias contradições: na situação em que estão, na forma como perspectivam o futuro.

Se formos para o trabalhador-estudante, que congrega a experiência do trabalho, com todas as suas consequências e problemas que aí há, com uma valorização em termos culturais, intelectuais, etc., vemos que nessa camada há, de facto, uma consciência mais marcante da vida, das coisas.

Um dado preocupante, e para o qual não há de momento resposta, diz respeito aos baixos índices de sindicalização dos jovens. É uma verdade que os jovens, hoje, só procuram o sindicato quando sentem

um determinado problema; quando necessitam de uma intervenção sindical para resolver o seu conflito de trabalho.

Creio que este facto terá a ver também com outra questão, que não pode ser dissociada: as próprias condições em que os jovens trabalham. O facto de o jovem se sindicalizar comporta, de alguma maneira, uma referência ideológica, está sujeito a pressões, está sujeito à repressão patronal. Assim o jovem pensará: «bem, eu tenho um contrato a prazo, ou um contrato à tarefa, se me vou sindicalizar o patrão sabe logo e eu perco o meu emprego!».

Pela nossa intervenção na CGTP, constatamos que quando falamos com os jovens, esclarecemos, informamos, quando damos conta que temos um espaço onde eles podem intervir, onde podem participar, eles aderem.

O grande desafio que temos é conseguir transpor as barreiras impostas, capitalizar o descontentamento que efectivamente existe nos jovens portugueses, para termos uma maior resposta sindical.

Os desafios são hoje, de facto, muito grandes. Em termos sindicais, e mais concretamente na interjovem, a preocupação que temos é a de criar formas de atracção, não numa perspectiva consumista, mas onde os jovens se sintam bem, onde possam ser criativos, onde possam encontrar formas de intervir.

Há, de qualquer modo, uma geração muito nova de activistas sindicais. Nós vemos delegados a surgir, novos. Ainda agora em Lisboa, há duas semanas, apareceram jovens dos têxteis, do comércio, da metalúrgica, etc., com vontade de intervir, de trabalhar, de participar na transformação das coisas.

É este potencial que temos de aproveitar.

«Avante!»: Qual é então, particularizando agora esta questão a nível de Partido, a via, ou as vias, para estabelecer uma identificação mais estreita com os jovens portugueses?

CR: A Maria Clementina avançou há pouco uma questão que tem a ver com o desenvolvimento tecnológico e científico. Eu avançaria mais e falaria num desenvolvimento das forças produtivas, a um nível altíssimo, nunca antes atingido.

Há no entanto uma contradição brutal entre este facto e o bem-estar!

Isto aplica-se depois a uma questão de classe muito marcada: a apropriação da riqueza por alguns em favor do empobrecimento de outros.

Não se pode falar de um pretendo *progresso universal*, já que ele é profundamente desigual. Essa ideia, aliada à propaganda, ilusória no nosso país e em outros, do avanço da capacidade de realização tecnológica, aparece ligada a uma linha tecnocrata de ver o mundo: o liberalismo, o consumismo, o individualismo, etc.

São várias peças do mesmo *puzzle* ideológico.

A resposta colectiva a esta situação, na minha opinião, é uma resposta cultural!

Acho que o individualismo é anticultura.

As soluções de retrocesso social são anticulturais.

A tecnocracia é anti-cultural em aspectos essenciais.

Tenta-se formar do ponto de vista ideológico, utilizando mesmo terrenos como o ensino (entre outros), gerações de jovens muito pouco cultos...

Temos pois uma rede de factores, todos eles interligados, que na minha opinião batem num ponto essencial: a aposta em mecanismos de alienação social, fortíssimos, entram em contradição com a consciência social das pessoas, também resultante da sua própria experiência de vida.

Eu creio que a função do Partido, da JCP e de todas as outras forças sociais progressistas e democráticas, é desnudar esta realidade, desmontar esta realidade, mostrar o que está por detrás disto.

Porque é que se diz que o partido da classe operária é um partido a abater? Porque desmonta, põe a nu a realidade! Esse é um primeiro passo, essencial.

Um segundo passo será encontrar mecanismos que aglutinem as pessoas e abram a porta para as acções solidárias e



Maria da Luz Nogueira



Nuno Ramos de Almeida

as acções colectivas de resposta a estes problemas.

Tratar-se-á também de possuir sensibilidade própria para o momento próprio intervir.

«Avante!»: Certamente algum de vocês terá algo a dizer sobre algumas das ideias aqui delineadas pelo Rabaçal...

NRA: Há uma questão que me parece ser necessário ficar bem expressa antes de irmos mais longe: nós não temos a verdade absoluta sobre todas as coisas! Nós podemos «desnudar» a realidade, mas antes de o fazermos precisamos de «analisar» essa realidade. Sucede é que a realidade é por vezes muito mais complexa do que nós imaginávamos antes. E cada vez que encontramos uma resposta, logo surgem mais perguntas.

Penso que temos uma linha de actuação correcta quando denunciámos a alienação como suporte de uma política de classe, bem quando tentamos juntar as pessoas para a combater.

Mas a própria alienação já é, às vezes, qualquer coisa mais que uma política de classe, é também uma política cultural e tem várias interacções, sucedendo mesmo que a própria realidade dessas classes é por vezes mais complexa do que esperávamos inicialmente, tendo efeitos sobre a própria mobilização.

Penso que isto talvez seja contraditório em relação a algumas das afirmações do Rabaçal, mas estava a lembrar-me de uma notícia que dizia terem os Estados Unidos trinta por cento de pobres sendo no entanto os conflitos sociais e a oposição ao sistema muito débeis. A RDA tem um por cento de pobres, no entanto teve problemas muito graves nos últimos tempos.

Para além da força do imperialismo e da força do socialismo nos tempos em que vivemos, há uma questão importante: os 30 por cento de pobres dos Estados Unidos estão igualmente fora do sistema, atomizados, individualizados, pertencem às pequenas minorias - é o resultado de uma gestão feita sobre o mais pobre do sistema, uma gestão para que esse *mais pobre* seja simultaneamente o que *menos força tem* para expressar o descontentamento, a opinião, as oposições ao sistema.

Já não se trata sequer de uma classe operária habituada a viver junta em termos de produção. São os que trabalham um dia e não trabalham outro, trabalham hoje aqui e amanhã em outro local.

Estão assim criadas as condições para que uma análise que é justa, não consiga a partida ganhar espaço...

Mas estas contradições, em sequência, tendem a dar-nos, aos comunistas, uma grande capacidade e uma grande força para mostrar às pessoas aquilo que está injusto!

Mas vamos *amargar* durante muito tempo e provavelmente a injustiça irá durar muitos anos, só que isso não torna menos justa a luta contra a injustiça!

Os jovens não vêm as coisas já pré-determinadas. Os jovens, não sendo uma classe, como diz o Rabaçal, por terem em si diferenças culturais, políticas, sociais, etc. vêm as coisas como não adquiridas, tendo a vantagem de poderem ser intérpretes da história do «rei vai nu!».

Todos lhes dizem que é bonito este individualismo. «Se não és individualista não és esperto!». Mas um jovem é sempre capaz de dizer: «não!, não percebo qual é a piada disso, não tem qualquer vantagem este individualismo.»

Esta é uma qualidade, que num fortíssimo processo de alienação (que não atinge só os jovens, muito pelo contrário, terá incidências bem mais profundas em outras camadas) permitirá à juventude ter um grande papel a desempenhar na alteração deste estado de coisas...

MC: Uma coisa que será importante referir, é que a mudança vertiginosa no social dos últimos anos (e quando digo social digo de tudo) implica também a mudança política.

Hoje é difícil aos jovens distinguir no social, optando, fazendo escolhas sobre os seus verdadeiros interesses, quando a imagem vendida é essa do *sucesso*, do individualista; quando os pais lhe dizem que

«tens é de ganhar a vida, arranjar um emprego, arrumar-te rapidamente para conseguires sobreviver», não dando assim muito tempo para o jovem fazer muitas opções, a que hesite, a que rejeite, não vendendo a alma ao diabo para poder trabalhar melhor... são muitas pressões sobre os jovens...

Aqui há uns anos era muito fácil ser-se antifascista (não estou a querer desmerecer a minha geração, acho que ela teve o valor que teve como geração, na história de um país). Quando eu era jovem o fascismo congregava de facto tudo o que era repulente, repugnante, autoritário, feio, estrito, pobre, dogmático.

Hoje os partidos de direita têm uma atitude, têm uma postura que, enfim, até pode ser enganadora, até pode ser sedutória. Apesar de o *inimigo* ao fim e ao cabo defender ainda e sempre os seus *poderes*!

Nós ouvimos os partidos de direita a falar de democracia e a considerarem-se partidos democráticos! É claro que quando *eles* dizem *democracia* não estão a falar de democracia como *nós* falamos de democracia. Não é a mesma coisa! É aquela democracia onde as pessoas podem dizer «que se pode dizer» mas não podem fazer *nada* para mudar. É de facto uma falsa democracia, é a demagogia da democracia.

No entanto, se vímos as campanhas eleitorais, esses partidos apresentam-se com propostas generosas, bonitas, sedutórias...

Tenham paciência! A cara do *inimigo* já não é a carranca fascista! E isto, nos mais jovens, nas pessoas que começam a olhar para o real, nas pessoas que começam a tentar fazer opções, pode criar uma certa dificuldade, uma certa ambivalência...

«Avante!»: Não há inimigo?

MC: Há, sempre o mesmo! O problema aliás é mesmo esse: é que o *inimigo* é sempre o mesmo: é a capacidade de haver homens que exploram, limitam, diminuem, reduzem, matam qualidades humanas. Sempre que isto for feito, quando os objectivos no social e no sistema forem *coisas* e não os próprios *homens*, é claro que o *inimigo* será sempre o mesmo.

É difícil hoje, para um jovem de 15 ou 16 anos formular a recusa; dizer: «eu não quero aquilo!». Era fácil dizer-se há uns anos atrás: «eu não quero o fascismo!»...

NRA: Era fácil? Talvez como atitude, mas como prática...

MC: Nós encontrámos os mesmos sinais na escola, na faculdade, na atitude da polícia, nos departamentos. Estávamos cercados por uma atitude, e concluímos que essa atitude não nos servia. A consciência daqueles anos formava-se progressivamente, acumulando sinais.

Ora esses sinais hoje são ambíguos!

«Avante!»: Será então que o Inimigo teve a arte de mudar, aos olhos das pessoas, a própria imagem do inimigo? Por exemplo: passámos nós a ser os da carranca, tal como a imagem referida pela Maria Clementina como sendo a imagem que levou a sua geração a optar pelo combate ao Poder?

NRA: Nós sempre fomos o *inimigo*! Para *eles* sempre o fomos. O discurso anticomunista que *eles* fazem hoje é rigorosamente igual ao de mil oitocentos e tal! Quando o Marx e o Engels dizem que «há um espectro que terroriza a Europa, é o comunismo», é porque já nos punham as intenções que nos põem hoje! Só que hoje somos muito mais poderosos do que eramos anteriormente. Por muitos problemas que tenhamos, por muitas crises de consciência que tenhamos, por muitas questões que temos de discutir, hoje somos efectivamente muito mais poderosos do que no século XIX.

Apontam-nos como totalitários por não aceitarmos como adquirida uma sociedade e acharmos que é possível transformá-la. Para isso temos um projecto de transformação que para *eles* é totalitário.

O *inimigo*, pelo facto de contestar a repressão do direito à greve na Polónia, ou das liberdades em outros países socialis-

tas, não passou a gostar desses direitos e dessas liberdades. O empresário que chorava lágrimas de crocodilo pelas greves do *Solidariedade* não gosta das greves cá!

Mas esta é uma situação que podemos superar. Nós devemos é ser favoráveis àquilo que somos: um partido operário, de contestação às regras, de denúncia do que está errado (independentemente de quem o faça), de transformação do mundo, (de resto, características da juventude). E esta situação não vai o *inimigo* superar.

A partir do momento em que os operários polacos iniciarem greves por causa das medidas do FMI, muitos dos que aplaudiram o *Solidariedade* vão dizer: «lá estão eles a fazer greves políticas e a estragar o trabalho que lhes vai dar pão - estão a ser manipulados pelos totalitários!».

Quando nós, enquanto movimento, éramos apenas uma força que contestava a injustiça, tínhamos a *nossa* favor todas as nossas boas intenções. Mas a partir do momento em que tentámos superar a injustiça, cometendo muitos erros, coisas inenarráveis, em condições muito difíceis que nos podem fazer compreender mas não justificar o que se passou, passámos a ter problemas para tornar credível a *nossa* mensagem.

Mas o facto de termos esses problemas, não faz com que a sociedade *deles* passasse a ser mais justa! Por isso é que o liberalismo bem pode cantar de galo porque sejamos *nós* ou sejam *outros*, o liberalismo há-de ter que andar de pantanas, por que continua a ser injusto! E os jovens continuam a ser contestatários deste sistema.

CR: Creio que seria interessante nesta altura avaliar as reduções das bases sociais de apoio que têm que ver com o verbo e a prática. Ainda ontem falei com uns moços que votaram e são militantes do PSD, e neste momento já não sabem o que fazer da vida! «Eu cá não sou do Cavaco!», diziam eles.

O que é que acontece: não é possível manter o verbo eternamente, especialmente se ele choca com a prática real.

Creio que a chave da evolução juvenil está na participação juvenil, no abrir de soluções. Está na arte de saber encontrar qual é o rastilho que permite a explosão do movimento juvenil.

Os comunistas e as forças democráticas e progressistas tinham uma força determinante na juventude a seguir ao 25 de Abril e até 79, início dos anos 80. A década de 80, depois de alguns problemas em 78/79, arranca com um grande *boom* da influência da direita na juventude.

Neste momento a situação é de refluxo na direita. Apesar da esmagadora maioria absoluta conquistada há pouco tempo pelo PSD...

«Avante!»: Mas esse refluxo da influência da direita na juventude corresponde a um afluxo de influência da esquerda, ou corresponde tão somente à indiferença?

CR: Não é só indiferença! Um estudo do movimento associativo, um estudo da influência juvenil, com dados objectivos, permite determinar uma coisa essencial: uma queda brutal da direita, mesmo acentuada e reconhecida pela própria direita. Não existe uma transposição directa da quebra da influência da direita para um aumento de influência na esquerda, mas há uma evolução que se poderá qualificar de positiva.

Lembro que o último congresso da JSD foi um congresso de autocritica. A grande autocritica da JSD de agora é a de usar a linguagem da JCP em aspectos essenciais: são os problemas do emprego, a crítica profunda à política do Governo, etc. E isto não é só demagogia da parte deles, porque os jovens das JSD são tão jovens como os outros, sentem os problemas e pressionam a sua direcção.

Há aqui um grito de alerta dentro das organizações de direita.

Na área progressista, pelo contrário, existe uma estabilização e, em alguns casos, alguns progressos.

Quanto ao chamado *desinteresse pela política*.

Há um afastamento de uma certa forma de fazer política e de uma certa imagem

que se dá da política, (intriguista, palaciana) imagem que é dada por que interessa, por que desmobiliza.

Quando se diz que a juventude se desinteressa pela política (e as estatísticas dizem isso), deveremos ver outros dados não incluídos nessas estatísticas. Tere-mos de ver não a participação directa do ponto de vista político-partidário, mas antes o ponto de vista da participação social, da acção cultural e política, etc. Serão assim dados com níveis de participação muito mais elevados que acabam por assumir formas de participação política, por que rejeitam políticas concretas.

«Avante!»: Em jeito de conclusão, pediria a cada um enumeração de alguns pontos de trabalho imediato, que na vossa opinião devem ser levados a cabo nesta área pelos comunistas portugueses.

ML: Os comunistas têm apresentado um trabalho de recenseamento e análise dos problemas, acompanhado das suas próprias propostas para a sua resolução. Em relação à juventude creio que ela pode encontrar nos comunistas um conjunto de ideias, de propostas, de medidas a apontar que irão de encontro à resolução dos seus problemas.

No campo do ensino, no campo do emprego, no plano cultural, etc.

A questão coloca-se muitas vezes sobre quem tem o poder para levar à prática, no concreto, estas políticas, estas medidas.

Os comunistas, na minha opinião, nem sempre têm conseguido difundir o que é que são as suas propostas concretas. Criou-se, por vezes, a ideia que os comunistas «só dizem mal, só fazem oposição».

Julgo que teremos de aparecer mais pela positiva, pela afirmativa, a dizer: «as nossas propostas são estas!».

Os jovens necessitam que lhes seja apresentado um quadro que perspective o horizonte de vida de uma forma mais feliz, mais saudável...

É claro que isto não se consegue assim, matematicamente. É evidente que o Partido Comunista consegue maior influência e capacidade de intervenção na camada juvenil, quanto melhor for ao seu encontro, quanto melhor souber colocar as suas propostas e souber captar a adesão dos jovens a essas mesmas propostas.

Por vezes não conseguimos é encontrar a forma mais correcta de mobilizar os jovens em defesa desses projectos, e que eles entendam os comunistas não como «os duros», os «retrógados», os «antiprogresso»; pelo contrário, teremos de furar e pôr de parte esta ideia que nos coloca como pessoas permanentemente a olhar para o passado.

Creio que isto só se conseguirá com uma maior intervenção junto da juventude, ultrapassando alguns métodos e alguma linguagem que ainda hoje fazem parte de algum do nosso trabalho.

NRA: Fundamentalmente acho que devemos ter uma forma de intervir em que a política e a transformação da sociedade não sejam um sacerdócio, mas sim uma forma de realização.

Que a luta seja uma forma social de afirmação das pessoas. No sentido dado pelo facto de fazermos as coisas por termos gosto nelas, acharmos que são justas, mas também por fazermos as coisas que queremos e gostamos.

Esta é uma dimensão bastante importante na forma como os jovens participam na luta, para falar em termos de movimento juvenil.

Ninguém participa na luta para se torturar. Ninguém participa na luta para estar cansado, estar *de rastos*. Participa por que lhe dá prazer, por que dá gosto, por que é uma coisa não só socialmente útil, como é agradável e criativa.

Em relação a um aspecto geral, creio que temos necessidade de nos analisarmos e de nos criticarmos, mas tendo sempre a perspectiva que a crítica e a análise é feita para nos adequarmos em relação à transformação do mundo, da sociedade. Não em relação à nossa destruição, ou a passarmos a nossa actividade para o nível da psicanálise de grupo...

Temos necessidade de analisar a forma



Carlos Rabaçal



Maria Clementina Mota Dinis



Um tempo novo, sempre!

como podemos intervir melhor, temos uma forte necessidade de intervir e transformar as coisas.

Penso que nessa intervenção e nessa transformação cabe a contestação ao sistema existente, cabe o dizer «*não!*», mas também cabe a criação, o espaço de participação, de liberdade, de democracia.

Não se trata, na minha opinião, de tomar o aparelho de Estado, decretando a revolução de cima para baixo. Continua a ser necessária uma revolução. Queremos um sistema diferente mas num processo que dê mais liberdade às pessoas, mais democracia, mais capacidade de participar, de fazerem a sua cultura, os seus livros, os seus filmes, as suas revistas.

É nessa multiplicidade de participações que se vai poder destruir a pouco e pouco este aparelho centralizador e de repressão que quer fazer-nos atomizados e sem possibilidade de dizermos do nosso destino.

CR: Algumas das propostas aqui apresentadas são, de facto, interessantes. Creio, no entanto, que os comunistas, englobando aqui o PCP e a JCP, têm de conhecer mais. Estudar mais...

Por vezes trabalhamos muito com análises ainda recuadas, pouco actualizadas, temos poucos mecanismos de actualização na análise do que se passa no seio da Juventude.

Para ter análises sólidas, elaborar propostas sólidas, ter propostas de acção igualmente sólidas, é essencial ter um contacto mais vivo com a realidade.

Necessário será sempre discutir com os próprios jovens essas ideias, essas propostas. Auscultar, ouvir e depois contribuir para que se crie algo que o Poder gosta pouco: movimentos juvenis autónomos, capazes de intervir com a sua cabeça, com as suas ideias.

Em relação ao estilo de intervenção, acho que não se pode deixar de estar de acordo com o Nuno. A luta juvenil tem de ser uma luta directa, uma luta de cultura, luta de convívio, e não se pode conceber a luta juvenil restrita à greve, à manifestação.

São múltiplas expressões de resistência, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista ideológico... por exemplo: um pequeno grupo que discute os seus problemas, é uma expressão concreta de luta...

«Avante!» Isso não é só válido para os jovens...

CR: É válido para todo o social. Outro problema a colocar diz respeito ao Partido e à Juventude Comunista. Penso que o PCP precisava de utilizar melhor os não muitos instrumentos que tem. Por exemplo, o Partido tem um instrumento único de intervenção junto da juventude, que é a sua influência nas autarquias. Tem um instrumento muito forte de intervenção, extremamente mal utilizado, que é a área dos professores. Tem outro instrumento que é a sua intervenção na área sindical. Tem outro poderoso instrumento que é a influência do Partido no movimento popular de massas que existe: sociedades de cultura e recreio, colectividades, de música, teatro, etc.

Os membros do Partido inseridos nestas áreas, têm uma imensa responsabilidade política na intervenção da formação da mentalidade, da personalidade juvenil.

A direita investe muito cedo na formação da mentalidade e das referências ideológicas da juventude.

Os comunistas têm de intervir cada vez mais cedo, de uma forma cada vez mais sólida, ampla e diversificada, na formação da mentalidade juvenil e do perfil da sua personalidade, em termos democráticos e progressistas.

Talvez seja esta a maior tarefa que se coloca aos comunistas...

MC: Penso que os comunistas têm intervido muito mal junto das populações em geral e também junto dos jovens. Os resultados não são aqueles que correspondem à honestidade, à lealdade, ao esforço e ao empenhamento que os comunistas têm aplicado para chegar junto das pessoas.

Acho que a diferença entre o resultado obtido e o esforço feito com a poderosa



vontade dos comunistas em melhorar o social, para todos; tem de ser mais pensado.

A Maria da Luz, por exemplo, defendeu que deveríamos apresentar aos jovens um futuro num quadro mais favorável. Penso que os comunistas não têm de apresentar um quadro mais favorável, paradisíaco, da sociedade, para que os jovens queiram dirigir-se para lá. Isso é o que têm feito as religiões, não é concerteza a nossa perspectiva...

NRA: E enganávamo-nos de certeza!

MC: Exacto. Nós reunimos aqui, sentamos, pensamos e pensamos o real, elaboramos propostas e vamos levá-las aos outros. O que acontece é que nós apresentamos um trabalho, resultado de anos de história de Partido, anos de história de análise, anos de história de esforço individual, que pensamos ser o melhor trabalho, o mais acabado. Chegamos lá, às pessoas, mas chegamos como um corpo estranho.

Quando *eles* não aceitam, não aderem, não percebem, não nos caem nos braços, discutem, contestam. O comunista tem então a tendência, pelo menos nos últimos tempos, a tomar atitudes (não se zanguem comigo) que são quase segregacionistas...

Porque todos os outros são maus, não prestam? Não é nada assim. Toda a humanidade, todo o social, precisa de soluções, de as descobrir, precisa de se poder revoltar (no sentido sublinhado da palavra) contra tudo o que lhes faz mal e delimita.

Nós temos os mesmos objectivos, estamos de acordo com essa postura, e no entanto parece que não nos conseguimos encontrar com a coerência e a harmonia que tornaria os outros tão activos, tão capazes, tão empreendedores quanto ou mais que nós.

Dizia Marx que não se trata de explicar a realidade, «trata-se de a compreender». Explicar, qualquer um explica. Há explicações para tudo, com falsos problemas à mistura, criados pelo social e pela ideologia, com falsas justificações. Normalmente quem explica, explica mal, explica simplesmente, explica primariamente.

O que é difícil é compreender toda esta complexidade, por vezes tão contraditória.

Se fizéssemos um esforço através de todas as análises, se compreendéssemos todas as componentes e vertentes do so-

cial, não deveríamos ainda assim elaborar um projecto acabado.

Sem nunca pormos em causa o nosso objectivo último e final como comunistas, acho que deveríamos levar os dados levantados da análise do real aos outros e ajudá-los a que *eles* pensem *connosco* na solução.

Perguntou-se aqui pelo *rastilho* que faria deflagrar a explosão do movimento juvenil... As revoluções são momentos breves num processo social. Os espaços entre revoluções, os momentos do *antes* e do *depois* do deflagrar do descontentamento que muda bruscamente uma situação, são também momentos de mudança. O social está sempre a mudar.

Penso que por vezes não temos considerado como espaço de revolução esses espaços entre crises revolucionárias ou explosivas. Esses espaços são espaços de modificação e de criação de condições para a revolução.

É por isso que às vezes me sinto muito monótona como comunista. E no entanto o dia-a-dia, a realidade e os outros todos, não são nada monótonos, o social muda vertiginosamente.

E isto é um absurdo: tendo nós as propostas mais móveis, mais provocantes da mudança, mais bonitas, no sentido de uma realidade mais completa e rica; acabamos por ser um pouco pobres ao propor esta riqueza toda...

CR: Só queria colocar uma questão. Na discussão que tenho, no tipo de trabalho que faço, discuto diariamente com gente das outras áreas políticas. Nenhuma das pessoas de outros partidos com quem discuto conhece o que pensam os comunistas. Isto é rigorosamente verdade. Há uns dias, uma jornalista que escreve todas as semanas sobre o Partido, sobre os estatutos, sobre o programa, etc. confessou-me que nunca leu um documento oficial do Partido. Este elemento é um elemento decisivo. É fácil encontrar pessoas que nos digam, a cada um de nós: «Tu és um comunista *porreiro!* O pior são os outros...». Também às vezes nos dizem: «Isso que tu dizes é muito bom, mas os comunistas não defendem isso!».

Aqui voltamos ao início da conversa, à questão da ideologia, da comunicação, etc. E tornamos a falar dos mecanismos e formas de como nós passamos a nossa mensagem e como ela chega às pessoas.

Outra questão sobre o que a Maria Clementina disse... Deixem-me dar um exemplo desportivo: eu acho que equipa que

perde não joga necessariamente mal. Há momentos, tal como num jogo de futebol, em que há que reconhecer que apesar de termos «jogado bem» os outros *são mais fortes* do que nós. Outras vezes, de facto jogamos mal, e somos derrotados inapelavelmente.

É evidente que isto não é para absolutizar, senão chegaríamos a um estado de espírito estivo: «somos os melhores do mundo, mesmo que desapareçamos». Não é essa a tese que estou aqui a defender!

Existe, por outro lado, o problema do terreno de combate: voltando ao exemplo desportivo: sabe-se que há equipas particularmente dotadas para jogar permanentemente ao ataque. Outras só jogam bem em contra-ataque. Umas têm uma grande capacidade criativa. Outras uma grande capacidade organizativa. E todas elas podem ser excelentes. E ganham!

Acho que nós temos de escolher o terreno da nossa intervenção e as *nossas* soluções para derrotar os outros.

Por vezes somos pouco habilidosos e pouco criativos a encontrar essas soluções.

Pode-se ganhar a gente muito forte, utilizando as nossas melhores armas, da melhor maneira.

Outra questão: não há ninguém que não esteja de acordo com a forma como as Teses definem o ideal comunista. É preciso saber transmitir esse ideal...

MC: Eu acho que podemos fazer a análise, ter ideias e soluções. Mas quando essas ideias e soluções se vão aplicar a um social muito mais vasto do que nós (e o colectivo social transcende o Partido), essas soluções têm de ser recriadas, modificadas, enriquecidas por todo esse social, diferente de nós, que não pensou como nós. E isto não tem sido feito. Não se trata de prever essas soluções, de as dobrar, torcer, virar ao contrário...

As soluções só se aplicam, se contiverem todo esse social, e não somente *nós*.

Eles têm de estar nessas soluções para elas serem eficazes. Têm de ser também obra *deles*, para então *eles* a defenderem.

Se for somente *nossa*, a solução apresentada pode ser a melhor, a mais perfeita, a mais viva daí a dez anos (aliás nós temos essa característica de antecipação do tempo). Só que isso não é importante...

O que é importante é que, de facto, a população participe, *hoje*, na modificação social.

A EVOLUÇÃO NOS PAÍSES SOCIALISTAS E A PAZ

Baixar os braços não é solução

Mesa redonda

Desde o XII Congresso do PCP estalaram «crises profundas e tumultuosas», como se afirma nas Teses para o Congresso extraordinário de Maio, numa série de países socialistas. Convidámos os camaradas Albano Nunes, do Secretariado do CC do Partido, José Goulão e Miguel Urbano Rodrigues, jornalistas, para falar sobre as repercussões que as mudanças mais recentes naqueles países têm, tiveram, ou podem vir a ter na situação internacional, particularmente na garantia da paz e da segurança a que os povos aspiram e que importa continuar a defender. Naturalmente, também houve oportunidade de tocar outros problemas, aparentemente marginais.

«Avante!»: É de manter a avaliação positiva que se tem feito até agora do papel dos países socialistas na defesa e manutenção da paz? Ou a evolução da situação nos países socialistas põe-na em causa?

Albano Nunes: Os tumultuosos e complexos acontecimentos dos últimos meses levam o imperialismo, a social-democracia e até sectores liquidacionistas do movimento comunista internacional a pôr em causa o papel que os países socialistas desempenharam ao longo da sua existência no processo de paz, assim como no processo do progresso social. As Teses, quanto a isto, são particularmente claras: sublinham que esse papel foi absolutamente decisivo.

E, sendo certo que esse papel foi decisivo - e que teve incidências no clima de paz, de desarmamento, de desanuviamento, que começou a viver-se de uma forma particularmente nítida nos dois últimos anos, nomeadamente a partir dos importantes encontros entre o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachov, e o presidente dos EUA, Ronald Reagan -, é também evidente que tudo isto tem incidências negativas, constituindo estes acontecimentos mais

recentes um enfraquecimento efectivo do campo socialista - da sua coesão, da cooperação entre os países, do seu potencial económico - e repercutindo-se na solidariedade com os povos em luta e mesmo na disposição combativa dos trabalhadores e dos povos.

Os acontecimentos estão em desenvolvimento, e não devemos antecipar-nos com conclusões definitivas. Mas, se bem que a médio prazo o fortalecimento do socialismo se adivinhe, designadamente através do triunfo da *perestroika*, relançando os países socialistas todo o seu potencial de atracção e toda a sua influência na área internacional, sem dúvida que, a curto prazo, as consequências serão negativas para o desenvolvimento do processo de paz, desarmamento e desanuviamento.

Aliás, vê-se já que o imperialismo, em particular o imperialismo norte-americano, se sente mais à vontade para certos actos que ainda não há muito tempo se consideravam de difícil realização. Estou a pensar no Panamá. E já estamos, de resto, a ver que se multiplicou a resistência relativamente ao processo de desarmamento quanto às armas convencionais e até quanto às armas estratégicas.

Miguel Urbano Rodrigues: A herança da Revolução de Outubro e do socialismo, apesar dos erros, dos desvios, de tudo o que não correspondeu às aspirações, faz parte da história e é uma herança muito valiosa. Mas numa série de países que fizeram parte do bloco socialista, na Europa - após o que se passou nos últimos oito, nove meses, e ainda mais após os resultados das eleições de domingo na RDA -, a situação torna hoje inadequada a expressão generalizante «países socialistas».

A União Soviética é inquestionavelmente um país socialista, como é Cuba, como é o Vietname. Agora relativamente aos países do Leste europeu onde ocorreram transformações a nível de Estado e de partido e, inclusivamente, já no sector produtivo, o termo torna-se, a meu ver, impróprio, na medida em que dois dos vértices do triângulo Estado-partido-relações de produção, em muitos dos casos, desapareceram: na RDA vamos ter um partido ostensivamente de direita no poder, caminhando o Estado para a unificação com a RFA, enquanto o partido

que defende os ideais do socialismo se torna minoritário; noutros países é afirmada a vocação do capitalismo, há situações de hostilidade ao socialismo, como na Hungria, na Polónia... É preciso ter cuidado com a terminologia.

Quanto à nova situação criada... É evidente que a *perestroika* teve o enorme benefício de afastar aquele medo, quase pânico, do holocausto nuclear, que nos dominava no dia-a-dia. Sem dúvida que a abertura que houve desde o início da *perestroika* e dos encontros de Gorbachov com Reagan proporcionou um diálogo benéfico que afastou o perigo da guerra nuclear.

Mas, por outro lado, as situações ocorridas nos países da Europa central, do Leste europeu, estão a suscitar preocupações muito graves. Quem tem cedido, de modo geral, nos últimos meses, tem sido a parte soviética, e há militares soviéticos que manifestam preocupações - como o comandante da força estratégica de mísseis da URSS, o general Igor Sergueev, que vê sérios problemas nas retiradas sem contrapartidas e no facto de alguns países do Tratado de Varsóvia, dada a nova estrutura política e partidária, terem hoje outro entendimento do que significa o Tratado e a solidariedade com a União Soviética.

Esse comandante soviético, que se afirma um homem de paz e, de modo algum, um *falcão*, mostra-se preocupado, por exemplo, com os novos mísseis Tomahawk americanos - que atingem alvos a 4 mil quilómetros com um erro de 10 metros - isto quando surge uma zona de vazio na Europa. Além disso, na própria União Soviética - a par dos objectivos revolucionários da *perestroika* - assiste-se hoje a processos de contestação que não facilitam nada a resolução das questões de segurança.

«Avante!»: Ao levantar a questão da avaliação do papel dos países socialistas, tinha em vista alguns acontecimentos de que se tem falado muito e que, mesmo da parte de países socialistas e de partidos comunistas, têm sido objecto de reavaliação: as tropas soviéticas no Afeganistão, as tropas do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia e na Hungria, o muro de Berlim e a divisão da Alemanha, o apoio aos movimentos revolucionários...



José Goulão Miguel Urbano Rodrigues Albano Nunes

José Goulão: Voltemos ligeiramente atrás no tempo. Se a Europa viveu desde 1945 este período de paz - digo a Europa, porque a guerra não deixou de existir noutros pontos do planeta -, é porque houve um equilíbrio de armamentos a um nível altíssimo e perigosíssimo, mas que, paradoxalmente, fez com que o respeito mútuo no fio da navalha fosse a raiz de uma ausência de confrontos armados.

A *perestroika* veio, de facto, permitir que se respirasse mais fundo. A dinâmica da política externa e da política de negociações conduzida pela União Soviética encostou a administração norte-americana à parede, foi uma surpresa para a administração Reagan e para os *falcões* norte-americanos. Essa dinâmica da *perestroika* abriu a frente do equilíbrio a mais baixo nível, mais desanuviado. Um exemplo disto foi a extinção de uma primeira classe de armas nucleares.

A situação mudou, portanto, de um equilíbrio perigoso para uma fase dinâmica de ofensiva negocial soviética que permitiu respirar fundo; mas o desenvolvimento dos acontecimentos, a seguir, nos países de Leste, trouxe novos perigos, criou-se uma situação que veio encorajar a natureza agressiva do imperialismo. Isto está à vista, e está à vista outro fenómeno, que vai agora dar ao imperialismo a sua vez de respirar fundo: enquanto o Tratado de Varsóvia está inegavelmente em fase de desagregação, a NATO reforça-se, e não ouvimos de nenhum dos altos dirigentes da Aliança Atlântica qualquer afirmação que vá ao encontro da velha aspiração do movimento da paz que é a extinção simultânea e controlada dos dois blocos militares. O que se vê é que um está a desaparecer e o outro se reforça.

«Avante!»: E também é unilateral a retirada de tropas no estrangeiro...

J.G.: Também. A União Soviética retira-se de diversos países da Europa e os Estados Unidos não só não se retiram, como conseguiram obter recentemente da União Soviética uma supremacia de 30 mil homens no teatro europeu, no âmbito das negociações de Viena.

Está a criar-se um desequilíbrio que é preocupante e que nos vai obrigar a reflectir sobre como poderá o movimento da paz actuar para travar a agressividade crescente do imperialismo.

O equilíbrio está desfeito, objectivamente. E até com efeitos fora da Europa. Assistimos ao que se passou no Panamá, temos o caso da Nicarágua - onde a constante agressão da parte dos Estados Unidos, via *contras*, não teve uma resposta suficientemente solidária dos países amigos da Nicarágua -, estamos a assistir ao reforço do cerco contra Cuba.

Há de facto uma mudança de equilíbrios que, se a princípio pareceu abrir novos caminhos para o reforço da paz, está hoje a transformar-se no nascimento, ou renascimento, de ameaças à paz. E não podemos esquecer que a guerra é fruto da acção do imperialismo, faz parte da necessidade de sobrevivência do capitalismo.

A.N.: Falou-se de tropas soviéticas no Afeganistão, de tropas soviéticas e de outros países socialistas em 68 na Checoslováquia... Naturalmente, trata-se de acontecimentos importantes, controversos em vários aspectos, e relativamente aos quais o nosso Partido tem reflectido e vai continuar a reflectir, sem os retirar do contexto histórico,



Baixar os braços não é solução

mas examinando toda a informação suplementar que seja facultada.

Mas o papel da União Soviética e dos países socialistas no desenvolvimento do processo mundial, e particularmente no que diz respeito à defesa da paz, não tem que ver essencialmente com o seu poderio militar, ou melhor, neste aspecto apenas tem que ver com o facto capital de que os países socialistas conquistaram a paridade militar, impedindo assim o imperialismo de alcançar os seus objectivos de revanche social e hegemonia mundial. Independentemente de tal ou tal erro, de tal ou tal passo que, à luz do que hoje se conhece, se considere errado, esse aspecto da questão militar não constitui o elemento principal. Trata-se geralmente de uma ajuda - tenhamos presente Angola, face à intervenção da África do Sul e do Zaire; a Etiópia, com a agressão por parte da Somália, apoiada pelos Estados Unidos; trata-se de outros acontecimentos que se inscrevem numa perspectiva de ajuda aos povos para se defenderem da agressão externa; não se trata, do nosso ponto de vista, da tentativa de impor um regime ou um sistema, de exportar a revolução (embora não possamos excluir que em tal ou tal caso essa pretensão tenha existido), mas de ajuda ao povo para impedir uma contra-revolução imposta do estrangeiro. Do nosso ponto de vista, é evidente que as revoluções não se exportam, mas as contra-revoluções, sim.

O papel dos países socialistas no plano internacional, além da paridade militar e da ajuda militar aos povos para se defenderem de agressões imperialistas, traduz-se essencialmente na projecção das realizações da própria sociedade, que agora está em crise e por isso cria dificuldades suplementares: trata-se do apoio político, do apoio moral, do apoio técnico, do apoio económico - que infelizmente, em vários aspectos, os países socialistas não estão neste momento em condições de dispensar.

Há uma coisa que nos preocupa, em relação a isto, e que o Miguel Urbano já referiu: concepções que se desenvolvem em países socialistas - em geral, sublinhe-se, não identificadas com a posição oficial dos respectivos partidos, designadamente no que diz respeito à União Soviética - e que avaliam o imperialismo de modo radicalmente diferente do PCP, escamoteiam o seu lado explorador e agressivo e tendem a pôr em causa a necessária solidariedade aos povos em luta, precisamente num momento em que o imperialismo se propõe avançar e reconquistar posições perdidas nas últimas décadas.

Já foi referida a tentativa de anexação da RDA pela RFA no quadro da CEE e da própria NATO; mas pode citar-se, relativamente à América Latina e para além do que foi dito, o aumento visível da agressividade dos EUA em relação a Cuba; no que respeita ao Pacífico, as últimas notícias indicam que o imperialismo norte-americano, se admite retirar algum tipo de armamento, é pura e simplesmente para colocar outro armamento mais sofisticado e mais moderno.

J.G.: Ou transferir bases das Filipinas para Singapura.

A.N.: Exactamente. E há ainda uma outra questão, que não é abordada nas Teses. Penso que o enfraquecimento do campo socialista e da sua influência no plano mundial abre também espaço ao aumento das rivalidades e das contradições inter-imperialistas, que já começam a manifestar-se, com o que isso pode significar de perigos para a segurança e a paz. Na minha opinião, isto vê-se, designadamente, no Pacífico.

M.U.R.: A nova relação de forças existente hoje no mundo favorece o imperialismo e é indissociável de uma diminuição da presença soviética a nível mundial, particularmente no Terceiro Mundo. Antes, à paridade militar correspondia um certo equilíbrio estratégico. Havia aqui uma espécie de equilíbrio que chamavam a *estratégia oblíqua* da União Soviética. Por exemplo, os Estados Unidos tinham uma posição muito forte numa certa zona do Médio Oriente, que se deslocava até ao Paquistão. A União Soviética manteve sempre relações de grande amizade e preferências, naquela zona, com a Índia. Havia o domínio americano no

Pacífico ocidental e em amplas zonas da Ásia oriental; a União Soviética, não só teve uma posição determinante no conflito do sudeste asiático, com o seu contributo para a vitória histórica dos povos do Vietname, do Laos e do Camboja, como constituiu depois, através das suas posições no Vietname, um contra-peso à presença imperialista.

Hoje começa a haver um desequilíbrio preocupante, agravado por um fenómeno a que pouco se alude. Fala-se muito, por exemplo, a propósito da unificação da Alemanha, da atitude inquietante do chanceler Helmut Kohl no que respeita à fronteira Oder-Neiss, mas fala-se pouco das reivindicações japonesas sobre as Cúruilas, que vêm aumentando de volume.

Estando voltada para a resolução dos seus graves problemas, a União Soviética teve que diminuir a sua ajuda, a sua solidariedade, a sua presença no Terceiro Mundo. E isso tem as suas implicações. Eu estou convencido que a administração Bush não teria invadido o Panamá se a conjuntura fosse outra. E se o povo da Nicarágua tinha a barriga vazia, e se os indícios votaram em Violeta Chamorro, isso deve-se, em grande parte, à impossibilidade de, neste momento, aquele país receber uma ajuda que permitisse uma situação económica diferente. Hoje - e isto não é uma crítica, é uma realidade e um exemplo do que se está a passar - os cooperantes soviéticos em países africanos onde a ajuda, dentro dessa *estratégia oblíqua*, foi determinante no plano económico e com implicações no plano político muito importantes, mesmo com governos de direita, aí os cooperantes hoje são pagos já pelos governos dos países que recebem a ajuda. Que implicações podem ter factos como este, quando nós vemos uma forte ofensiva do imperialismo para ocupar posições em áreas onde há um recesso ou uma retirada soviética?

J.G.: A propósito, e como mais um exemplo de que o equilíbrio se desfaz, quero recordar que no interior do Tratado de Varsóvia, segundo disse o porta-voz da última reunião do Comité executivo de ministros do Tratado, há neste momento quem defenda a integração da RDA na RFA no quadro da NATO. Não citou este ou aquele país, mas disse que há países no Tratado de Varsóvia que acham possível tirar vantagens da integração da RDA na RFA no quadro da NATO. Isto é um exemplo de como a situação se alterou.

«Avante!»: Estamos assim perante um panorama de cores bastante carregadas; em todos estes terrenos o imperialismo ganhou, mostrou a sua superioridade?

A.N.: Creio que não devemos tirar conclusões pessimistas, sobretudo quando os acontecimentos estão em desenvolvimento. Agora há, sim, direito a muita preocupação e necessidade de muita vigilância.

Eu diria que nos encontramos numa encruzilhada. O imperialismo procura aproveitar a crise nos países socialistas da Europa para alcançar objectivos que ao longo de vários anos não conseguiu alcançar. Um exemplo concreto é o da Europa, um tema a aprofundar nesta mesa-redonda ou fora dela: se, por um lado, há perspectivas para um avanço no processo de segurança e cooperação na Europa, por outro lado é patente o projecto - e eu diria, nalguns aspectos, a possibilidade - de o imperialismo tentar refazer o mapa económico e político da Europa sob a égide do grande capital. Quando o imperialismo se ingere abertamente nos processos em curso em países socialistas, através da CEE, das *ajudas* condicionadas à evolução para uma *economia de mercado*, para a *democracia*, tal como o capitalismo a entende e não como se verifica ser necessário para ultrapassar as deformações centralistas, burocráticas e até repressivas que se verificaram; quando o FMI consegue impor condições draconianas, por vezes rapidamente aceites por certos governos; quando se assiste a iniciativas de desarmamento unilaterais, que não têm contrapartidas do outro lado e, como já aqui foi referido, suscitam preocupação de responsáveis militares soviéticos (eu podia juntar o nome do marechal Akhromeev); quando tudo isto se passa, creio que há lugar para preocupa-

ções, para uma advertência às forças do progresso e da paz para que mantenham e intensifiquem a sua luta, de forma a que nesta encruzilhada se escolha o melhor caminho possível.

Sem dúvida que o capitalismo apresenta pretensões e possibilidades que, devo dizer, são para todos nós inesperadas, para o nosso Partido e para o movimento comunista internacional. E esta crise nos países socialistas da Europa coincide com um período de retoma do desenvolvimento dos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa.

Naturalmente, o facto de o capitalismo ter mostrado maior capacidade de adaptação às transformações revolucionárias do nosso século do que aquela que era esperada, o facto de ter revelado maior capacidade de aproveitamento das conquistas da ciência e da técnica do que supúnhamos - sobretudo quando o socialismo revela uma capacidade menor do que também admitimos - cria uma dificuldade. Mas daqui não se pode concluir que o capitalismo apresenta capacidades inesgotáveis. As contradições do capitalismo estão lá e, se até agora houve capacidade para as rodar e para impedir a sua expressão sob uma forma mais aguda, elas acabarão por se manifestar.

É por isso de manter uma perspectiva combativa, uma perspectiva revolucionária, confiante: de facto, o capitalismo não é solução, não é alternativa para os erros e as deformações do socialismo, tarde ou cedo o capitalismo acabará por dar lugar a uma sociedade livre da exploração e da opressão.

M.U.R.: Por si só, o tema da estratégia económica do imperialismo perante os países de Leste daria para falarmos bastante. Mas, retomando o que disse o Albano... Li passagens de algumas cartas de intenções impostas pelo FMI a países do Leste europeu, como a Polónia e a Hungria, e, devido ao que eu chamaria uma virgineidade, uma completa inexistência - que não dá, uma justificativa - acerca do que são as engrenagens do Fundo, esses documentos contêm condições mais leoninas do que as apresentadas a países de média dimensão da América Latina. Há exigências que o FMI tem apresentado à Hungria e à Polónia, e que na maioria dos casos foram aceites, que

hoje já não se atreve a apresentar a países da América Latina.

Quanto à paz... Recentemente Henry Kissinger esteve em Lisboa e fez aqui uma conferência. O essencial das teses que defendeu não é original, embora ele lhes tenha posto o seu brilho académico; as ideias principais já tinham sido publicadas antes numa revista de intelectuais americana de pouca circulação, a «Daedalus», num artigo reproduzido depois no «New York Times» e que teve um grande impacto na sociedade americana. Mas isto apenas, quanto a mim, torna as declarações de Kissinger ainda mais importantes e ilustrativas dos perigos que espreitam a paz mundial.

Numa postura imprópria para um professor de Harvard, que conhece história e sociologia como ele, desenvolve uma teoria mais ou menos assim: a *perestroika* está condenada ao fracasso e vai terminar em repressão. Daqui Kissinger parte para uma postura de *falcão*. Uma vez que a União Soviética é, diz ele, não apenas um inimigo potencial, mas um inimigo inevitável que os Estados Unidos terão que enfrentar no futuro, não devem reduzir o nível dos seus armamentos. Pelo contrário: a solução que propõe é uma presença americana forte, uma RDA integrada na RFA, que será um baluarte da NATO, e um estatuto de neutralização, tipo Austría, para os demais países da Europa oriental, o que cria a tal situação de vácuo que preocupa, do ponto de vista da segurança, os chefes militares soviéticos, como há pouco dizia.

Teses como estas podem passar quase despercebidas. Mas reflectem uma opinião com ampla divulgação nos Estados Unidos e constituem hoje tema de debate internacional.

J.G.: O próprio presidente dos Estados Unidos deu em Maio, em Bruxelas, um exemplo prático de aplicação das teses do Kissinger, ao dizer que a Europa unificar-se-á sim senhor, sob o chapéu de chuva da NATO. Não pormenorizou, claro, qual será o destino de cada um dos países, mas estava certamente a pensar numa Alemanha unificada dentro da NATO.

Só que, apesar da situação estar como está, eu acho que há razões para termos optimismo. Em primeiro lugar, o movimento da paz deixou raízes em toda a Europa, sem

excepções, e teve uma dinâmica que o levou a conter a agressividade do imperialismo. Podemos dizer que o processo de Helsínquia, agora lançado, é de alguma maneira um fruto da luta das forças da paz; o movimento pela paz criou raízes, a luta contra o nuclear tem raízes, não é pela existência de alterações políticas que as preocupações com certos tipos de armas de extremo em massa deixam de existir, e esta é uma frente importantíssima da luta pela paz.

Por outro lado, o mundo de hoje não é o mundo do pós-guerra. O processo de descolonização deu ontem mais um enorme passo com a independência da Namíbia. Na África do Sul estamos a assistir a alterações que ainda há pouco tempo pareciam longínquas. Nos países do Leste da Europa, e como o Albano disse, a situação está ainda indefinida, a curto prazo é previsível que forças conservadoras e reaccionárias vão ter posições determinantes, mas há nesses países forças patrióticas, forças progressistas, que não vão entregar-se de mão beijada ao restauro do capitalismo. Depois, é evidente que esta fase de abundância, mal distribuída, do capitalismo pode ter alicerces de barro, os problemas e as contradições acabarão por surgir... Penso que há aqui elementos que permitirão efectivamente reflectir sobre novos caminhos que o movimento da paz poderá descobrir. Sem falar no importante impulso que lhe dará o êxito da *perestroika*, ou no importantíssimo papel do novo Terceiro Mundo, descolonizado, porta-estandarte de ideais, se não revolucionários, pelo menos de independência.

A.N.: Eu creio que os perigos do avanço do neocolonialismo são muito grandes, sob uma forma violenta, intervencionista, ou através do domínio económico pelas multinacionais, do garrote da dívida externa, etc... Desde logo porque se verifica uma real hegemonia do capitalismo nas relações económicas mundiais.

Mas o Goulão tocou uma questão que me parece particularmente importante: as contradições vigoram, efectivamente. A experiência histórica provou que, mesmo perante as maiores dificuldades, os trabalhadores e os povos não abdicam do seu direito a uma vida melhor, à independência, ao progresso social, mesmo ao socialismo. E é de esperar, sem que isto pretenda ser alguma profecia, que os caminhos da revolução continuem durante algum tempo deslocados do centro capitalista para a periferia capitalista, o Terceiro Mundo, América Latina, África, Ásia.

Quando ao nosso tema central, eu creio que a preocupação é justificada, pelo papel que os países socialistas têm tido na vida internacional. Mas, ao mesmo tempo, temos confiança na luta dos trabalhadores e dos povos. Nós, reconhecendo o papel determinante dos países socialistas no desenvolvimento mundial nas últimas décadas, nunca erigimos esse factor no único, no exclusivo, e sempre vimos o avanço do processo libertador dos trabalhadores e dos povos e do processo de defesa e consolidação da paz como intimamente interligados. De nenhuma maneira pode ser subestimada - e o imperialismo procura que se subestime - a luta concreta e a resistência concreta dos trabalhadores à exploração e opressão, mesmo na Europa capitalista, mesmo nos Estados Unidos, mesmo no Japão... Mesmo na Suécia, onde não há muito tempo o governo tentava adoptar medidas profundamente anti-operárias e antipopulares. Não devemos subestimar essas lutas, não devemos subestimar, como disse o Goulão, o extraordinário significado da independência da Namíbia e do avanço da luta contra o *apartheid*, não devemos subestimar a luta na América Central e na América do Sul - penso nos patriotas de El Salvador, penso nos sandinistas apesar da derrota eleitoral - não podemos esquecer que no Médio Oriente se luta - os palestinianos e a heroica Intifada - e não devemos subestimar outros processos. Mesmo no Haiti, só para recordar os últimos tempos, não é casual a queda do governo de Prosper Avril.

O mais importante, creio, é que os comunistas e todas as forças progressistas não abdicam dos seus objectivos, não abdicam da sua confiança nos trabalhadores e



nos povos. O pior que podia acontecer aos partidos comunistas e às outras forças progressistas seria aceitarem fazer o *hara-kiri* que o imperialismo e os liquidacionistas, em vários países, propõem, ou seja, abandonar os ideais comunistas, abandonar objectivos de transformação da sociedade, objectivos revolucionários, prescindirem de instrumentos organizativos decisivos, como o centralismo democrático, tal como nós o entendemos.

No que respeita a Portugal penso que há um aspecto particular em que isso deve ser sublinhado: a luta para defender a soberania, a segurança e a independência do nosso próprio país, a luta para que, num quadro internacional ainda marcado por uma tenência para o desarmamento e para o desanuviamento, Portugal recuse novos compromissos militares, recuse o alargamento do campo de tiro de Alcoche, recuse acordos com a República Federal Alemã sobre voos rasantes e ensaios de tiro, recuse a instalação da estação de Almodôvar, de facto inserida em projectos militares altamente sofisticados e de uma grande envergadura; a luta para que Portugal dê uma efectiva contribuição, designadamente, para que a conferência de Helsínquia, «Helsínquia-2», prevista para este ano, provavelmente em Paris, se traduza no avanço do processo de desarmamento, numa cooperação efectiva entre iguais e mutuamente vantajosa.

Quando ao movimento comunista, como se assinala nas Teses, ele é uma realidade objectiva, e é particularmente importante que, face a uma tal situação, não só não enfraqueça a cooperação, a solidariedade, entre os diversos partidos comunistas, mas que se reforce a cooperação, a solidariedade, sob as formas adaptadas a nova conjuntura. O mesmo se aplica, naturalmente, ao conjunto das forças democráticas e progressistas à escala mundial: os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, os países progressistas, o movimento de libertação nacional.

No que se refere à situação nos países socialistas, nós, naturalmente, aguardamos o desenlace, com expectativa, com preocupação, com paixão... com uma grande confiança na União Soviética, o principal país socialista e baluarte decisivo. Noutros países a situação é particularmente complexa e perigosa, mas não podemos dar por adquirido que o socialismo foi destruído. Há conquistas efectivas, há uma realidade nova, a revolução passou por ali. E, como se assinala nas Teses, a defesa do socialismo nestes países depende essencialmente de dois factores: um é a defesa do sector social da produção face à avalanche intervencionista do capital estrangeiro e à abertura ao capital privado; o outro, a capacidade dos comunistas para reganharem a confiança

das massas, possibilidade que existe realmente, desde que não se abandonem princípios e objectivos fundamentais, e a solução para os gravíssimos problemas existentes seja procurada na perspectiva da defesa e renovação do socialismo.

M.U.R.: A tendência para tirar conclusões definitivas do que se passou num ano de sistema político na Europa é, acho eu, uma tendência da burguesia, esquemática e muito negativa, que não deve ser acompanhada por nós. E estou de acordo com o camarada Albano Nunes: nos próximos meses e nos próximos anos, previsivelmente, vamos viver uma intensa luta de classes em países onde houve modificações fundamentais nas estruturas institucionais, como sucedeu na Polónia e na Hungria. Pela natureza do poder instituído, verificar-se-á o ataque em força ao sector socializado da economia, que é hegemónico na Hungria e, mais fraco, na Polónia. Surgirão fenómenos como o desemprego, surgirão tensões sociais, na medida em que se criará um embrião de camadas sociais candidatas a futuras burguesias.

Mas é bom que também não se trate esses países como países capitalistas normais, já que o modo de produção predominante é o modo de produção socialista. Para encontrar uma terminologia mais rigorosa, temos que levar em linha de conta que a superestrutura institucional e partidária entra em contradição com a estrutura económica. Ora nós temos exemplos, como o do México após a revolução de 1917, particularmente, a partir das nacionalizações dos anos 30, do presidente Cardenas, em que o valor da produção do sector público no secundário e mesmo na agricultura passou durante algum tempo a representar uma elevada percentagem do PIB. Mas o poder político, evidentemente, não era um poder socialista. E, então, o que havia era um regime que, independentemente das polémicas teóricas, configurava um regime de capitalismo de Estado.

O que se está a passar no Leste europeu provoca grandes contradições. A familiares de uma amiga minha brasileira, por exemplo, na Hungria quiseram entregar uma fábrica de jeans, deram-lhes loquazmente e tal por cento do capital e a gestão, houve logo tensões, movimentos no sentido da greve. E tem sido citado o caso da tentativa de privatização dos estaleiros de Gdansk...

J.G.: Ainda sobre a questão da vitória do imperialismo, do capitalismo... Pode ter ganho algumas batalhas, é certo. Mas há uma coisa que é preciso que se diga e que forças empenhadas na paz devem contribuir também para esclarecer: temos que combater uma tese que começa a ser doutrina pretensamente indiscutível e que apre-

goa, como faz a senhora Thatcher, que o capitalismo é um sistema humano, tem um rosto humano, regenerou-se, teve que fazer muitas patifarias para arrancar, mas agora atingiu um estado de desenvolvimento que permite a sua humanização. Aliás, esta tese foi defendida outro dia na televisão pelo professor Agostinho da Silva, que disse mais ou menos que não há alternativa, o capitalismo vai-se superdesenvolver e chegará a um ponto em que se dissolverá, e então toda a gente estará bem, em paz e rica.

Isto é hoje uma espécie de muleta da ideologia dominante, cujo surgimento tem a ver com o desenvolvimento atingido pelo capitalismo nos países europeus. A questão é esta: ninguém usou, como usa o capitalismo, os grandes meios de comunicação e o desenvolvimento científico e técnico. O socialismo nasceu, na prática, quando o mundo arrancou para o grande salto da comunicação universal, quase instantânea. Mas, afinal, o socialismo, contemporâneo dessas grandes conquistas da humanidade e que as devia ter assimilado, melhorado e usado para o bem-estar das pessoas, estagnou, desperdiçou a oportunidade e deixou essas armas ao inimigo. E o inimigo chamou-lhes um figo: assimilar, de forma brilhante para as suas necessidades de exploração, o desenvolvimento científico e técnico, e usa, melhor que ninguém, a informação como propaganda das virtudes do sistema, disfarçada de mil e uma maneiras.

Vamos partir com anos de atraso, mas temos que ser criativos, imaginativos e verdadeiros, e demonstrar que o capitalismo continua a ser uma forma de sociedade intrinsecamente exploradora e que não só não se regenerou como está a assumir formas de violência e de exploração altamente sofisticadas e muito mais graves do que as que utilizou nos seus primórdios, atingindo agora camadas sociais muito mais vastas.

A.N.: Na comparação do grau de desenvolvimento económico dos dois sistemas, não se pode esquecer que o socialismo tem um tempo histórico muito curto e que a sua evolução se verificou num contexto de aguda competição e confronto com o capitalis-



Baixar os braços não é solução

mo, o que o obrigou a dispender recursos enormes para a sua defesa e para a defesa de outros países progressistas, para a solidariedade activa com outros povos em luta - recursos que em termos materiais não puderam, naturalmente, ser consagrados ao desenvolvimento.

Dito isto, e reconhecendo que estamos apenas perante as primeiras tentativas de edificação de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, verificamos que nos países socialistas se revelou um problema fundamental, que talvez seja um dos problemas centrais, a par da democracia como valor em si e interligada com a democracia no plano económico, no plano social, no plano cultural: como forjar as condições do trabalho livre da exploração do homem pelo homem, sem o chicote capitalista, sem a ameaça do desemprego, como encontrar, nestas condições, estímulos mais poderosos do que no capitalismo para o trabalho criativo e produtivo, para fortes ritmos de crescimento da produtividade.

Lénine disse que da capacidade do socialismo para bater o capitalismo no plano da produtividade dependeria a vitória, em termos históricos, do socialismo sobre o capitalismo. Creio que é uma afirmação que mantém validade e merece ser profundamente considerada, e já o está a ser, pelos nossos camaradas soviéticos e noutros países socialistas, procurando as formas mais adequadas de propriedade no socialismo e de gestão dessa propriedade.

Hoje espalharam-se muitas ilusões acerca do capitalismo, da sua natureza, das suas perspectivas, ilusões que aparecem espalhadas por instituições e órgãos de comunicação social nos países socialistas e no interior dos próprios países socialistas,

ressentindo uma política de informação e de formação, um trabalho teórico e ideológico, altamente insuficiente, que se prende com a dogmatização do marxismo-leninismo... enfim, tudo aquilo que nas nossas Teses consideramos particularmente negativo neste plano.

Em relação a isto, quero apenas lembrar que consideramos o capitalismo como sistema mundial; o alto nível de vida existente na RFA, por exemplo (e que coexiste com as mais flagrantes desigualdades e injustiças sociais, desemprego, racismo e outros valores morais decadentes), não seria possível sem a pilhagem colonial, sem a existência de um Terceiro Mundo subdesenvolvido onde diariamente morrem milhares de seres humanos.

Bom, e esta questão do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo tornou-se nos nossos dias um problema que afecta toda a humanidade, um problema global, cuja solução interessa a todos os sistemas, todas as ideologias, todas as classes sociais, um problema global do nosso tempo só ultrapassado pela importância do problema da paz e a par do problema ecológico. E temos que dizer que a grande responsabilidade pela existência do problema do subdesenvolvimento é do próprio imperialismo.

J.G.: O que está ilustrado pelo facto de os Estados Unidos e alguns dos seus aliados se terem recusado até hoje a reconhecer a existência de uma ligação entre o desarmamento e o desenvolvimento.

«Avante!»: Face à actual situação internacional, e em particular tendo em consideração os reflexos da evolução nos países socialistas, será que esta paz

- ou ausência de guerra - que tivemos até agora se vai manter, ou a paz está menos segura do que pode parecer à primeira vista? Os acontecimentos nos países socialistas não deixam, certamente, de ter a sua influência no próprio movimento da paz e no papel que ele pode desempenhar?

A.N.: Do nosso ponto de vista, não estão excluídos possíveis recuos no processo de desanuviamento e desarmamento. O nosso Partido nunca considerou, e afirmámo-lo no XII Congresso, que estava definitivamente adquirida uma viragem. Pelo contrário: sublinhámos que, para que essa tendência dominante se concretizasse em medidas de desarmamento que afastassem definitivamente o perigo do holocausto nuclear, era preciso prosseguir a vigilância e a luta. Creio que a vida confirmou que assim é, particularmente em consequência dos graves acontecimentos nos países socialistas, da resistência que o imperialismo está a manifestar ao avanço do desarmamento, e mais: do prosseguimento das suas pretensões de alcançar a supremacia militar e manter sobre o campo socialista e os países progressistas a chantagem da ameaça nuclear.

Creio que o movimento da paz foi afectado no seu desenvolvimento, não apenas pelos acontecimentos nos países socialistas, mas também, talvez, um tanto pela ideia de que a viragem estava assegurada e adquirida. Mas, como já o Goulão disse, a vontade de paz é tão grande, a consciência do perigo nuclear é tão generalizada, que, perante novas manifestações concretas e agressivas do imperialismo, um tal movimento renascerá e afirmará toda a sua força.

M.U.R.: Creio que o pesadelo da guerra nuclear não é, no imediato, com o actual clima de desanuviamento, uma perspectiva preocupante. Mas, paralelamente, vão continuar as chamadas guerras de baixa intensidade; basta ler o que sobre isso dizem os *media* americanos, os analistas, os cientistas políticos. Não é por acaso que os professores do Colégio de Guerra dos Estados Unidos se queixam de haver agora poucas guerras.

Em relação a isso, penso que é necessária uma política de grande firmeza. Foi o caso da resposta firme do PDPA, do exército e do povo afgãos que, quando se anunciava por todo o Ocidente capitalista a queda de Cabul, resistiram de uma forma que foi determinante para a situação que hoje se vive e para a defesa da sua revolução. Se ontem tivemos a Namíbia a festejar a sua independência e se Nelson Mandela está em liberdade, isso não se deu pela generosidade deste ou daquele político sul-africano; sem a luta heróica do povo da Namíbia e sem a batalha do Cuito Cuanavale, onde as FAPLA e os combatentes cubanos derrotaram pela primeira vez numa batalha de grandes proporções o exército branco sul-africano, não teríamos tido o tipo de desenvolvimento que hoje nos alegra a todos, embora com perigos na África Austral para que é preciso estar alerta.

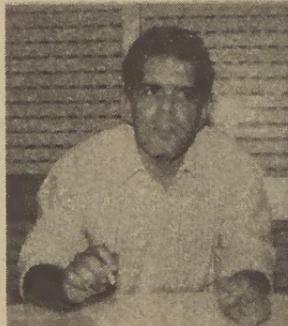
Guerras deste tipo vão continuar, e é necessária uma grande firmeza a nível global na resposta ao imperialismo, firmeza da grande potência que é a União Soviética, e firmeza dos pequenos países onde há forças progressistas, partidos, importantes, que desempenham um papel importantíssimo que não deve ser subestimado.

Firmeza que, infelizmente, seria desejável que houvesse no nosso País. Temos essa firmeza do lado do nosso Partido e de uma ampla frente de forças progressistas, mas do lado do Governo temos o contrário: uma política de submissão, de capitulação, de hipocrisia, de mentira, a enganar o povo. Mas depende também de todos nós que, até onde for possível, se seja firme na defesa dos interesses do País, na defesa da paz. Esta é uma batalha fundamental.

J.G.: Como disse, o movimento da paz criou raízes em acções práticas, que chegaram a ter dimensões impressionantes, por essa Europa fora, e essas forças continuam a existir. Houve transformações políticas, sociais e económicas que não eliminam o sentimento profundo que é o ideal da paz. Mas é fundamental dizer, com serenidade mas muito afirmativamente, que existem os perigos da guerra, alertar as pessoas para esse perigo e identificar quem são as forças da guerra.

Temos que nos interrogar sobre os motivos que levam a que, numa altura em que se proclama que tudo caminha bem e há acontecimentos que são exaltados como paradigmas do caminho da paz, a Nato se esteja a reforçar, a modernizar, a ampliar, a rearmar-se. Se, de facto, hoje se vive um clima de desanuviamento nas relações internacionais, por que é que um dos blocos militares se reforça desta maneira? Temos que identificar e apontar aqueles que continuam a encarar soluções militares para questões políticas e económicas, temos que identificar os perigos da guerra e de onde eles vêm. Se as armas nucleares existem, é porque há alguém que pensa utilizá-las, de outra forma já teriam desaparecido.

É possível alargar o movimento da paz, renovado, com as raízes de sempre. Há bases para isso: a luta contra o nuclear, por exemplo, o acompanhamento de todas as negociações de desarmamento, apontando quem levanta problemas e quem pretende supremacias (não são, certamente, as forças do socialismo), as lutas pela independência nacional, a solidariedade internacional com os povos oprimidos, a soberania nacional como base da coexistência, o combate ao racismo e à ascensão do comportamento nazi-fascista na Europa... Penso que é possível, a partir daqui e independentemente do novo desequilíbrio que existe na Europa, criar uma grande frente pela paz e contra estes fenómenos que trazem no bojo a guerra, uma frente onde pode confluír toda uma ânsia de paz que existe nas pessoas. ■



Opinião

E o marxismo científico?

1. Fez no passado dia 17 de Março 107 anos, Friedrich Engels, na sua alocução junto à campa de Marx, declarava:

«A ciência era para Marx uma força que se move historicamente, uma força revolucionária.»¹

Gostaria que este pensamento nos acompanhasse ao longo destas reflexões sumárias sobre o tema: «É o marxismo científico?».

2. Perguntamos, pois: é o marxismo científico?

Temos que nos entender acerca do conteúdo do qualificativo «científico».

E aqui importa dissipar algumas formações nebulosas e, designadamente, afastar aquilo a que chamaria: a **utilização terrorista** da noção de «científico». É digo «terrorista» porque pretende retirar seu poder persuasivo, não de um qualquer efeito de esclarecimento racional, mas do simples temor que desperta pelo repetido brandir adjectivo de algo que o interlocutor sente como culpa desconhecida.

Há, na verdade, os que usam «científico» como «guarda-chuva» ou como «carimbo»: porque é «científico», nada mais há a discutir ou a investigar — apenas resta repetir abstractamente fórmulas ou aplicar mecanicamente receitas.

Há também os que, absolutizando uma figuração não-dialéctica e não-materialista da Ciência, se servem displicentemente do «científico» para recusar liminarmente qualquer cientificidade ao marxismo. É neste contexto que deparamos amiúde com a erecção assistida de representações empiristas e positivistas (e convém não esquecer que o a... espaços autoproclamado «pós-positivismo» é ainda uma variante da matriz positivista) da ciência em exclusivo padrão universal de cientificidade.

3. Em ambos os procedimentos aqui esquematicamente aludidos, «científico» funciona de um modo não-analisado e inaugural como argumento de autoridade, como biombo tranquilizador, para além (e aquém) do qual não há que investigar.

Reduz-se a cientificidade à descrição de «factos» ou ao alinhamento de «factos» — que por si e em si, num horizonte de tendência imediatista, proporcionariam a confirmação (ou infirmação) de teorias explicativas e de previsões. Não se cuida de examinar nem a sua conexão, nem o seu fundamento material, nem a historicidade mesma tanto do real (que não é imediatamente convertível com o existente) quanto do nosso próprio conhecimento do real.

Reduz-se a cientificidade ao consenso putativo de entidades só em abstracto estabilizadas sob a designação de «comunidades científicas». Não se cuida de examinar materialmente nem a dialéctica do ser nem a controvérsia dos saberes.

Procura-se, em suma, retirar antecipados dividendos ideológicos de uma epistemologia grosseiramente simplificada, generosamente desatendida na sua criação.

4. Ora, a cientificidade não é um **certificado abstracto de garantia**, mas um **programa concreto de investigação**: um processo exigente de dar conta inteligivelmente/racionalmente do real no seu desenvolvimento concreto, contraditório².

É como **programa de investigação** que vai chegando a resultados (não é apenas um método formal de análise higienicamente neutro) que o marxismo é científico.

É como **programa de investigação** que o saber fundado e relacional é científico.

5. Aqui chegados, abre-se perante nós o terreno de uma questão **ontológica** de fundo.

O nosso saber transforma-se: não apenas porque há um desenvolvimento **subjectivo** dos nossos modos e instrumentos de conhecimento mas porque o próprio real se **transforma também**.

Mais: porque o próprio **saber** fundamentado do real se converte em ferramenta e factor de transformação do próprio real.

É por tudo isto também que o saber fundamentado constitui um vector (com peso qualitativo acrescido) de **emancipação** relativamente à ignorância ou à fatalidade cega e de **configuração** das novas possibilidades que com o devir se

engendram e que a prática social materializará.

6. A história não parou com Marx. Os homens continuam a fazer história depois de Marx. **Com Marx e contra Marx**.

Nos seus delineamentos estratégicos e tácticos, o capitalismo e o imperialismo, têm aprendido e continuam a aprender muito com Marx (e com Lênine).

Penso que sem uma ponderação aprofundada desta circunstância é de todo impossível compreender muitos dos desenvolvimentos actuais.

Os processos históricos reais não são um mero desenrolar automático de contradições imutáveis, inicialmente estatuidas e, por fim um belo dia reveladas no recôndito dos seus segredos.

As próprias contradições **reconfiguram-se no interior** do próprio processo de desenvolvimento, adquirem um novo visor.

Não quadro estrutural e estruturante da unidade dos contrários em luta, decorrem constitutivamente processos de acção recíproca que determinam o aparecimento e a evolução de novas formas, de novos conteúdos, de percursos e de ritmos de fluxo alterados. Não há apenas uma história das contradições; cada contradição tem também a sua história.

Por isso é imperioso investigar mais a fundo a natureza **tendencial** das leis de desenvolvimento dos modos de produção e de reprodução do viver nas nossas sociedades.

7. Mas o marxismo é também uma **ideologia**, uma mundividência, uma concepção geral do mundo e da vida.

E esta sua dimensão não pode — desde logo, do ponto de vista **político** e da **luta de ideias** — ser descurada.

8. A **unidade ideológica** dos marxistas, em geral, (e dos comunistas, em particular)

— pacientemente investigada, criticamente debatida e empenhadamente vivificada (não apenas acefalamente reproduzida, como se de recitação litúrgica ou ornamento filológico simplesmente se tratasse) — é um cabedal precioso e uma força determinante para enfrentar com discernimento e com perspectiva de sucesso os problemas reais, as tarefas práticas, as alianças e os entendimentos políticos e sociais alargados que conjunturas e etapas históricas transformadas a cada passo nos colocam.

Não se trata de **sectarizar**. Nem ideologicamente, nem politicamente. Mas de ganhar em coesão e reforço, a partir do aprofundamento e do enriquecimento multilaterais de um património comum.

Não se trata de **dogmatizar**. Nem catequeticamente, nem comportamentalmente. Mas de estudar, de procurar, de formular, de clarificar perspectivas de compreensão e de orientação básicas a partir das quais somente a penetração na complexidade real das questões, a abertura ao confronto e ao diálogo com os que pensam de outro modo é possível e verdadeiramente fecunda.

9. Como já no **Manifesto** se procurava estabelecer, o **comunismo** não é um ideal moral de uma comunidade que magicamente reencontrou a sua «idade de ouro», não é uma mensagem propagandística pregada por diligentes «melhoradores do mundo» (**Weltverbesserer**) carregados das melhores intenções e predispostos para os mais estrénuos sacrifícios, não é uma fatalidade escatológica que de braços cruzados se espera em reiterações de esperança cega de recorte milenarista.

O comunismo é «um movimento histórico que se processa»³ ou, segundo a expressão de **A ideologia alemã**, «o movimento **real** que supera o estado (de coisas) actual»⁴ porque é uma **possibilidade objectiva isto é, uma possibilidade materialmente fundada** na contraditoriedade do próprio existente (e não apenas um desejo ou uma aspiração idealmente imaginados como um «dever-ser»).

O comunismo é uma **possibilidade**, mas uma possibilidade **objectiva**. É **futuro** porque é «feito»; **pode** ser feito, mas **tem de ser feito**. É se a vida humana se prolongar virá também decerto a transformar-se. Porque não é uma ficção utópica, também não é um estúdio terminal edénico, nem virá a ser servido aos que o viverem como um «presente dos deuses» ou como uma «dávada da história».

Só as possibilidades reais se materializam; mas, no âmbito histórico social, a

materialização de possibilidades reais requer incontornavelmente a prática.

A prática não decreta, não «inventa» repentinamente, condições materiais de possibilidade. Trabalha-as ao longo de complexos, de operosos, de contraditórios processos de modelação da realidade. Isto não é voluntarismo, é materialismo histórico.

10. O comunismo é uma **possibilidade real** por cujo estabelecimento, por cujo **delineamento**, pela configuração histórica material concreta de cujos pressupostos, os comunistas empenhadamente trabalham, pensam e lutam — na diversidade das etapas, dos momentos, das conjunturas.

Certos de que não haverá emancipação dos explorados sem emancipação da humanidade inteira.

Certos de que não haverá emancipação de todos os homens sem emancipação do homem todo.

Certos de que a exploração pode sem dúvida ser transfigurada, mistificada, de que pode revestir aspectos diversificados, mas de que sem a sua remoção não é possível lançar as bases de relações sociais novas, **qualitativamente novas**.

O comunismo não é uma fé nem uma entrada no paraíso: é um programa de

trabalho, de investigação, de **reconfiguração em permanência** do nosso viver histórico material concreto numa perspectiva de transformação efectiva. Por isso é, na raiz e desde a raiz, **revolucionário**.

Por isso questiona e se questiona, na compreensão e na transformação de um mundo em que prática e teoricamente, de um modo organizado, colectivamente intervém.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1990.

■ José Barata-Moura

NOTAS

1. «Die Wissenschaft war für Marx eine geschichtlich bewegende, eine revolutionäre Kraft.», F. ENGELS, *Das Begräbnis von Karl Marx*; MEW, vol. 19, p. 336.

2. Para alguns desenvolvimentos complementares poderá ler-se em conta o meu artigo «A dialéctica da cientificidade. Algumas reflexões para debate», *Vértice*, Lisboa, II série, n.º 20 (1989), pp. 43-50.

3. «Eine vor sich gehende geschichtliche Bewegung», K. MARX-F. ENGELS, *Manifest der Kommunistischen Partei*, MEW, vol. 4, p. 475.

4. «Die wirkliche Bewegung, welche den jetzigen Zustand aufhebt», K. MARX-F. ENGELS, *Die deutsche Ideologie*; MEW, vol. 3, p. 35.

Democracia eficaz — centralismo q.b.

Sofreram incríveis acelerações, embora já existissem há muito, os problemas colocados aos comunistas de todo o mundo. Assim, acontece com a globalidade e dimensão dos assuntos previstos para este Congresso, apesar da exclusão *a priori* de outros não menos essenciais, e até em estreita ligação.

Sem julgar estar a forçar a leitura, penso no entanto que até as questões essenciais colocadas estão desde logo delimitadas, numa afirmação quase explícita (4.0.4), como não discutíveis. E isto apesar de no (4.0.7) se escrever que as características fundamentais do P. não são «intemporais» nem «imutáveis»; pelo que se não compreende a frequência com que se afirma, em última argumentação: «o P. é assim e não outro». daquelas afirmações (4.0.7) era lógico concluir-se, antes, que tudo está aberto ao debate entre comunistas e que esse **todo** não é somente susceptível de meros retoques ou manifestações de boa vontade.

Não se admite, nestes tempos especialíssimos e «tumultuosos» (expressão n vezes utilizada nas Teses) das mentalidades e sociedades socialistas, que se não admitam ao debate outras plataformas. Assim o fez, para o seu 28.º Congresso, o P. que Lênine formou, retomando, de resto, uma prática do seu fundador no início dos anos 20. Julgo que também entre nós é tão sentida e necessária tal prática — e até por razões contemporâneas muito exigentes — que ela colocar-se-á com toda a naturalidade, sem prejuízos nem dramatismos.

Não tenhamos dúvidas que todos estamos empenhados numa luta política — e não «luta pelo poder» (4.3.14). Que aquela expressão (luta política) não gere pánicos, pois se assim não acontecesse é que seria preocupante, indiciando um amorfismo paralisante e letal a curto prazo. E aqui chegamos à questão de hoje: permite o «centralismo-democrático» («c-d») que nos tem caracterizado que essa acção política necessária se enquadre nas regras estabelecidas? Ou, de outra forma: as regras do «c-d» permitem realmente a potencialização, a tempo-e-horas pois a vida anda depressa, das análises dos militantes?

No «A» de 22 Fev. expressei o intuito de assumir a minha posição e experiência acerca de uma carta publicada no «M» de Fev. Não o podendo fazer ali, respondo agora, de forma mais abreviada, e a propósito do ponto 4.3 das Teses.

Não está demonstrado — e os resultados eleitorais de 89 (europeias e autárquicas) assim o mostram, que posições individuais ou colectivas não coincidentes com as da direcção e que não circulem só pelos canais da organização (a mensagem dos chamados «críticos», p.e.) moleste a expressão nacional do P. Pelo contrário, tal situação vai ao encontro do que é hoje a plurifaceta e interrogativa mentalidade política da opinião pública e, em especial, da

massa eleitoral PCP/CDU e da esquerda em geral.

Sendo assim, na minha opinião, claro!, há que alterar os mecanismos de formação de opinião no P., abrindo-se estes à real circulação de ideias, propostas e plataformas. Não confundir (4.3.15) plataformas com «fracções organizadas», sendo também abusivo concluir que aquelas representam ameaças imediatas e inevitáveis a uma única orientação política, corporizada por direcções únicas, democraticamente eleitas.

Julgo ainda indispensável e para abreviar — que existam regras que tornem obrigatória a existência **permanente** de espaços de debate nas impensas do P.; que se não condicione, quase a 99%, os militantes aos seus organismos; que os organismos não sejam orientados, salvo em situações de excepção, para discutirem só os seus muito específicos problemas. Em (4.3.13) diz-se que é uma «completa falsidade a imagem que pretende apresentar o m.do P. como confinado ao seu organismo no que se refere ao debate de ideias». Julgo que, em geral, tal não é de facto falso. E embora não aprecie apresentar casos pessoais, eu próprio, recentemente, fui impedido de assistir a uma reunião alargada sobre a situação internacional, promovida pela organização para a qual, aproximadamente há um ano, tenho infrutiferamente pedida a minha transferência. As argumentações formuladas (na base dos «deveres») eclipsam muitas vezes, se exageradas, os «direitos» e até o simples bom senso.

Sentem os militantes, de uma forma geral e na base da minha experiência: que contribuíram pouco ou nada para a linha política; que as suas opiniões, mesmo que passadas a escrito (o que nem é fomentado, nem bem aceite), tenham sido tomadas seriamente em consideração ou objecto de réplica fundamentada; que uma opinião apresentada num organismo (sempre com 3,5 ou x elementos) e mesmo que o extravaze, é mantida em redoma de vidro, sem ser sujeita à prova de fogo, que ilumine a sua justeza ou a refute, de uma apreciação alargada por terceiros; que, e sempre de uma forma geral, não se tiram conclusões eficazes do resultado de opções tomadas e concretizadas.

É globalmente esta, no seu ponto de vista e experiência, o resultado e a tendência da práxis do «c-d» que temos. **E julgo até que** — face ao esquema verticalíssimo de circulação de opiniões e de decisão que caracteriza o «c-d» (as excepções horizontais referidas (4.3.14), em si positivas, não passam no entanto de isso mesmo (excepções) e abarcam um número limitado de participantes e são em geral condicionadas a temas concretos) — **nem poderia ser de outra forma**. Porquê? Porque é o sistema que engendra tais situações, independentemente das pessoas que o aplicam, donde serem ineficazes os votos repetidos em numerosos documentos, e nestas Teses também (p.e. 1.ª parte de



Opinião

4.3.11), para que as «pessoas» corrijam coisas que fogem ao seu controlo. Assim o repetido e manifestado desejo de «consideração atenta de opiniões e críticas» (4.3.8), surge como um biombo que escamoteia o fundo da questão. Exemplo de consequências da deformação do esquema, é a própria autocritica apresentada no ponto 1.5.9 sobre uma questão nada periférica, mas antes decisiva: a informação e a posição da Direcção sobre a evolução dos países socialistas.

Resultam de tudo isto nefastos e alienatórios efeitos sobre colectivos e militantes, sendo aqueles agravados pelo somatório sinérgico destes: não existe revivificação ideológica e as orientações são muitas vezes desligadas da realidade objectiva, tendo como referência modelos julgados *a priori* como convenientes; os colectivos tendem a ficar tóxico-dependentes da opinião das direcções; militantes vão perdendo entusiasmo e os que se não domesticam à práxis sentem (ou são) marginalizados e (humanamente) são incapazes de transmitir élan aos outros; não existe responsabilização escrita — a oralidade é necessária, mas insuficiente —, não se aperfeiçoando a mais importante ferramenta das ideias; e daí, não se rasgam novos conceitos, não se fortalece o nível ideológico e, p.e., não se tornam conhecidos quadros.

O ideal comunista: possibilidade e utopia

Em face das profundas transformações ocorridas, e em curso, na URSS e nos países do Leste Europeu, e, também, daquilo que dessas transformações se reflecte (numa profunda interacção) com a situação concreta da vida nos países de sistema capitalista, nomeadamente em Portugal, o Projecto de Teses para o XIII Congresso coloca a questão do ideal comunista, da identidade comunista e da sua razão de ser no Mundo contemporâneo.

As transformações operadas nos países de sistema socialista, resultam, entre muitos factores, da necessidade de superação do atraso na aplicação do **património científico-técnico contemporâneo** no processo produtivo. Relacionam-se, também, (por interacção e reflexo) com um processo de transformação de aspectos concretos da situação interna nos países de sistema capitalista, na **absorção de conquistas do movimento revolucionário** a nível mundial, tornadas universais.

Na análise da situação criada por essas transformações torna-se necessário não perder de vista, por um lado, a especificidade dos problemas cuja superação constitui o objectivo dos processos iniciados na URSS, o encontrar as suas causas objectivas — no fundo, procurar **entender a dialéctica do desenvolvimento da sociedade socialista**. Por outro lado, é também necessário **integrar na análise a sua dimensão mundial**. A crise que atinge os países socialistas faz, também, parte de um processo global de transformação do mundo contemporâneo, sendo desse processo um factor determinante.

Esses processos conduzem ao reordenamento do mapa político mundial, em função das condições objectivas de concretização de um projecto revolucionário da vida social baseado numa **concepção socialista de organização da sociedade**. Verifica-se a universalização de um conceito de democracia que resulta, por um lado, da evolução histórica das formas da sua concretização e, por outro, das condições objectivas da sua existência. **A Democracia assume um valor intrínseco**. Mas a forma de existência da democracia é condicionada pela realidade objectiva.

A luta pela democratização efectiva da sociedade assume um **carácter revolucionário**, constituindo interesse global de todos os povos. Implicando, numa relação cada vez mais complexa e interdependente de todos os continentes, avanços e recuos na situação interna de cada país, coloca de forma cada vez mais determinante a questão da crescente **divisão Internacional do trabalho**, que implica, também, o colocar-se a questão da divisão internacional da exploração. A superioridade circunstancial do capitalismo — cuja imagem «maquilhada» constitui elemento ideológico fundamental das movimentações anti-socialistas actuais — depende, em larga medida, da **exploração internacional dos povos do chamado «Ter-**

Defendo-me, desde já... isto não nosentido de uma autopromoção, mas no sentido dos interesses do P., pois é-o a situação em que os dirigentes sejam conhecidos não só por serem isso mesmo, mas também pelo labor da sua caneta na abordagem personalizada às ideias.

A experiência própria e até a experiência internacional (e aqui ponho em destaque a flagrante contradição com o que antes é apontado como causas da crise dos países socialistas e seus partidos e o que é dito em (4.3.3), onde o «c-d» tradicional, quer no plano teórico como no prático e quase intemporalmente, é apresentado como exemplo!) aponta a necessidade imperiosa de reestruturar (fazer a perestroika...) no «c-d». Não para criar dificuldades a uma única orientação para direcções únicas, eleitas democraticamente, mas sim para não reduzir os direitos e capacidades de acção dos militantes a uma consentida expressão mínima, não lhes outorgando, ao invés do relógio da História, o real direito de defenderem alternativas — e formas eficazes de o fazer.

Uma sã metodologia dialéctica aponta para que a aceitação consciente de um centralismo q.b., dependa da qualidade dos mecanismos democráticos, e não o inverso como há quem pretenda fazer crer.

■ Luís Santos

possibilidade objectivas de protagonizar, individual e colectivamente, o processo de transformação constante da realidade.

O ideal comunista integra dialecticamente uma **concepção científica do Mundo** e uma **dimensão utópica**, motivadora da disposição para uma acção transformadora. A utopia comunista incorpora coerentemente elementos de natureza objectiva e subjectiva.

Os elementos subjectivos da utopia comunista definem-se numa vontade não objectivada de concretização dos pressupostos éticos que motivam a **assumpção da identidade comunista** — condicionada pelo nível de entendimento da realidade objectiva (em constante movimento). A possibilidade da concretização dessa vontade, não sendo visível, constitui uma abstracção do ideal.

Os elementos objectivos da utopia comunista definem-se na conjugação coerente de um **entendimento científico** da realidade com a possibilidade da sua transformação, assumindo uma dimensão utópica quando a consciência do **tempo histórico** necessário à concretização do ideal objectivado ultrapassa o **tempo possível do seu protagonismo** (i.é, o tempo de vida individual), determinando, nesse aspecto, o princípio da ab-

sorção da vontade individual do protagonismo colectivo.

**

Aproximando-nos do 120.º aniversário do nascimento de Lênine, verificamos a actualidade do seu pensamento e a necessidade da sua apropriação crítica, inclusivamente no facto de a sua contestação assentar nas mesmas razões que motivaram a cisão entre o movimento social-democrata e o movimento comunista, como surgimento de uma concepção revolucionária de Partido. Ainda hoje, passados mais de setenta anos sobre o eclodir da Revolução de Outubro, há quem procure confundir (e confundem-se a si próprios nesse propósito) dialéctica e oportunismo.

A natureza colectiva da acção partidária, os princípios orgânicos do Partido — o **centralismo democrático** —, correspondem a uma necessidade objectiva da acção transformadora a que nos propomos. A necessidade do centralismo democrático (hoje necessariamente adequado ao conceito de **democracia participativa**) baseia-se nas exigências das situações políticas concretas, e, na sua **essência dialéctica**, no fundamento ético e filosófico da identidade comunista.

■ Alexandre Branco — Lisboa

Reflexões sobre o depoimento de Jaime Gralheiro

O depoimento do bom amigo e camarada que é o Jaime Gralheiro, publicado no último número do «Avante!», suscita-me algumas reflexões («a conversar é que a gente se entende»), dentre as quais destaco as seguintes.

1. Não sei bem (rejeito a expressão) o que sejam os «países de Leste». O Japão? Ou, ficando pela Europa, a Noruega ou a Turquia? E os dramáticos acontecimentos lá ocorridos abrangem as perseguições sangüinárias aos comunistas deste último país?

Não digo isto por bizantinice, mas porque são cada vez em maior número os camaradas que se têm deixado enlear no uso de terminologias que, como esta, eram até há bem pouco tempo apanágio dos nossos adversários. E penso firmemente que as posturas ideológicas passam também (e muito) pela linguagem.

Isto, para falar agora do chamado «socialismo democrático», expressão ambígua segundo J. G. e mesmo pleonástica, que o nosso programa e as teses para o XIII Congresso de modo nenhum utilizam como sendo o «projecto do PCP». E, quanto a mim, bem!

Sem dúvida que — em especial depois das lamentáveis experiências de vários países ditos socialistas (alguns a caminho de perderem de todo esse qualificativo) — há que acentuar cada vez mais o **carácter democrático, pluralista e humanista** do socialismo. Mas como coisa que lhe é **intrínseca** e não como rótulo que se lhe cola para **disfarçar** a renúncia à essência do Socialismo, consoante os partidos social-democratas nos habituaram há muito.

O programa do PCP é bem explícito ao indicar como seu «objectivo programático a construção do socialismo e do comunismo em Portugal» e que a sociedade socialista que preconizamos «incorpora e desenvolve os elementos fundamentais... da democracia avançada».

Aliás, se quanto a esta e como fase imediata é necessariamente desenvolvido e pormenorizado, já quanto ao socialismo é prudentemente genérico e sintético.

É isso: **incorporar e desenvolver** os elementos democráticos numa permanente **construção** dinâmica e dialéctica, inerente pois ao próprio socialismo, e não justapô-los a este como algo de estranho ou artificial.

Estranhos à essência do socialismo foram os erros, abusos e graves ilegalidades de algumas das experiências reais das tentativas da sua construção (tudo isso, sim, inelutavelmente reversível) e que, sem prejuízo do que de positivo não deixou de ser construído, provocaram o afastamento da rota certa originando um «socialismo» **incompleto ou deturpado, portanto não autêntico**.

Qualificativos sedutores como «democrático», «de rosto humano» e quejandos só serão necessários (?) a quem tem essas responsabilidades históricas (nem a recente plataforma do CC do PCUS escapou ao seu uso!) e/ou se predispõe, ainda que inadvertidamente, a deixar-se absorver pela ganga ideológica da social-democracia.

Esta, sim, é que deles precisa nas suas manobras para se **apoderar**, apenas ao nível da linguagem, dos profundos valores do socialismo (que nós, comunistas portugueses, sempre defendemos) e assim **ocultar** o abandono (designadamente quando no Poder) da finalidade profunda da economia socialista — a existência de rendimentos individuais distribuídos apenas ao trabalho, unicamente garantida pela apropriação social dos meios de produção e por conseguinte sem o predomínio da sua propriedade individual, correspondente ao sistema capitalista.

Veja-se a respeito desta última questão um recentíssimo trabalho publicado por J. J. Teixeira Ribeiro, esse ancião que foi vice-primeiro-ministro do V Governo Provisório de Vasco Gonçalves e que, não sendo comunista, revela uma incomparável maior lucidez que muitos membros do nosso Partido que têm metade da sua idade.

2. A outra questão quero referir-me sucintamente.

Penso que é extremamente redutor atribuir a meras razões «históricas», relacionadas com a «longa noite fascista», a necessidade que o Partido teve de recorrer a revolucionários profissionais para neles «fazer assentar o melhor da sua organização», tal como discordo que «apenas» eles tenham passado a «intervir na formação da vontade colectiva».

Claro que algumas e não poucas vezes tem havido fenómenos de dirigismo e até de manipulação, bem como um peso excessivo do corpo de funcionários. Eu próprio tive ocasião de o criticar nalguns casos concretos.

Mas dizer que **apenas** eles passaram a ter tal intervenção é um manifesto exagero, que contraria a experiência do funcionamento democrático de numerosíssimas organizações do Partido.

Em muitos casos tem sido e é sem dúvida necessário reduzir (ou substituir, ou melhorar) os quadros funcionários — inclusive por razões apontadas por J. G., desde que não **absolutizadas**, e nalguns casos também por razões taxáveis de políticas (precisamente as dos casos de «incompetentes» a esse nível ou por imperativos de desburocratização). E isso está a ser feito um pouco por todo o lado, como é a experiência da organização distrital em que me integro e tenho responsabilidades.

Mas cuidado!

Tanto no tempo de clandestinidade como hoje, o Partido precisou e precisa de revolucionários profissionais mercê das suas características especiais de partido revolucionário que é (leninista) e que exige uma multiplicidade e intensidade de tarefas que excedem as de um partido puramente eleitoralista ou as disponibilidades de grande parte dos restantes militantes.

Por outro lado, se há e tem que haver funcionários para tarefas técnicas ou burocráticas (e muitas destas também são e podem ser desempenhadas por outros militantes), muitos daqueles têm papel relevante na formação da vontade do





Partido (com um voto igual ao de qualquer outro militante, claro) não por serem funcionários, mas exactamente ao contrário porque — pela sua disponibilidade revolucionária — puderam tornar-se funcionários e, vários deles, assumir tarefas de direcção, cuja absorvência não está ao alcance do simples militante com outros compromissos e impedimentos, mormente profissionais.

Discordo assim profundamente da afirmação de que «os funcionários deverão garantir, fundamentalmente, o funcionamento burocrático fazendo as ligações entre as várias organizações partidárias».

Tais «ligações» constituem antes uma tarefa eminentemente política e que exige grande capacidade política dos camaradas que as têm a seu cargo (funcionários ou não). Longe vai o tempo (de várias décadas, felizmente para o Partido) em que havia quem dissesse (e bem me lembro) a respeito de quadros intermédios (funcionários ou não) que... «o que é preciso é que saiba dar o recado».

Julgo pois que em muitos casos o problema não será de o Partido «ser devolvido aos militantes» mas antes de... muitos militantes serem devolvidos (devolverem-se) ao Partido.

Há situações de obstáculos objectivos à militância e há-as também de membros do Partido dela afastados, ou por efeito de erros tais como os apontados por J. G. ou tão só de autodesmobilização condicionada pelas mais diversas razões (quer pessoais, quer porque, reconhecemo-lo, neste momento o avanço para o socialismo não está na crista da onda...).

Há que tentar superar as dificuldades no primeiro caso, corrigir os erros no segundo e reanimar os paralisados no terceiro; só isso permitirá formar colectivos fortes de militantes que nem permitam discriminações entre funcionários e não funcionários (contra uns ou contra outros) nem façam os segundos depender da «vontade» ou das «ligações burocráticas» dos primeiros.

3. Uma última nota quanto ao Comité Central e ao Secretário-Geral.

Decerto não foi aquele eleito na base de tão amplas quanto desejáveis informações e discussão prévias. Mas foi-o sem dúvida mais do que nunca antes. E o Congresso Ordinário em que poderá ser renovado não virá muito longe, pelo que não compreendo que se queira agora questionar a sua legitimidade sem que muito em concreto se lhe apontem supostas más actuações suficientemente graves e determinantes da necessidade de substituição imediata.

Não invalida isto, porém, a oportunidade de eventuais alterações nos órgãos executivos.

Mas também não vejo, agora ou no futuro, que o Comité Central deva ser constituído numa base corporativo-geográfica que, não sendo embora de desconsiderar a implantação geográfica do Partido, faria correr o perigo de desconsiderar os melhores quadros a nível nacional que porventura possam existir em maior número neste ou naquele distrito e não em qualquer outro. E, claro, não vejo qualquer organização distrital a ser capaz de ter uma visão global e completa dos melhores quadros candidatáveis existentes no País — o que coloca a questão de uma melhor informação e discussão mas também a de uma certa confiança nas propostas da direcção central (a não confundir com mero seguidismo) e a indispensabilidade destas.

Quanto ao actual Secretário-Geral e à parte as razões de idade (o que ninguém, a começar por ele próprio como é sabido, tem deixado de considerar e as teses contemplam), não penso que «começa a ser um factor de divisão».

É sem dúvida um problema a resolver com brevidade, mas por forma que não se perca de todo o seu válido contributo ao Partido enquanto a sua força física e anímica lho permitir — seja num enquadramento puramente colectivo ou numa qualquer fórmula algo individual, mas não necessariamente num cargo «presidencial», muito menos meramente representativo ou consultivo.

Com a sua actual operacionalidade e apesar da avançada idade, o que é factor de divisão não é ele próprio mas sim a actuação daqueles que se divorciaram de tudo quanto ele encarna, como estrênuo defensor que é da verdadeira identidade do Partido.

Também por isso (e sem que tal implique qualquer sombra de culto da personalidade), bem é que J. G. lhe chama «homem superior».

■ Alberto Vilaça

Algumas reflexões a propósito do centralismo democrático

1. Num artigo de opinião intitulado «Viva a diferença» publicado na «Avante!» de 15 de Março passado, o cda. A. Vilaverde Cabral, partindo da premissa de que o PCP, pelos seus objectivos, é um partido diferente dos outros, deduz que tal premissa implica necessariamente um tipo de organização e funcionamento também diferente dos outros partidos.

Nas considerações que faz em defesa do seu ponto de vista, denuncia e critica acerrimamente os camaradas que têm defendido posições e/ou apresentado propostas que, em seu entender visam «modificar o que de diferente o P. tem quando comparado com os demais grandes partidos portugueses» concluindo com a advertência (servindo-se de uma citação bíblica) de que tais camaradas são «falsos profetas» e «falsos doutores» que pretendem introduzir «encobertamente», no Partido, «seitas de perdição».

Entre tais sinistros camaradas, AVC refere «os que tudo pretendem mudar e chegam a defender, por palavras inequívocas, as campanhas eleitorais dentro do Partido, dando, como exemplo, os que defendem a ideia de que no Partido se «promova o aparecimento de propostas alternativas tanto sobre as orientações a seguir como sobre os dirigentes a eleger».

Para AVC a concretização de tal ideia corresponderia exactamente às moções de estratégia do PS, PSD e CDS e significaria a introdução, no funcionamento do Partido, «do parlamentarismo, no que tem de pior, no que tem de mais alienante».

Como a ideia atrás referida foi, precisamente com as mesmas palavras, defendida por mim num artigo de opinião intitulado «O PCP numa encruzilhada. Algumas reflexões para a escolha do melhor caminho» e publicado em «o diário» em 10/Fevereiro passado, não me restam dúvidas de que, pelo menos no que se refere a este tema, sou um dos visados pelas acerbas críticas de AVC.

Saudando a franqueza e frontalidade das posições assumidas e das críticas feitas publicamente por AVC, permito-me recomendar a todos os leitores do «Avante!» a leitura atenta dos dois artigos citados na convicção de que tal leitura possa, de alguma forma, contribuir para o debate político e ideológico em curso no Partido com vista à preparação do XIII Congresso (Extraordinário), e não só.

Simultaneamente gostaria de aproveitar a oportunidade para adiantar mais algumas reflexões que me são sugeridas pelo artigo de AVC.

2. Em primeiro lugar, e partindo também, como AVC, da premissa de que o PCP, pelos seus objectivos, é um partido diferente dos outros, não deduzo daqui que a sua organização e funcionamento se devam caracterizar por ser diferentes de ou semelhantes a quaisquer outros partidos; mas antes pela observância, tanto no que respeita à teoria como à prática, de um conjunto de princípios que estejam em consonância com o seu ideal, a sua natureza e a sua identidade, e sejam susceptíveis de conduzir mais eficazmente aqueles objectivos.

Como é natural, tal caracterização deverá também ter em conta outros factores, designadamente a nossa própria experiência de luta, a experiência de luta de outros partidos comunistas e movimentos revolucionários, certos valores que constituem já património universal da Humanidade, a situação concreta em que o P. exerce a sua actividade, etc.

Se tal caracterização conduz a diferenças ou semelhanças com outros partidos, neste ou naquele aspecto, é questão que não me parece ter qualquer relevância.

3. Em segundo lugar gostaria de lembrar AVC que, por exemplo, até ao X Congresso do PC da Rússia (bolchevique),

realizado em 1921, a aplicação do princípio orgânico do centralismo democrático nunca impediu a existência e confrontação ideológica de tendências mais ou menos organizadas no seu seio.

Quando da preparação daquele Congresso começaram por existir 7 plataformas distintas as quais, no início do Congresso, se tinham sintetizado em 3 que foram submetidas à votação dos congressistas, de que resultou a votação largamente maioritária da plataforma defendida por Lenine.

É certo que neste Congresso foi aprovada também uma «Resolução sobre a Unidade do Partido», que declarou dissolvidos todos os grupos formados com base em diferentes plataformas.

Esta Resolução surgiu, no entanto, num contexto histórico extremamente adverso, e quando o PCR (b) e o país atravessavam uma profunda crise, e não como um dogma para todo o sempre, como aliás foi justificado por Lenine durante os debates.

Mas, mesmo nestas condições, a Resolução citada referia também que todas as análises sobre a linha geral do Partido ou a apreciação da sua experiência prática, a verificação do cumprimento das suas decisões, o estudo dos métodos de correcção dos erros, embora não devendo ser submetidos, em nenhum caso, à apreciação prévia de grupos formados com base em quaisquer plataformas, deviam ser submetidos à discussão directa de todos os membros do Partido, para isso o Congresso determinou também que se passasse a editar, com mais regularidade, um boletim do CC do PCR (b), e colectâneas especiais com as diferentes posições políticas e ideológicas em confronto, a fim de permitir o aprofundamento, por todo o Partido, das questões em debate.

Ao intervir sobre este assunto durante o X Congresso Lenine defendeu o mesmo que, no caso de existirem divergências fundamentadas, estas deviam ser apresentadas publicamente diante de todo o Partido; e ainda que no caso de um Congresso não conseguir chegar a posições que reúnam um amplo consenso, deviam ser eleitos para o CC representantes das principais tendências que tinham entrado em confronto no Congresso.

Certamente, para AVC, Lenine foi, no seu tempo, um inveterado defensor do parlamentarismo partidário e um agente encoberto de «seitas de perdição».

4. Após a morte de Lenine, a «Resolução sobre a Unidade do Partido» aprovada no X Congresso serviu de base para o progressivo estrangulamento da discussão ideológica e do confronto de ideias no seio do PCR (b); o boletim do CC do PCR (b) atrás citado e as colectâneas com as diferentes posições políticas e ideológicas em confronto deixaram de se publicar; apenas um núcleo cada vez mais restrito passou a decidir o que se podia ou não discutir, arvorando-se em detentor exclusivo e absoluto das posições e orientações correctas; o próprio CC deixou de ser o órgão supremo do Partido entre Congressos, começando a ter um papel cada vez mais meramente decorativo, passando todo o poder a ser exercido pelo Bureau Político e pelo Secretariado, ou mesmo apenas por parte destes órgãos ditos executivos do CC.

5. O centralismo democrático tem portanto de ter uma definição e uma aplicação prática claras, correctas e ajustadas à situação concreta, e não pode servir de capa para limitar ou mesmo anular a democracia interna do Partido e para impor ao colectivo partidário a vontade autocrática de qualquer pessoa ou grupo.

A História já mostrou suficientemente bem quão perniciosa tem sido, para a causa do Socialismo, esta perversão do centralismo democrático.

6. Numa entrevista a «o diário», publica-

da no dia 13/Fevereiro passado, o camarada Luís Sá afirmou, sobre este tema:

«O centralismo democrático tem várias vertentes e vários desdobramentos, e pode pôr-se o acento tónico neste ou naquele aspecto».

(...) «No último Congresso do PCP, o princípio foi enriquecido na sua caracterização nalgumas vertentes. Isto para dizer que não estamos parados na reflexão acerca do princípio. Outro aspecto é o de nos interrogarmos sobre se não podemos levar mais longe, independentemente da afirmação geral dos princípios, a democracia interna e a participação dos militantes do Partido».

Face ao «Regulamento para o Debate no Partido e Eleição de Delegados ao XIII Congresso (Extraordinário)» e ao «Projecto de Regulamento de Funcionamento do XIII Congresso (Extraordinário)» aprovados recentemente pelo CC do PCP interrogo-me, pela minha parte, se não continuamos a pôr demasiado acento tónico no centralismo com prejuízo substancial da democracia interna.

Vejam apenas, a título de exemplo, como é tratada naqueles Regulamentos uma das questões mais importantes a ser decididas pelo Congresso: a Resolução Política.

a) As Teses, embora elaboradas certamente com a contribuição de diversos camaradas e comissões de trabalho, são a versão aprovada centralmente pelo CC, constituindo o único documento político em discussão.

b) Durante o debate que se vai fazer em todo o Partido até ao Congresso, só cada militante individualmente considerado, ou o conjunto de membros de um organismo têm o direito de fazer propostas de alterações e emendas às Teses. Por outro lado, será de novo o CC que centralmente decidirá quais as propostas de alteração a ser incluídas ou não na elaboração do Projecto de Resolução a apresentar ao Congresso, constituindo este o único documento político submetido à discussão.

c) Durante o Congresso, muitos delegados apresentarão, certamente, propostas de alteração ao Projecto de Resolução, mas será a Comissão de Redacção que centralmente decidirá quais as propostas de alteração a ser incluídas ou não na versão final da Resolução Política a submeter à votação do Congresso.

d) A própria Comissão de Redacção, com os enormes poderes que tem, será eleita no início dos trabalhos do Congresso (quando a grande maioria dos delegados ainda não se conhece minimamente) pelo que muito dificilmente poderá ter uma composição diferente da centralmente decidida pelo CC ou pelos seus órgãos executivos.

e) O Congresso, que estatutariamente é o órgão supremo do Partido, não vai, portanto, decidir propriamente qual a orientação que pretende que o Partido adopte, mas apenas pronunciar-se sobre uma única proposta que a Comissão de Redacção lhe apresentar, não tendo por isso qualquer possibilidade de escolha de outras propostas.

7. Provavelmente AVC está de acordo com esta metodologia porque ela é diferente da utilizada pelo PS, PSD e CDS.

Pela minha parte não estou de acordo com esta metodologia por estar convencido que ela não contribui, da melhor forma, nem para o reforço da coesão e unidade do Partido, nem para a adopção das orientações mais correctas a seguir para atingir os nossos objectivos supremos: a construção em Portugal de um regime que acabe com a exploração do homem pelo homem e proporcione ao povo português a paz, a abundância, a liberdade, o respeito pela pessoa humana, a cultura, a igualdade e a felicidade.

■ Mário Lino





Cartas do leitor

• Cartas a João Maria de Freitas Branco

Li a sua carta publicada no «Avante!» de 8.3.90 e é ela o pretexto destoutra que agora lhe endereço.

O tom necessariamente cerimonioso com que o faço resulta apenas de o não conhecer e, logo, de ignorar se é meu camarada.

Vem esta precisão da necessidade de lhe garantir comprovadamente que, pelo meu lado, não correu qualquer dos riscos de «maus olhados» a que alude.

Pelo contrário.

Mas reconheço que correu outros riscos! E um deles, é o de receber uma carta como esta, em que todas as inculturas se congregam na impossibilidade da discussão e apenas deixam ao epistolante a liberdade de fazer perguntas.

E de lhas fazer a si.

Tata-se de perguntas em cujas respostas tenho meditado com algum insucesso e que, com a sua ajuda, talvez consiga tornar mais confortavelmente sólidas e fundamentadas.

Desculpe, pois, que só em interrogações me alongue daqui por diante.

1.ª O PCP é um «partido sem futuro se teimar em continuar a ser o que tem sido».

— O que tem sido o PCP?

2.ª «Tem-se gasto tempo precioso a tentar mostrar a alguns...»

— Alguns, quais?

— Onde posso informar-me das tentativas que refere?

3.ª «...que comunistas no poder violaram princípios da democracia e das liberdades...»

— Pensa que há, ainda, quem duvide dessa realidade trágica?

4.ª «... que o PCP tem responsabilidades históricas na divulgação de meias verdades ou mentiras, etc., etc.»

— Quanto às mentiras, pode indicar-me três ou quatro à sua escolha?

— Quanto aos etc., poderá, de igual modo, dar-me conta de alguns mais facilmente sublinháveis?

5.ª «... é clara a existência de um vazio teórico na esquerda marxista.»

— Em qual outra esquerda não há vazio teórico?

— Ou, de outro modo: qual a outra esquerda em que se consiga entender o respectivo conteúdo teórico?

6.ª A moderna esquerda, que caracteriza, «não se supõe única detentora do conhecimento científico da sociedade e da História.»

— Mas parte de que base científica para análise da sociedade e da História?

7.ª Também, esta moderna esquerda, «promove a redefinição da classe operária.»

— Embora omitindo alguns argumentos já conhecidos (evolução de processos, avanço tecnológico, etc.), seria muito longo dizer-me a que definição já se chegou?

8.ª A mesma esquerda, «deixa de considerar a luta de classes motor único da História.»

— Ainda que não sendo motor único, que importância lhe atribui (à luta de classes) uma vez que a não nega?

— Ou interpreto mal e a luta de classes acabou?

9.ª A moderna esquerda, «...valoriza a democracia em detrimento do centralismo.»

— A que democracia e centralismo se refere?

— Ao Centralismo Democrático do PCP ou a outro qualquer centralismo?

10.ª Seguindo-o sempre, leio que a moderna esquerda «não confunda adversário com inimigo.»

— Será por exacerbado maniqueísmo que (salvo raras excepções) não consigo distinguir completamente, em política, a fronteira que separa o adversário do inimigo?

11.ª Como sabe, temos tido em Portugal diversas esquerdas. Também por essa Europa grande tem havido e há diversas esquerdas.

— Ainda que entendendo a sua «pluralidade de paradigmas», há entre essas esquerdas alguma paradigmática da «esquerda de novo tipo» a que alude?

12.ª Sugere, quasi a terminar que o XIII Congresso do PCP crie «as condições necessárias à rápida concretização de uma aliança de incidência governamental com o PS.»

— Pondo de lado a questão menor que o vocábulo «rápida» me sugere, fica-me uma dúvida de diferente dimensão: Conhecidas as propostas claras que o PCP tem feito ao longo do tempo nesta

matéria, que atitude concreta pode tomar o Congresso na prossecução útil de tal objectivo?

E quando escreve «condições necessárias» a que exactas condições se refere?

Para que daquilo que lhe escrevo a minha posição não possa sair ferida de ambiguidade, deixo-lhe uma última pergunta e duas pequenas notas:

1.ª nota: escrevo-lhe com total «tolerância para a diferença» que se infere das suas certezas e das minhas dúvidas.

2.ª nota: apesar de assim ser, não entenda as perguntas que lhe faço como perguntas-argumento. Entenda-as tal qual são. Apenas perguntas.

E, posto isto, aí vai a última que lhe anuncio:

— Pensa V. que o actual secretário-geral do PCP é um estorvo. Estorvo à mudança para qualquer coisa. Estorvo ao futuro, em suma?

Diga-me: porquê?

Será errado considerar que uma grande parte do nosso presente positivo foi, exactamente, o futuro que este homem perseguiu e ajudou a perseguir durante as últimas dezenas de anos?

Será justo acusá-lo de erros inexplicáveis e condenatórios?

Será romantismo recordar a sua coragem e a sua dívida?

Será utopia louvar a sua firmeza e a sua dignidade?

Será mitificação considerá-lo um símbolo e uma referência indispensável?

Será sectarismo avaliar-lhe o pensamento e descobri-lo rigoroso, fundamentado e jovem?

Enfim,

Será ignorância pura, patológica e sem remédio, toda a ignorância que lhe confesso nesta carta?

Desejo-lhe saúde e bem estar.

P.S. Já depois de escrita esta carta, não segui a sua direcção em Berlim. Contudo, de algum modo lhe hei-de fazer chegar. Como? Não sei ainda. Mas fica o aviso: de uma forma ou de outra as minhas perguntas cairão na sua secretária.

■ F.E. Oliveira Marques
Linda-a-Velha

Art.º 55.º: para que se não esqueça

Num momento em que tanto se fala de abusos de poder, utilização de cargos em benefício próprio, corrupção, etc., de dirigentes de partidos comunistas e se procura, no âmbito da feroz campanha anticomunista em curso, identificar dirigentes do PCP com tais processos e situações parece-me bastante oportuno uma reflexão, ainda que sintética, sobre este importante e significativo artigo, o 55.º dos nossos Estatutos, aprovado no XII Congresso em Dezembro de 1988 e que diz:

«1. Os militantes eleitos para cargos públicos (Assembleia da República, Assembleias Regionais, Autarquias, Parlamento Europeu) em listas promovidas pelo Partido, conduzem, no exercício dos seus cargos, uma actividade de acordo com a orientação política definida pelo Comité Central e, aos diversos níveis territoriais, pelos organismos dirigentes respectivos, e têm o dever moral de manter sempre os seus mandatos à disposição do Partido.

2. Os militantes eleitos para cargos públicos têm o dever de empenhar, no exercício das respectivas funções, todos os esforços e capacidades na defesa dos interesses do povo.

3. Os membros do Partido no desempenho desses cargos não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente por tal facto.»

Sem dúvida que esta simples citação dos Estatutos seria, só por si, mais que suficiente para mostrar aquilo que só não vê ou sabe quem não quer ver ou saber.

No entanto, e se estiver errado que mo digam, não me parece de mais recordar:

1.º — Que a proposta de inclusão deste novo artigo partiu da Direcção do PCP.

2.º — Que ela visava formalizar estatutariamente um princípio desde há muito instituído no PCP por iniciativa da sua Direcção.

3.º — Que alguns membros do Partido, raros refira-se, que procuram identificar a Direcção do PCP com práticas erradas e condenáveis, agora conhecidas, de alguns dirigentes

partidários de países socialistas, curiosamente foram os que mais se opuseram à inclusão deste artigo nos Estatutos.

4.º — Que há um ou outro caso, como o de Zita Seabra já expulsa do PCP, em que os cargos são aproveitados em benefício próprio, assim como alguns outros em que membros do Partido, indevidamente, são beneficiados pela ocupação de cargos; mas nunca nestas situações negativas estiveram envolvidos dirigentes do PCP.

5.º — Que é sabido que os dirigentes do PCP recebem os vencimentos das respectivas profissões e os que são funcionários do Partido não recebem mais do que o respectivo salário, devolvendo ao Partido ou à AECOD os excedentes nos casos em que ocupam cargos públicos.

Exposto o princípio do Partido e a prática, tanto quanto sei, da sua Direcção Central, importa agora perguntar se em todo o Partido e muito especialmente nos seus organismos dirigentes, do C. Central às C. de Freguesia, se tem dado atenção necessária para que se respeite este princípio tão importante, por parte de todos os membros do Partido eleitos em Câmaras, Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia.

Isto porque na verdade há um número de membros do Partido eleitos no Poder Local, número que importa determinar, que não respeita este princípio estatutário.

Claro que nenhum partido ou eleito de outra força política nos poderá apontar o dedo para nos acusar de ter eleitos que beneficiam de ocupar cargos públicos.

Primeiro, porque os chorudos vencimentos que se pagam aos eleitos foram estabelecidos pelo PSD, PS e CDS para segurar clientelas e não pelo PCP que tem estado contra esses aumentos escandalosos.

Segundo, porque os eleitos dessas forças políticas se batem no geral para serem eleitos precisamente pelos tachos que isso representa, já que ficam com o dinheiro para si.

Terceiro, porque independentemente dos vencimentos, os eleitos comunistas se caracterizam pelo seu trabalho, honestidade, competência e dinamismo ao serviço do povo e do País.

Mas já para a classe operária e restantes trabalhadores, já para o povo deste país, que são a razão de ser do PCP se torna uma questão da maior importância que os comunistas se afirmem não só por aquilo que dizem, mas muito particularmente por aquilo que fazem.

É neste sentido que me parece importante chamar a atenção de todo o nosso Partido e em especial aos nossos eleitos para o Art.º 55.º/Para que se não esqueça...

■ J. Baptista — Évora

Carta de uma leitora

A contestação que (subitamente?) desabrochou nos países de Leste — países que até há pouco eram o ponto de referência para a justiça social que nós, os comunistas, queremos no nosso País — veio sacudir as nossas cómodas certezas. De repente começamos a interrogar-nos, sentimos vivíssima essa necessidade.

Os povos que julgávamos felizes a cominho do comunismo levantam-se para lutar pela democracia, pela liberdade que, afinal, não tinham.

Não se pode duvidar, com honestidade, das vantagens que advieram para esses povos com a (tentativa de?) prática do socialismo, mas o modo como tentou impor-se o ideal socialista é que não foi, pelos vistos, o mais correcto, o mais justo.

A reacção e os não comunistas aproveitam a inesperada oportunidade que se lhes depara para denegrir, com laivos de razão, o ideal socialista e os comunistas.

À angústia — porque angústia é, sobretudo para os que tentámos construir uma vida na base dos princípios que julgávamos inabaláveis, por muito que a dialéctica operasse, e hoje já pouco tempo nos resta para readquirirmos certezas e concretizarmos esperanças — à angústia, dizia, do que ouvimos e vemos na televisão, junta-se a de sabermos que vozes críticas se levantam também no nosso próprio Partido sem que argumentos concretos e claros da parte deste nos ajudem à contraposição.

Por quem sabemos que essas vozes discordantes ou somente críticas se levantam? Pela televisão/arauto do Governo PPD, pelos jornais conservadores, pelos reaccionários, portanto em informação deformada que os próprios camaradas críticos, depois, têm fracas possibilidades de denunciar.

Procuramos a informação no nosso Partido. Sob os mais diversos subterfúgios ela não nos é prestada ou é mesmo escamoteada.

Ficamos como que à deriva.

Há dias e creio que pela primeira vez após o eclodir destes acontecimentos, o PCP organizou um debate, no Porto, sobre «Democracia e Socialismo». A Mesa era constituída por responsáveis da DORP e do Comité Central. Mas o atraso com que o Partido está a chegar ao debate da revolução que se opera nos países de Leste e das suas possíveis consequências no nosso Partido, cristalizou já posições que dificultam, agora, uma informação desmencionada.

Camaradas que de modo correcto puseiram à discussão as suas razões para discordarem do que chamam e alguns provam ser falta de democraticidade na vida interna do PCP, foram achincalhados, perante a passividade da Mesa, por outros camaradas, também dignos de respeito mas para quem, parece, ser bom militante é ser apensante e acrítico.

Enquanto o programa do nosso Partido consagra a democracia e a consequente troca de opiniões, alguns dos seus dirigentes e alguns dos seus militantes tentam impedir esse livre debate de opinião, tentam impor a ditadura de ideias... contra que os povos dos países de Leste se levantam hoje em peso.

Há mais de um ano que procuro resposta para a minha natural perplexidade perante os acontecimentos. Não a encontro no meu Partido. No Partido a que aderimos conscienciosamente quando não era fácil fazê-lo. No Partido a que queremos pertencer hoje apesar (ou por isso mesmo) do que está a suceder nos países de Leste, porque queremos que seja e cremos que é o Partido Comunista Português o único no nosso País, capaz de vir a pôr em prática os princípios emblemáticos do socialismo. No Partido que desejo inicie com vigor, honestidade e humildade o debate sobre a luta ideológica a travar no momento dramático que estamos a viver; o debate, não a sessão de esclarecimento demagógica, soliloquia. No Partido que desejo esteja à altura moral de exigir-nos, aos comunistas, militância da democracia das ideias, dos actos, das atitudes. No Partido que desejo seja capaz de ensinar-nos a reflexão, a consciência, seja capaz de ensinar-nos a combater a emoção gratuita. No Partido que desejo seja realmente um Partido Comunista imprescindível à democracia portuguesa e o seja com uma força moral incontestável.

■ Eunícia Salgado — Porto

■ Diálogo e dialéctica

A propósito do debate actual, em vésperas do XIII Congresso (extraordinário) do PCP, convirá lembrar que a emergência pública de alguns dos primeiros «críticos» se fez, em vésperas do XII Congresso, em nome do leninismo. No espaço de alguns meses porém, esses indefectíveis leninistas volveram-se em antileninistas declarados. É evidente que uma tão súbita evolução, ou cambalhota teórica, não pode assentar em quaisquer razões teóricas válidas, ou sequer compreensivelmente respeitáveis, pois se é sabido que só os tolos não mudam de opinião, também é sabido que só os tolos mudam de opinião de um momento para o outro.

Como é de supor que esses críticos não são tolos, serão, digamos «pragmáticos». (cf R. Rorty, «Consequences of Pragmatism», 1982, e/ou a abundante produção teórica de E. P. Coelho, Mega Ferreira, Cavaco Silva, etc.).

Seja como for, o que importa realçar é que, para este tipo de críticos, e para lá de alguma especulação sociológica avulsa, não é a análise teórica da realidade social concreta que sustenta as suas opções e prática políticas, mas pelo contrário, são os objectivos imediatos da luta política que os levam a procurar justificações em teorias adrede convocadas, e logo desconvocadas, se necessário. Curiosamente, e como é sabido, é esta inversão das relações de prioridade entre a análise teórica e a prática política que caracterizam fundamentalmente o estalinismo teórico. Como é de supor que este críticos não são estalinistas, serão, digamos, «demagogos». (cf. «Diário de Lisboa» de 5/03/90, pág. 10, coluna 5).

Recolhido pois o leninismo ao arneiro (até n'outra ordem, nunca se sabe), novas armas são activadas, e do arsenal teórico crítico emerge agora a «dialéctica», implícita ou explicitamente convocada em várias cartas de leitores publicadas recentemente na respectiva secção do «Avante!». Ora se não é lícito duvidar das boas intenções políticas de alguns

destes novos «críticos», ou «meios-críticos», convirá no entanto lembrar que: «A dialéctica é difícil. Implica o ir muito além do "bom senso" cartesiano, descendo a um outro plano de profundidade». Devemos esta justa advertência a João Maria de Freitas Branco («Dialéctica, Ciência e Natureza», Ed. Caminho, 1989, p. 68). Originariamente, a dialéctica é com efeito a «arte do diálogo», e se ao longo da história da Filosofia o termo teve os mais variados significados, é com Hegel que assume um sentido completamente novo, em relação ao qual o mínimo que se pode dizer é que as crises não são superáveis através do simples «diálogo» dos contrários, para não falar já de Marx em que a negatividade e a contradição estão no cerne da própria dialéctica.

Retroceder para uma concepção puramente «dialogante» da dialéctica tem como consequência, em termos de teoria e prática social, ignorar que o diálogo só é possível, e eventualmente produtor de verdadeiros consensos, quando se processa entre iguais, coisa que está longe de acontecer na realidade social, em que predominam as relações de força.

Claro que no interior do Partido o diálogo é possível, desejável e necessário, inclusive com todos os «críticos» se e enquanto o quiserem, porque se trata de um diálogo entre iguais: militantes com os mesmos direitos e deveres. O problema é que alguns «críticos» se arrogam direitos especiais, ou privilégios, tentando valer-se das relações de força que no exterior do Partido lhe são naturalmente favoráveis.

Quanto ao problema de fundo, é público e notório que se há «críticos» que decidiram meter o marxismo-leninismo na gaveta, outros há que mantêm a gaveta entreaberta, posições que não é legítimo anatematizar à partida indiscriminadamente como social-democratas — só a prática fará oportunamente a necessária discriminação, o que não deixa de ser um critério, este sim, legítimo e superiormente pragmático.

■ Acácio El. da Silva Graça — Porto

Ainda, o INES e outras questões

Poderá parecer pretensioso para quem vive na Emigração, a milhares de quilómetros de distância opinar sobre um assunto aparentemente complexo, mas, que por violar elementares normas partidárias configura com suficiente clareza acção desagregadora, levada para dentro do partido.

Embora a distância não favoreça um conhecimento detalhado do assunto (questão de pormenor) mas, para quem acompanha a imprensa do partido e, compulsoriamente recebe toda a carga de informações tendenciosas geradas nos meios de comunicação apostados no anticomunismo, não é difícil concluir que algo de grave está sendo praticado contra o partido dos Trabalhadores e do Povo, em Portugal. Presta-se assim, um grande serviço à direita reaccionária, anti-socialista e visceralmente anticomunista. Talvez, até, que esse, não seja o desejo dos membros discordantes da linha adoptada pelo partido, mas que prestam, é facto notório.

E mais, ainda, pela respeitabilidade de alguns dos dissidentes, alcançada, mercê de sua cultura e competência, que, levada para a acção política prestaram alguns serviços à Democracia e ao Socialismo, enquanto comunistas. Como é que, de repente, resolvem levar para fora do partido a discussão dos seus pontos de vista, suas novas concepções do socialismo, não obstante membros do partido?, ferindo assim, normas, estatutos, decisões da maioria aprovadas em Congresso que todos, voluntariamente, aceitaram respeitar e cumprir? Alguns, nem tão de repente assim, pois seu discurso de enfrentamento contestatório, vem de longe.

Será isso o reflexo da onda de Liberalismo privatizante que os meios de comunicação fazem circular pelo mundo, onde, até, já se declara a falência do socialismo e o enterro do comunismo? Seria simplório de mais para pessoas de Q.I. tão elevado, se assim fosse.

Pejorativamente acusa-se o partido de ortodoxo, obreirista e etc. O partido é hoje o que sempre foi: um partido de classe, fiel às suas origens e à sua história. O partido de obreiros, operários e ganhões, de mulheres-a-dias e empregados de balcões, como já dizia o poeta. Mas nem só. É, e sempre foi o partido da juventude que anseia por um futuro de Paz; dos intelectuais, dos artistas que põem a sua arte e conhecimentos ao serviço da mesma

causa dos Trabalhadores e do Povo. Dos pequenos proprietários, dos pequenos industriais e comerciantes que entendem que o direito de propriedade não é conflitante com a função social a que a mesma se deve prestar.

Espanta-nos o facto de, um grupo de seus membros, à revelia do partido e de dentro dele, fundarem um organismo com o objectivo económico e social, à apreciação da teoria e da prática do Movimento Comunista, a que deram o nome de INES. Tudo isto respaldado no alegado direito de «Intervenção Cívica».

(...)

■ Manuel Lourenço Neto
Niterói — Brasil

Dois a dois

Sinceramente é de elogiar que um dirigente como o Vítor Dias desça a terreiro, e de forma tão despojada, a procurar responder a uma crítica. E já que estou em maré de concordâncias, confirmo que a frase que VD respiga na 1.ª parte do ponto 4 está, lamentavelmente, incompleta. Embora não seja nada seguro que todo o eleitorado CDU, e em especial no seu melhor resultado de autárquicas (Évora, Almada, Loures e Amadora) se identifique totalmente com o projecto do P. Na 2.ª parte do mesmo ponto, VD, não explicando porque não escreveu a 16.ª proposta (essencial), tenta fazer crer que tinha material para o fazer. Evoca um doc. de há 3 meses (ainda com a tinta fresca), não cita outros mais antigos e sugere até as Teses (na altura ainda sem tinta). Mas fiquemos pelo citado ponto 5: tendo 5 parágrafos, 2 são circunstanciais, sem conteúdo; outro refere os tais «atrasos, erros e deformações». Outro enumera as causas mais aparentes da crise, mas não creio que a sua formulação, substancialmente discreta, servisse os intentos, tanto mais que 15 dias depois estava prevista uma autocritica da direcção pelo atraso na apreciação da situação. Resta o 5.º parágrafo — em que se manifesta preocupação pelas «notícias que acabam de chegar da repressão a manifestações na Roménia». Ainda bem que não foi evocado por VD, pois uma semana após o seu artigo no Exp., o lamentável e enigmático artigo «Dias Sangrentos na Roménia — uma grande mistificação televisiva?», no «A», fá-lo-ia honestamente arrepender-se de o ter feito. E já agora o «vivamente» da minha resposta deve-se também à situação internacional, mas não só. É que tudo o que se refere ao PCP, o meu único P, desde que uns «safanões a tempo» da repressão fascista a um jovem dirigente estudantil, me acordaram para a política, me faz vibrar «vivamente». Temperamentalmente, dizem que sou um emotivo — o contrário de premeditado.

Quanto ao ponto 3 admiro a ginástica mental de VD, para me convencer que na «evolução progressista da sociedade humana» se pode interpretar como certa a referência a ideologias, doutrinas e escolas de pensamento. Mantenho contudo que nestas questões não se pode ser tão mediático, a exigir explicações posteriores, já em posição de desequilíbrio, mesmo que controlado.

Quanto ao ponto 2, das duas, uma: ou eu tenho razão e VD se refere de facto a membros do P. nas páginas do Exp.; ou fico estupefacto. Pois será que ao reclamar, nas últimas linhas, dos «comunistas portugueses», «rígido», «transparência» e «espírito efectivamente inovador» para o «prosseguimento da renovação do PCP», procurava convencer os não-comunistas a darem, também, uma «forcinha»? Se tal o caso, aconselho-lhe (...) a leitura da opinião do último «A», intitulada «Os comunistas que queremos ser».

Finalmente o ponto 1 — concepções versus práticas. Como não estou nada vocacionado para fazer parte do areópago dos deuses das ideias puras, raramente consigo dissociar uma coisa da outra. Só se folheio certa filosofia, ou leio um grafismo-poema do Melo e Castro ou aprecio uma tela puramente abstracta. Em política nunca me ensinaram a fazê-lo, pelo contrário. A partir de agora em questões de orientação terei o cuidado de indagar: isto é para valer?

Ponto final? O filme dos acontecimentos é assim: VD começou o diálogo no «Expresso»; eu respondi no «A»; VD replicou; eu, hoje, re-replico. 2 a 2. Estamos quites? E sem desvalorizar estas pequenas polémicas, bem-vindas e com alguma tradição, vamos de facto ao «terreno mais elevado do debate e que melhor corresponde às necessidades do P.». Assim, estarei na opinião.

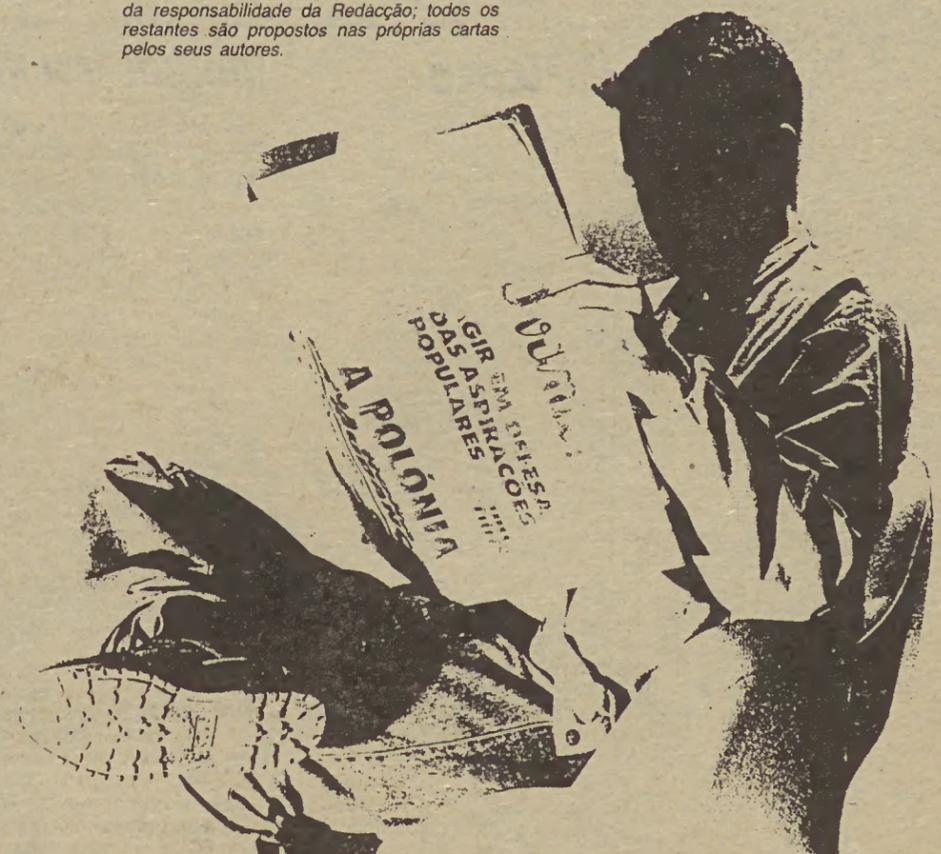
■ Luís Santos — Lisboa

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX



Nota — Os títulos antecédidos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.





«Nas reuniões em que eu estive...»

A preparação do próximo Congresso está a exigir de todo o Partido um grande esforço para dinamizar, alargar, e elevar o debate em torno das Teses apresentadas, por forma a enriquecê-las com as necessárias contribuições que farão delas um instrumento importante para a intervenção dos comunistas na sociedade portuguesa. Com este objectivo decorrem já por todo o País plenários e outras iniciativas, em que participam centenas de militantes interessados em dar

resposta às questões que se colocam actualmente ao nosso Partido e a todos os comunistas. No passado fim-de-semana realizaram-se numerosas sessões-debate em que participaram camaradas da Direcção do Partido. O «Avante!» recolheu alguns depoimentos que reflectem o estado actual da discussão, preocupações, inquietações e propostas para melhorar a nossa intervenção.

Vamos sair fortalecidos do debate

Albano Nunes participou em três sessões no passado fim-de-semana, nomeadamente com o sector intelectual do Porto, onde estavam cerca de sessenta camaradas, com o sector dos serviços, com cerca de uma centena de militantes, e um plenário em Matosinhos. Instado pelo «Avante!», Albano Nunes, membro do secretariado do Comité Central do PCP, comenta aqueles encontros:

«Globalmente qualifico de muito construtivas as três reuniões, onde registei um grande número de intervenções orientadas para tirar lições dos acontecimentos nos países socialistas, com vista a aperfeiçoar o nosso próprio trabalho. Esta ideia marcou todas as sessões e considero-a particularmente construtiva.



«O tom geral dos debates revelou acordo no que respeita à identidade do Partido, suas características fundamentais, que importa manter e reforçar, embora tenha surgido uma ou outra voz interrogando-se, designadamente no sector intelectual do Porto, sobre se os acontecimentos nos países socialistas não eram fruto da própria teoria que defendemos.

«Apareceram, por vezes, posições segundo as quais nas Teses do Partido não há ponta por onde pegar; outras, pelo

contrário, afirmam que está tudo bem e tentam justificar o que está mal, faltando a nota crítica autocrítica e, o que é pior, a contribuição. Porém, entre estes dois extremos aparece um grande conjunto de intervenções, muito ricas, inquietas, preocupadas mas com espírito de partido, e orientadas de facto para a melhoria das teses e desde já para a melhoria do nosso trabalho.

«Na opinião de alguns camaradas, a autocrítica do Partido no que diz respeito ao conhecimento e informação das realidades dos países socialistas, contida nas Teses, deveria ser aprofundada.

«Por outro lado, foi também dito que as teses deveriam dar mais atenção às causas objectivas de carácter económico, aos condicionamentos externos, que originaram os fenómenos negativos nos países socialistas, bem como deveriam dar mais atenção aos novos traços do capitalismo e à sua situação real.

«A este propósito, referiu-se que o nosso trabalho de informação e propaganda, deveria dar mais atenção, por um lado, às conquistas do socialismo, que apesar de tudo existem mas estão a ser obscurecidas, e, por outro, ao capitalismo, às suas desigualdades flagrantes e contradições.

«No que diz respeito às questões de democracia interna e da unidade do Partido, quero sublinhar que surgiram muitas críticas a camaradas que, em lugar de exprimirem as suas opiniões e darem a sua contribuição dentro do Partido, fazem-no por vezes na comunicação social com efeitos negativos.

«A ideia que trago é que o Partido vai sair fortalecido deste debate, e quer no plano teórico e ideológico, quer no plano orgânico, e vai estar em melhores condições para enfrentar as difíceis tarefas que temos pela frente.»

Estimular a participação e o estudo das teses

Henrique Sousa, membro do CC do PCP esteve em três iniciativas nos passados dias de sexta-feira, sábado e domingo, respectivamente na Mague, na Amadora, com os militantes da Freguesia da Reboleira e em S. Bartolomeu de Messines, num almoço de aniversário do Partido. Ao «Avante!», deixou as suas impressões:

«As três iniciativas ilustraram, da parte dos camaradas presentes, a consciência da importância do debate que está proposto, grande preocupação com os acontecimentos em curso nos países socialistas do Leste europeu, necessidade de debater o nosso projecto, a nossa identidade e o nosso conceito de socialismo.



«Por outro lado, nalgumas reuniões, foi referida também a urgência de examinar as questões da vida partidária, e responder a um conjunto de insuficiências, dificuldades e mesmo erros do trabalho de organização do Partido.

«No almoço de aniversário do Partido realizado em S. Bartolomeu de Messines, notou-se grande participação, um ambiente de alegria e convívio, que aliás testemunha um activismo e intervenção conhecidos do Partido naquela freguesia, onde temos a presidência da Junta e uma boa organização.

«Nessa iniciativa procurou-se dar uma primeira informação sobre o conteúdo das Teses e sobre os temas, problemas e orientações em debate neste Congresso. Dado até o carácter da iniciativa não houve condições para uma discussão muito desenvolvida.

«Nas reuniões com a célula da Mague e da Reboleira fez-se uma primeira abordagem geral das Teses, passando-se depois à discussão.

«Esta discussão foi tanto mais viva quanto é verdade que em ambos os casos se registou uma reduzida presença de militantes, não só comparativamente com a força e o volume de efectivos dessas organizações.

«Os camaradas da célula da Mague decidiram elaborar um plano de plenários, tendo em consideração o local de residência dos militantes, como forma de estimular a participação, que culminaria com uma assembleia para a conclusão do debate e eleição de delegados.

«Nas intervenções de militantes da Reboleira ressaltou a ideia de que, para além das propostas contidas nas Teses, há um grande interesse em discutir a prática concreta do trabalho partidário a vários níveis, tendo sido anotadas por vários camaradas críticas e insuficiências.

«Por fim é de salientar a apreensão manifestada relativamente aos processos de crise, em curso nos países socialistas, à sua evolução e consequências para o nosso ideal, projecto, identidade e nossos princípios. Há por isso a necessidade de aprofundar o conteúdo dos nossos princípios de funcionamento, à luz daqueles processos.

«Contudo, é também claro que as causas dos nossos problemas e insuficiências de funcionamento e de organização não podem ser procuradas por transporte mecânico de situações criadas noutros países.»

Rectificação



PCP
UM PARTIDO PARA O NOSSO TEMPO

IV DELEGADOS POR FREGUESIA
1. No âmbito da actividade preparatória do Congresso, o Comité Central do PCP decidiu convocar para o dia 13 de Maio de 1990, em Lisboa, a primeira sessão do XIII Congresso Extraordinário do PCP. Esta sessão terá lugar no Auditório do Palácio da Assembleia da República, às 10h00, e será aberta pelo Presidente do Comité Central, António Costa Gomes. O objectivo principal desta sessão é a apresentação das Teses do Congresso e a discussão das propostas de trabalho para o período compreendido entre a realização do Congresso e a realização do XIV Congresso Extraordinário do PCP, em 1992. A sessão será aberta pelo Presidente do Comité Central, António Costa Gomes, e será seguida de um debate sobre as Teses do Congresso. O debate será moderado por um dos membros do Comité Central. A sessão será aberta às 10h00 e terá duração de 4 horas. O ingresso é livre e não há necessidade de inscrição prévia. A sessão será transmitida em directo por televisão e rádio. A sessão será aberta pelo Presidente do Comité Central, António Costa Gomes, e será seguida de um debate sobre as Teses do Congresso. O debate será moderado por um dos membros do Comité Central. A sessão será aberta às 10h00 e terá duração de 4 horas. O ingresso é livre e não há necessidade de inscrição prévia. A sessão será transmitida em directo por televisão e rádio.

Melhorar a nossa intervenção junto das massas

Os comunistas de Manteigas, Seia, Gouveia e Guarda estiveram reunidos para analisar e discutir as Teses do Congresso. Em todos estes plenários participou Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central do PCP, que expôs ao «Avante!» a sua opinião sobre aquelas iniciativas:

«Devo dizer que, em geral, nas sessões a que assisti, a participação esteve muito aquém das necessidades actuais do Partido. O que não significa que durante o debate não tenham aparecido ideias muito importantes para avaliar do estado de espírito do Partido e empreender um debate ainda mais profundo sobre a ordem de trabalhos do Congresso.



«As conclusões que tiro destas reuniões é que os militantes estão muito preocupados e inquietos com o que se está a passar no mundo e particularmente nos países socialistas, e não encontram respostas para todos estes problemas.

«Neste sentido as Teses são um ponto de partida para a análise destes problemas e para encontrar as respectivas respostas.

«Há muitos camaradas que não têm comparecido às reuniões e creio que a sua participação é fundamental para encontrarmos um caminho colectivo e saídas colectivas para a explicação e para o trabalho futuro do Partido.

«Se o Partido, entendido como colectivo, considera que há uma situação internacional e nacional nova, que é necessário reestruturar o trabalho de direcção, se existem pistas bases para analisar processos que são muito profundos, então é necessário que todos os militantes acompanhem e eventualmente corrijam, emendem, apoiem, risquem; e isso só é possível sabendo, não o que os outros dizem que nós dizemos, mas aquilo que realmente nós dizemos ao nível do Comité Central.

«Nas sessões surgiram um conjunto de perguntas que decorrem directamente de uma situação, em que, em termos de ideias dominantes, as forças conservadoras, pró-capitalistas, liberais, reformistas, social-democratas impõem por vezes um terreno no qual os militantes comunistas, face à vastidão e amplitude dos problemas, nem sempre encontram todas as respostas.

«É necessário que os membros do Partido, lendo as teses, discutindo-as, encontrem pistas e bases para responder ao eixo central do ataque das forças anti-comunistas ao Partido Comunista, aos países socialistas e ao socialismo.

«É importante, ainda, que esta campanha não leve ao enconchamento, mas partindo do programa actual, que também contém elementos que funcionam como medidas cautelares em relação a situações verificadas nos países socialistas, o Partido se vive para fora a explicar e leve os nossos documentos à população. É desta forma que o debate interno tem sentido, não para ficarmos toda a vida a discutir e virados para nós próprios, mas para que a nossa intervenção junto das massas possa ser mais convincente e mais esclarecedora.

Por gralha tipográfica, na edição adicional ao «Avante!» feita pelo DEP/PCP sobre o Regulamento da Fase Preparatória do Congresso vem referido no ponto 30 que «as assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão estar terminadas em 7 de Maio», quando a data correcta é a 13 de Maio.

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 847

22 de Março de 1990

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

22

*** LISBOA**
Plenário de militantes do Sector Público para discussão das Teses para o XIII Congresso (tema: os acontecimentos nos países socialistas e suas repercussões). Participação do camarada **Albano Nunes**. Às 19.00, no CT António Serpa (3.º andar).

Plenário da célula do Metropolitano - no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do sector Escritórios da OLL para discussão das Teses para o Congresso - às 19.00, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, com participação do camarada **Aurélio Santos**.

Plenário de militantes das freguesias de **Sto. Condestável** e **Sto. Isabel** no Centro de Trabalho Pedro Soares (Campo de Ourique), para discussão das Teses para o XIII Congresso, com a participação de **José Casanova** - às 19.00.

Plenário da célula do Banco Fonsecas e Burnay para discussão das Teses - às 17.00, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação do camarada **Joaquim Judas**.

*** ALGUEIRÃO**
Plenário da célula da Hoehst, no Centro de Trabalho, às 18.30, com participação do camarada **Manuel Baltala**.

*** AMADORA**
Plenário da célula dos Reformados da **Damaia** para discussão das Teses - no CT local, às 16.00.

*** SANTARÉM**
Assembleia do sector Serviços da cidade para discussão das Teses - às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada **Raimundo Cabral**.

Reunião de Reformados para discussão das Teses - às 15.00 no CT concelhio.

*** AVEIRO**
Plenário de militantes da organização concelhia para apresentação e discussão das Teses - no Centro de Trabalho, às 21.30, com participação do camarada **Sérgio Teixeira**.

pação do camarada **Carlos Carvalhas**. A partir das 21.30 no Centro de Trabalho da Boavista.

*** GAIA**
«Os acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões. O ideal comunista e a natureza e identidade do PCP» - debate promovido no âmbito da preparação do XIII Congresso, com participação do camarada **Edgar Correia**. No Centro de Trabalho, às 21.30.

*** MATOSINHOS**
Reunião de activistas da CDU de **Sto. Cruz do Bispo** - na Junta de Freguesia de **Sto. Cruz do Bispo**, às 21.30.

*** ALMADA**
Jantar-convívio assinalando o 69.º aniversário do PCP - no Centro de Trabalho, com participação do camarada **Manuel Sobral**. Às 20.00.

*** CORUCHE**
Reunião da célula da Câmara Municipal para discussão das Teses para o XIII Congresso - às 17.30.

*** CASCAIS**
Debate sobre a situação internacional, no âmbito da preparação do XIII Congresso - às 21.30, no CT, com a participação do camarada **Miguel Urbano Rodrigues**.

*** LISBOA**
Plenário distrital de quadros das células de empresa e sectores profissionais promovido pela DORL no âmbito da preparação do XIII Congresso, com participação do camarada **Álvaro Cunhal**. A partir das 20.00 no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

«A actualidade do marxismo-leninismo» - debate no Centro de Trabalho de Arroios com a participação do camarada **José Casanova**. Às 21.30.

*** PORTIMÃO**
Apresentação pública e debate das Teses para o XIII Congresso do PCP. Na sala de conferências da Câmara Municipal (edifício da CM), às 21.30, com participação do camarada **Vidal Pinto**.

*** PERO PINHEIRO**
Plenário de militantes para discussão das Teses - às 21.30, no CT de Fação, com o camarada **Jaime Mata**.

*** SINES**
Reunião da célula da Lentisciais.

Sábado

*** SINTRA**
Reunião de militantes de **Belas** - no Centro de Trabalho às 17.30.

Reunião de militantes da **Idanha** - às 21.30, com a participação de **Romeu do Rosário**.

Plenário de militantes em **Almornos** - em casa do Miguel, às 21.30, com o camarada **Emídio Ribeiro**.

*** FARO**
Reunião regional de militantes do PCP dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, com a participação do camarada **Domingos Abrantes**. A partir das 10.30 no salão da Coopopa.

*** LOULÉ**
Assembleia da Organização Concelhia de Loulé. A partir das 15.00, na sala de reuniões da Assembleia Municipal.

*** CHAMUSCA**
Reunião geral de militantes de **Vale de Cavalos** para discussão das Teses e entrega dos novos cartões - às 21.00, com a camarada **Raquel Teodoro**.

*** ALMADA**
Assembleia da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal - a partir das 10, na Academia Almadense.

Reunião de professores de Almada e Seixal para discussão da situação sindical e social no Ensino e apresentação das Teses para o XIII Congresso - às 15.00, no CT de Almada.

*** SINES**
Reunião das células dos CTT, APS, EDP, NESTE, EPSI e da Construção Civil às 16.00.

*** BARREIRO**
Debate: «O ideal comunista e a identidade do PCP face aos acontecimentos nos países socialistas». No CT da freguesia do Barreiro, às 15.00.

*** AMADORA**
Plenário da organização da freguesia da **Mina** para debate das Teses com participação do camarada **José Casanova**.

*** LISBOA**
Plenário das freguesias de **Alcântara** e **Belém** para discussão das Teses, com participação do camarada **Vidal Pinto** - às 15.00 no Centro de Trabalho de Alcântara.

Plenário da freguesia dos **Olivais** para discussão das Teses - às 15.30, na Escola Primária nº 175.

Plenário das freguesias de **S. José, S. Nicolau, Sta. Justa e Mártires** para discussão das Teses - no Centro de Trabalho Vitória, a partir das 15.00.

*** LOURES**
Plenário de militantes

do núcleo de **Sacavém da RN** para discussão das Teses - às 10.30, CT de Sacavém.

*** V. FRANCA DE XIRA**
Seminário sobre trabalho autárquico: 1. Descentralização, interligação, articulação da política autárquica no concelho; 2. Ligação às populações e movimento popular. No salão da Misericórdia de **Alverca** a partir das 14.30.

*** AVEIRO**
Plenário-convívio da organização concelhia da **Mealhada** - no CT local, às 15.00, com uma intervenção do camarada **Ramiro Silva**. Passagem de vídeos.

Jantar comemorativo do 69.º aniversário do PCP organizado pela organização concelhia da **Felra** - em S. Paio de Oleiros, a partir das 20.00.

Jantar-convívio comemorativo do 69.º aniversário do PCP dos concelhos de S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis - na **Arrifana** (restaurante «Bons Amigos»), a partir das 20.00, com participação do camarada **Sérgio Teixeira**.

*** PORTO**
Encontro sobre a reestruturação do sector têxtil, o Acordo Multifibras e outras condicionantes externas promovido pela DORP e a DORM. No Hotel Tuela, a partir das 9.30, com intervenção de abertura de **Carlos Carvalhas**.

1.º Fórum Distrital da CDU - no Hotel Tuela, a partir das 15.00.

Plenário de militantes do Sector Intelectual - às 10.00, no CT da Boavista.

*** MATOSINHOS**
No Salão de Turismo da CM (junto ao Mercado), conversa informal com **Carlos Carvalhas** no âmbito da preparação do XIII Congresso. Às 15.00.

*** VILA REAL**
1.ª Assembleia Distrital da JCP para eleição da 1.ª comissão distrital e discussão dos problemas da juventude e da acção e iniciativas da JCP. Participação de **Paula Coelho**.

*** LEIRIA**
5.ª Assembleia Distrital da JCP - na **Marinha Grande**.

*** CALDAS DA RAINHA**
Assembleia plenária da organização concelhia para debate das Teses para o XIII Congresso. Às 15.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada **Ruben de Carvalho**.

Segunda

*** PORTO**
Reunião plenária de professores do Ensino Superior - no CT da Boavista, às 21.30.

*** LISBOA**
Sobre o ideal comunista e a identidade do PCP: tema da reunião das células do Teatro, Música e Património da ORL no âmbito da preparação do Congresso - no CT Vitória, às 21.00.

Reunião da célula dos Juristas para debate das Teses - às 21.30, no CT Vitória.



Álvaro Cunhal em Lisboa e Alpiarça

O secretário-geral do PCP participa neste fim-de-semana nas seguintes iniciativas, realizadas no âmbito da discussão das Teses para o XIII Congresso (Extraordinário):

- * Plenário distrital de quadros das células de empresa da ORL
- * Sexta-feira, às 20 h na Junta de Freguesia de Alcântara
- * Encontro regional de quadros da ORSA
- * Domingo, às 10 h no CT de Alpiarça
- * Almoço-convívio em Alpiarça comemorativo do 69.º aniversário do PCP
- * Domingo no restaurante da Alpiagra

CT Chiado, com **Carlos Grilo**.

Reunião das células de Arquitectos, Psicólogos, Sociólogos, Engenheiros, Investigadores e Informáticos para discussão da situação nos países socialistas, no âmbito da preparação do Congresso - às 21.30 no CT Vitória.

*** SINTRA**
Reunião de quadros de empresas do Sector Empresarial do Estado no concelho de Sintra - às 18.30 no CT do Cacém.

*** SINES**
Reunião das comissões locais de Sines para discussão das Teses - às 21.00.

*** LISBOA**
Plenário da célula da Comunicação Social da ORL para discussão da situação nos países socialistas, no âmbito da preparação do XIII Congresso - às 21.00 no CT Vitória.

Plenário da célula da ANA para discussão das Teses - às 18.00 no CT António Serpa.

*** LOURES**
Reunião do núcleo da **Carris da Pontinha** - no CT da Pontinha, às 18.00.

Sexta

23

*** PORTO**
«As alterações ao tecido social, os problemas e a evolução da economia portuguesa» - debate da série promovida pelos sectores Intelectual e da Saúde do Porto, com a parti-

Sábado

*** SINTRA**
Reunião de militantes de **Belas** - no Centro de Trabalho às 17.30.

Sábado

*** LOURES**
Plenário de militantes

Sábado

*** LISBOA**
Sobre o ideal comunista e a identidade do PCP: tema da reunião das células do Teatro, Música e Património da ORL no âmbito da preparação do Congresso - no CT Vitória, às 21.00.

Domingo

*** ALPIARÇA**
Encontro de quadros da ORSA do PCP para discussão das Teses para o XIII Congresso. A partir das 10.00, no Centro de Trabalho de Alpiarça, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**.

Almoço-convívio aberto à população, comemorativo do 69.º aniversário do PCP, com participação e intervenção de **Álvaro Cunhal**. No restaurante da Alpiagra, às 15.00.

Terça

27

*** ALMADA**
Reunião da Comissão Concelhia, alargada a quadros das autarquias, para discussão do trabalho autárquico. Às 15.00.

*** SESIMBRA**
Almoço-convívio no **Zambujal** (salão da ACRUTZ), comemorativo do aniversário do PCP, com participação do cam. **Manuel Reis**. Às 13.00.

*** ALBUFEIRA**
Almoço comemorativo do 69.º aniversário do PCP, às 13.00, seguindo-se (às 15.30) sessão pública de apresentação das Teses para o XIII Congresso. No Centro de Trabalho.

*** QUARTEIRA**
Jantar comemorativo do aniversário do Partido.

*** ALGUEIRÃO**
Plenário de militantes para discussão das Teses, com participação do camarada **António Abreu**. Às 15.00, no Centro de Trabalho.

*** GUARDA**
Plenário das organizações de **Foz Côa** e **Meda** para apresentação e discussão das Teses, com convívio comemorativo do aniversário do Partido. A partir das 15.00, com participação do cam. **António Gervásio**.

*** LISBOA**
Debate sobre a situação na **Nicarágua** promovido pela DORL, com a participação dos camaradas **Joaquim Miranda** e **Miguel Urbano Rodrigues** - às 21.00 no Hotel Berna.

Reuniões plenárias de células de Bancários para discussão das Teses:
- do B. Espírito Santo - às 17.30, no CT Duque de Loulé, com **António Abreu**;
- do B. Totta e Açores - às 17.30, no CT Vitória, com **Júlio Filipe**;
- de vários bancos - às 17.30, no CT Chiado, com **Joaquim Judas**;
- do B. Português do Atlântico - às 17.30, no CT António Serpa.



«Creio que o cão quer entrar.»

UNGER, Jim in «La Vie de Couple». Editions Glénat. Grenoble, 1989

Assembleias Distritais da JCP



no domingo
1.ª Assembleia Distrital de Vila Real
5.ª Assembleia Distrital de Leiria

TV O Programa

Quinta ²²

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «Rua Sésamo»)
- 12.05 - Fera Radical (67º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (35º epis.)
- 14.15 - Vila Faia (51º e 52º epis.)
- 15.05 - O Mundo Animal (26º epis.)
- 16.40 - Hospital Central (131º epis.)
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo (98º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo (75º epis.)



- 21.15 - Sofia e Constança (2º epis.)
- 22.15 - Conversas Vadias (3º progr.)
- 22.40 - 24 Horas
- 23.15 - Remate
- 23.25 - Cartas de Humor

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (431º epis.)
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Benji, o Príncipe Extraterrestre (12º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais (21º epis.)
- 17.50 - Meu Pé de Laranja Lima (66º epis.)



- 18.20 - A Mácula (2º epis.)
- 19.30 - Clássicos da TV («Estrada 66», 25º epis.)
- 20.30 - Magazine Musical
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (9º epis.)
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Quinta Dimensão (15º epis.)
- 23.25 - Universidade Aberta

Sexta ²³

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (37º epis.)
- 14.15 - Vila Faia
- 15.25 - O Mundo Animal
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.25 - Rua Sésamo
- 18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Mobil nos Caminhos de Portugal
- 21.25 - Missão Impossível (7º epis.)
- 22.20 - Telemundo
- 23.00 - Chefe, Mas Pouco (8º epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate
- 00.10 - Cartas de Humor



- 00.15 - Pela Noite Dentro - «Arma», real. John Badham (telefilme, EUA/1974, 80 min.)

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (25º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais
- 17.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.20 - Haja Música
- 19.30 - Clássicos da TV
- 20.20 - As Cidades e as Terras
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Beija (27º epis.)
- 23.00 - Acerto de Contas
- 23.30 - Rotações

Sábado ²⁴

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - No Reino do Urso Polar (2º epis.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Oito e Basta (26º epis.)
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Crime, Disse Ela (38º epis.)
- 15.15 - Sessão da Tarde - «A Cidade Turbulenta», real. George Marshall, interp. Marlene Dietrich e James Stewart (EUA/1939, 90 min.)
- 16.50 - Desenhos Animados

- 17.10 - Vivamúsica
- 17.55 - Ricardina e Marta (26º epis.)
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico



- 21.30 - Contos de Hollywood (5º epis.)
- 22.30 - Os Prémios Grammy



- 23.25 - Cinema da Meia Noite - «As Bonecas da Califórnia», real. Robert Aldrich (EUA/1981, 108 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.20 - O Jogo dos Disparates
- 11.05 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»
- 13.35 - A Ilha das Crianças (6º epis.)
- 14.00 - Estádio
- 19.00 - Music Box Especial
- 19.55 - Encontro em Trieste (3º epis.)
- 21.10 - Estádio/Edição da Noite

Domingo ²⁵

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.05 - TV Rural
- 10.30 - 70x7
- 11.00 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família
- 12.30 - Um Eléctrico Chamado História

- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Grandes Tormentos (9º epis.)
- 13.35 - Espaço 1999 (9º epis.)
- 14.25 - Napoleão, Meu Amor (2º epis.)
- 14.50 - Primeira Matinée - «Um Americano Tranquilo», real. Joseph Mankiewicz (EUA/1957, 118 min.)
- 17.00 - Concurso 1, 2, 3
- 19.00 - McGyver (26º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.30 - Querido John (23º epis.)
- 21.00 - Vencer em Manhattan (últº epis.)
- 22.00 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Via Rápida
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - A Clínica dos Animais (série, 1º epis.)
- 14.40 - Sobrevivência (27º epis.)
- 15.50 - Troféu



- 19.30 - Imagem e Imagens
- 20.00 - A Bela e o Monstro (2º epis.)
- 21.00 - Artes e Letras - «Andy Warhol»
- 21.35 - Cineclube - Ciclo Luis Buñuel no México: «O Anjo Exterminador» (México/1962, 89 min.) e «Simão do Deserto» (1965, 43 min.)

Segunda ²⁶

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez



- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard (37º epis.)
- 14.15 - Vila Faia
- 15.10 - O Mundo Animal
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Vale Tudo
- 21.10 - Clube dos Subscritores



- 21.40 - Casino Royal (10º epis.)
- 22.45 - Quase Adultos (10º epis.)
- 23.35 - 24 Horas



Filmes

- «Arma» - 6ª, 00.20, RTP-1
- «A Cidade Turbulenta» - sáb., 15.15, RTP-1
- «As Bonecas da Califórnia» - sáb., 23.25, RTP-1
- «Um Americano Tranquilo» - dom., 14.50, RTP-1
- «O Anjo Exterminador» e «Simão do Deserto» - dom., 22.10, RTP-2
- «Alice nas Cidades» - 3ª, 21.35, RTP-2
- «Um Dia de Cão» - 4ª, 21.25, RTP-1

Música

- Quinta 20.30, RTP-2: Magazine Musical

- Sexta 18.20, RTP-2: Haja Música

- Sábado 17.10, RTP-1: Vivamúsica
- 19.00, RTP-2: Music Box Especial
- 22.40, RTP-1: Prémios Grammy

- Domingo 09.00, RTP-2: Via Rápida

- Terça 18.25, RTP-2: Via Rápida

- Quarta 23.25, RTP-2: Som da Surpresa

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.15), 6ª (00.05), 2ª (00.10), 3ª (00.40), 4ª (00.05)
- Estádio - RTP-2, sáb., 14.00 e 21.10
- Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.50
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.00



- 00.10 - Remate
- 00.20 - Cartas de Humor

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - O Jovem Sherlock (2º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima



- 18.25 - Primeiro, o Ovo (telefilme)
- 19.35 - Clássicos da TV
- 20.30 - Elogio da Leitura
- 21.00 - Jornal da Nove
- 21.30 - Opera - «O Trovador», de Verdi

Terça ²⁷

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (75º epis.)
- 14.15 - Vila Faia
- 15.05 - O Mundo Animal
- 15.45 - Ponto Por Ponto
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.15 - Primeira Página
- 22.15 - Crónica do Crime (28º epis.)
- 23.10 - Oscars 1990
- 00.05 - 24 Horas
- 00.40 - Remate
- 00.50 - Cartas de Humor

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (18º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima

- 18.25 - Via Rápida
- 19.35 - Clássicos da TV
- 20.25 - Cine Magazine
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemadois - «Alice nas Cidades», real. Wim Wenders (RFA/1974, 106 min.)

Quarta ²⁸

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Também os Rios Correm (3º epis.)
- 14.15 - Vila Faia
- 15.10 - O Mundo Animal
- 16.40 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Vale Tudo
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.25 - Lotação Esgotada - «Um Dia de Cão», real. Sidney Lumet (EUA/1975, 125 min.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate
- 00.15 - Cartas de Humor

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Campbells (24º epis.)
- 17.20 - História dos Instrumentos Musicais
- 17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 18.25 - A Rota Marítima da Seda (6º epis.)
- 19.35 - Clássicos da TV
- 20.20 - Lusitânia Expresso
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Submarino (4º epis.)



- 22.30 - Século XX - «A Caminho da Guerra» (4º epis.)
- 23.20 - Som da Surpresa

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 22. **E O Zé que Zé**, enc. José Carretes.

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte**, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Comuna, Pr. de Espanha. Sala Nova - As 21.30; dom. só às 17 (descanso à 4ª). **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **O Regresso de Bucha e Estica**, enc. Mário Viegas.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro da Cornucópia, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Salada**, encenação colectiva da Cornucópia.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às

20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Auto da Índia**, de Gil Vicente, enc. e coreogr. Agueda Sena.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da**

Mamã, enc. Francisco Nicholson.

Para crianças

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha - Sala 2. 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo o Bando.

Os Papa-Léguas, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei**.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

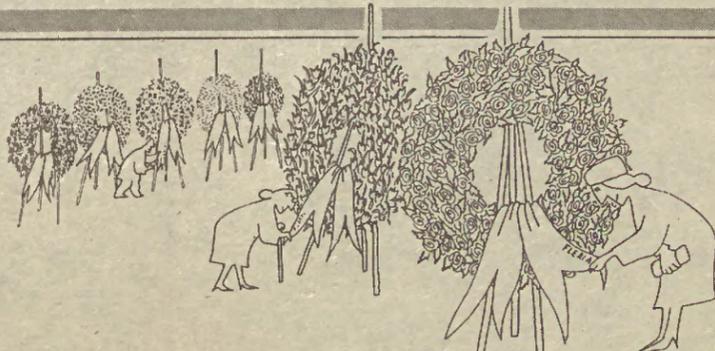
Cinema

A selecção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Clube dos Poetas Mortos	—	★	★★	★★
B Chuva Negra	★★	★★	★	★★
C Nascido a 4 de Julho	—	★	★★	★★
D Negócio de Família	—	★★	—	—
E O Processo do Rei	★★★	★★★	★★★	★★★
F Que Fiz Eu Para Merecer Isto	—	★★★	—	—
G Valmont	—	★★	★★	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Peter Weir — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/10 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), King/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Ridley Scott — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa
- C — Real. Oliver Stone — Alfa/1 (13.30, 16.15, 19.00, 21.30, 00.30), Amoreiras/1 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), Berna (15.00, 18.00, 21.30), Fonte Nova/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Império (15.30, 18.30, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Plaza/1 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), S. Jorge/1 (15.15, 18.15, 21.15) — Lisboa.
- D — Real. Sidney Lumet — Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. João Mário Grilo — Forum Picoas/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- F — Real. Pedro Almodóvar — Quarteto/4 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- G — Real. Milos Forman — Amoreiras/9 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.



...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema

Prosegue na Sociedade Portuguesa de Autores por iniciativa do ABC Cine-Clube de Lisboa o ciclo de inéditos do cinema francês dos anos 80 que decorre desde meados de Fevereiro. Champ D'Honneur, de Jean-Pierre Denis é o filme desta semana, a exhibir amanhã às 18.30. No Malaposta prossegue também a série de filmes sobre a Revolução Francesa programada até ao fim deste mês. Na sexta e no sábado, às 21.30, projecta-se ali (no Espaço Cinema)

«1789», de Ariane Mnouchkine, que foi buscar os seus intérpretes ao Théâtre du Soleil, e no domingo às 17.00 mais um filme de René Clair: «Quatorze Juillet», realizado em 1932 - um dos primeiros filmes sonoros franceses.

Música

Três concertos no decurso esta semana no Grande Auditório Gulbenkian, os dois primeiros com o mesmo programa: «Elegia Trágica» de Joly Braga Santos e um concerto para violino e orquestra de Dvorak serão interpretados pela Or-

questra Gulbenkian com o violoncellista Myung-Wha Chung hoje às 21.30 e amanhã às 18.30; na terça-feira, às 18.30, recital da soprano Joan Rodgers com o pianista Roger Vignoles com obras de Liszt, Dvorak, Rachmaninov e Tchaikovsky. No Palácio de Queluz e promovido pelo Instituto Italiano de Cultura tem hoje lugar, às 18.30, um recital de piano por Giancarlo Cardini, que executa obras de que é autor.

Federação Portuguesa de Ciclismo e a Associação de Ciclismo de Lisboa promovem no próximo domingo, dia 25, o 1º Prémio de Ciclismo «Mulheres Magazine». É uma prova a disputar em circuito fechado, com partida (às 15.30) e chegada junto ao Mosteiro dos Jerónimos, aberta à participação de todas as adeptas do ciclismo, federadas ou não. Esta iniciativa tem o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e do MDM.

Mimos no CAM

O Acarte promove a apresentação do «Theatre Beyond Words», teatro canadense de Mimica Contemporânea, numa série de 10 espectáculos com início no dia 27.

Debates

O 8 de Março deste ano prolonga-se ainda em actividades que o MDM, autarquias e sindicatos organizam e a m e a d a m e n t e, neste fim de semana, no Barreiro e em Lisboa.

Estes espectáculos - que terão lugar na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna - são dirigidos a todos os grupos etários (a partir dos 4 anos) e têm o seguinte calendário:
- dia 27 às 18.30;
- dias 28 e 29 às 10.30 e 15.30;
- dias 30 e 31 às 15.30 e às 18.30;
- dia 1 de Abril às 14.00.

Desporto

A revista «Mulheres Magazine», a

Exposições

LISBOA
Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sab. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março)
Ana Vidigal - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13
Ángelo de Sousa - Escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 5/4)
No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da valiosa colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Abril)
Costa Camelo - Pintura. Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1º. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30 (até 6/4)
Duarte Belo - Fotografia. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 22/3)
Eleni Nicodemou (Grécia) - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20 (até 31/3)
Emerenciano - Pin-

tura. Galeria Soctip, Rua D. Estefânia, 195. De 2ª a sáb. das 10 às 20 (até 27/3)
Guilherme Parente - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 12/4)
Helena Mártires - Gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro (Bairro Alto) «3.4-Ilustração» - colectiva de alunos da ESBAL. A partir de 26/3, Junta de Freguesia de Alcântara
Jaime Lebre - Pintura. Galeria Bertrand, Rua Anchieta, 23. De 2ª a 6ª das 10 às 18 (até 2/4)
João Cutileiro - Escultura (exposição antológica 1956-1990). Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 22/4)
João Soares Santos - Pintura. Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 23/3)
Jorge Vieira - Escultura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/3)
Juan Soutullo - Pintura. Galeria Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93, 2º. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 24/3)
Lívio Moraes - Pintura e escultura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 31/3)
Luís Alves da Costa - Pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 24/3)
Luís Cruz - Escul-



Dourdil e dezenas de outros artistas na «Homenagem a Dourdil»

ra. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 24/3)
Manuel Viana - Pintura. Galeria de S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 167
Maria Antónia Santos - «Tapeçarias do suor, do riso e do cansaço». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Lumiar). De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (13/5)
Maria do Carmo Moura Nunes - Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/3)

Martin Disler (Suíça) - Gravura. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20.
Niklas Skapinakis - «Paisagens Interiores», pintura e desenho. Sociedade Nacional de Belas-Artes, Rua Barata Salgueiro. Das 14 às 20 (até 10/4)
«Passagem no Feminino» - colectiva de pintura, cerâmica e escultura, organizada a propósito do Dia Internacional da Mulher. Espaço CESL, Rua Almirante Barroso, 3. De 2ª a 6ª das 12 às 16 e das 18 às 20 (até 23/3)
Presente da Cerâmica Espanhola - 90 peças de 8 ceramistas. Galerias de Exposições do CAM, R. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17

Realismo Fantástico Espanhol - colectiva de 6 pintores. Galeria Alfama, Rua das Flores, 109.
Rui Laginha - «Eléctricos de Lisboa», fotografia. Vale Tudo..., Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 7/4)
Sofia Wilborg - Pintura. Praça Ilha do Faial, 14-A. De 2ª a 6ª, das 12 às 21.30 (até 22/3)
Tapeçaria do Séc.

XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.
Teresa Magalhães - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 31/3)
PORTO
Henrique Ruivo e Fátima Vaz - Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30 (até 31/3).
Manuel Botelho - Pintura. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 22/3)
Miró - Oleos, desenhos e obras gráficas. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3ª a dom. das 14 às 20.
Paulo Hernâni - Pintura e desenho. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1 (até 10/4)
Rui Sanches - Escultura. Gal. Atlântica, Rua Galeria de Paris, 66.
O Vitral Alemão da Idade Média. Museu Soares dos Reis, R. D. Manuel II. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14 às 17 (até 4/4)

colectiva de escultura. Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 1/4) LOURES
Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ
António Canau Espadinha - Desenho, gravura e escultura. Galeria Municipal de Exposições, Av. Pedro Dias, 88. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 1/4) VILA FRANCA DE XIRA

Braga Festa da Alegria de 13 a 15 de Julho

A Festa da Alegria, edição 1990 já tem data marcada: será a 13, 14 e 15 de Julho próximo, no Parque Municipal de Exposições, da capital minhota. A decisão foi tomada pela Distrital do PCP, que esteve reunida no passado dia 17.
A Comissão Distrital de Braga do PCP procedeu à primeira discussão das Teses propostas pelo Comité Central para o XIII Congresso (extraordinário), a realizar no próximo mês de Maio, em Loures, nos dias 18, 19 e 20. No decorrer do debate, que mostrou a existência de um

grande consenso em relação ao geral das apreciações contidas naquele documento, a CDB aprovou o plano de trabalho de toda a organização do Partido no distrito, que incluirá diversas reuniões e debates específicos sobre alguns temas, e culminará, no final do mês de Abril com a realização das assembleias das organizações que, de acordo com o regulamento, farão o debate dos documentos e das propostas de alteração e emendas que entendam e elegerão os delegados das respectivas organizações ao Congresso.

Paulo Hernâni: desenhos e pinturas recentes na Árvore



Tempo

Fim de Semana

Céu pouco nublado ou limpo.
Vento fraco ou moderado de Nordeste.
Pequena descida de temperatura

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

aTV

Recados da história

Século XX é um programa da BBC que nos dá uma panorâmica dos acontecimentos do nosso século. Segundo uma visão inglesa? É certo! Com alguns pontos obscuros na narração ou na explicação dos factos? É certo.

Por exemplo, quanto ao incêndio do Reichstag diz-nos que ele foi posto por alguém e que Hitler se aproveitou do facto para lançar uma feroz campanha de repressão contra os comunistas. A coisa dita assim, parece querer sugerir que o incêndio pudesse ter sido provocado por outros que não os nazis...

Aliás, no decorrer da emissão quase exclusivamente se ouviram os depoimentos de antigos nazis, alguns ainda com o sangue na gueltra... Através dos seus depoimentos, ficaram todos a saber que, na época, a opção era só uma: ou nazismo ou comunismo.

Daqui o perigo de se servir ao domicílio da audiência menos esclarecida e mais traumatizada pela informação de telejornais & Cia, uma explicação abonatória para a existência e acção do nazismo...

Para além de todas as debilidades históricas de **Século XX** ainda ficou alguma coisa para se entender que a responsabilidade da Segunda Guerra cabe por inteiro à Alemanha nazi e às potências ocidentais que mostraram uma total passividade face às acções de Hitler.

Como Hitler proclamava (e era sincero, convenhamos...) que o seu objectivo era o Leste, a Inglaterra e a França achavam que não era nada com elas e que até lhes fazia jeito. Levou tempo a entenderem que, caso não reagissem, a sua vez havia de chegar.

A História não se repete. Pois não. Mas envia constantemente os seus sábios recados - e ai de quem não sabe ou não quer interpretá-los a tempo...

Têxteis mal tecidos

O deputado europeu João Cravinho disse não sei quê em Estrasburgo. E o que ele disse passaria despercebido se o ministro Mira Amaral não fosse à televisão acusar João Cravinho de coisas pavorosamente antipatrióticas.

A RTP então convidou Mira Amaral e João Cravinho para um frente a frente. Então João Cravinho disse que, nisso dos têxteis, o governo até agira bem, só que. Então Mira Amaral disse que João Cravinho agira de boa-fé só que. João Cravinho até estava de acordo com a política comercial do governo no seio das comunidades, mas que. Mira Amaral opinava que o problema levantado por João Cravinho era justo, mas havia o **timing**...

No final do **frente a frente** o moderador realçava o facto de, entre os dois, ser mais aquilo que os unia do que aquilo que os separava.

Não fazia ironia. Limitava-se a verificar os factos. A audiência, essa, saiu lograda. Um **frente a frente** para ouvir elogios mútuos ofende o próprio sentido da expressão.

Pelo que ficamos à espera de um verdadeiro **frente a frente**.

Ridículo - Comunicação: 2-0...

Anunciou-se com espanto que o Primeiro-Ministro iria fazer uma comunicação ao país.

Está na memória de todos a anterior comunicação, aquela em que Cavaco Silva veementemente se aticava contra os rumores que circulavam no território do escândalo. Boatos horrorosos, inventados por mentes doentias com o fim de servir objectivos perversos.

E que boatos, agora? Agora, que mentes doentias? Agora, que perversões?

Não. Nada disso. O Prof. queria apenas dissertar sobre os ambientes, as ecologias, as agressões à natureza, etc, etc. Trazia uma teoria que assentava na presunção de que a dita agressão estava na razão inversa dos direitos humanos, pelo que o Prof. assentou a sua charla no seguinte silogismo: a poluição resulta do desrespeito pelos valores humanos; nos países do Leste, os valores humanos não são respeitados; logo, é nos países do Leste que a poluição é maior...

Na outra comunicação, Cavaco Silva foi ridículo. Continuou a ser ridículo na segunda comunicação. Pelo que haveremos de lançar o seguinte silogismo: a personalidade do Prof. Cavaco Silva tem uma forte componente do ridículo; todas as suas comunicações são ridículas; logo, as comunicações devem continuar...

Devem porquê? - perguntará o leitor. Ora para quê. Para a gente se rir. E mais: em vez de dez minutos, as comunicações devem durar 30 minutos. A menos que Herman José proteste por concorrência desleal...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Títulos de segunda-feira

Kohl ganha a batalha do Leste
(«Público», 19 de Março)

Freitas venceu e ficou mais duro
(«Correio da Manhã», 19 de Março)

Venceu o Deutsche Mark
(«Diário de Lisboa», 19 de Março)

Freitas vence mas não convence
(«o diário», 19 de Março)

... e frases de terça

«Nós não temos projectos na manga, porque trabalhamos sempre de mangas arregaçadas.»

(Segredo revelado por Vitor Direito, director do «Correio da Manhã», ao «Diário de Lisboa», 20 de Março)

«Até o bife me soube a carapau!»

(Exclamação de Vitor Paes, quando soube que ganhou o Totoloto, «A Capital», 20 de Março)

«Há que acabar com este "espectáculo" das urgências, que dá uma má imagem dos hospitais»

(Cavaco Silva, ao anunciar no Hospital de Santa Maria mais uma das reformas estruturais do seu Governo, «Diário de Notícias», 20 de Março)

para os filhos dos homens
que nunca foram meninos

ESTEIROS

Soeiro Pereira Gomes



edições
Avante!

Uma das mais importantes obras do neo-realismo

Agora em 4ª. edição, com introdução de Isabel Pires de Lima

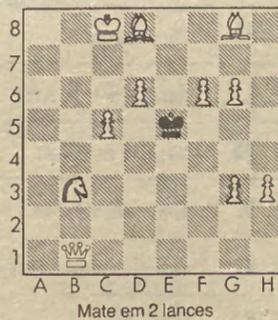
Um livro indispensável na sua biblioteca

Xadrez

CCXLVI — 22 de Março de 1990

Proposição N.º 246/A (III)
Por: Comins Mansfield
«The Problemist», 1959

Pr.: Rex Solus: ç8
Br.: [11]: Ps. ç5, d6, f6, g3, g6, h3-
Cb3-Bs.d8, g8-Db1, Rç8



Mate em 2 lances

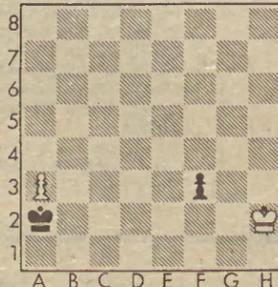
+++

Proposição N.º 246/B

Por: Henri Rinck
«Schweizerische Schachzeitung»,
1922

Pr.: [2]: Pf3-Ra2

Br.: [2]: Pa3-Rh2



Branças jogam e ganham

+++

Soluções do N.º CCXLVI

N.º 246/A (C.M.): 1. B661, R:66;

2. D64++

(III) — Confronte-se com os 3 anteriores!

N.º 246/B (HR): 1. a4, Rb3; 2. a5, Rç3; 3. Rg1, Rd4; 4. a6, Ré3; 5. Rf1 e.g.

Se: 3. Rg3, Rd4; 4. a6, Ré3; 5. a7, f2; 6. Rg2, Ré2=

Se: 2., Rç4; 3. a6, Rd3; 4. a7, f2; 5. 8=Dg.

A. de M.M.

Damas

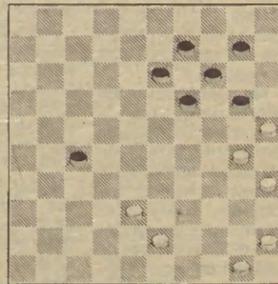
CCXLVI — 22 de Março de 1990

Proposição N.º 246

Por: Louis Coutelan
Janeiro, 1943 (jogo prático)

Pr.: [7]: 9-10-13-14-19-20-28

Br.: [7]: 25-30-35-38-43-45-50



Branças ganham em 5 tempos
(Br. 5+)

Composição N.º 246

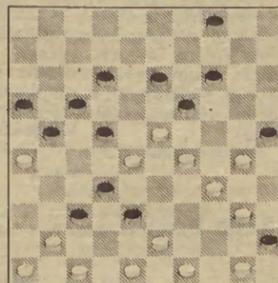
(Golpe não prático)

Por: Georges Post

Villeurbanne, 1988

Pr.: [14]: 4-12-13-14-16-17-19-21-
22-25-32-37-38-45

Br.: [14]: 23-26-28-29-30-34-40-
41-43-46-47-48-49-50



Branças ganham em 16 tempos
(Br. 16+)

Soluções do N.º CCXLVI

N.º 246 (L.C.): 1. 30-24 (20x29*);
2. 25-20 (14x25); 3. 38-32
(27x49); 4. 50-44 (49x40); 5.
45x5=D+

N.º 246 (G.P): Para que cada leitor teste a sua capacidade resolutiva, hoje, apenas indicaremos a chave: 1. 29-24!

A. de M.M.